

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

ADRIANA QUINTINO SANCHEZ PALACIO TOZATTI

**QUANDO OS VIVOS VISITAM OS MORTOS:
O cemitério Municipal de Maringá como lugar de memória e História
Pública**

CAMPO MOURÃO – PR

2025

ADRIANA QUINTINO SANCHEZ PALACIO TOZATTI

**QUANDO OS VIVOS VISITAM OS MORTOS:
O cemitério Municipal de Maringá como lugar de memória e História
Pública**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Memórias e Espaços de Formação

Área de Concentração: História Pública

Orientador: Dr. Michel Kobelinski

CAMPO MOURÃO – PR

2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Quintino Sanchez Palacio Tozatti, Adriana
QUANDO OS VIVOS VISITAM OS MORTOS: O cemitério
Municipal de Maringá como lugar de memória e História
Pública. / Adriana Quintino Sanchez Palacio
Tozatti. -- Campo Mourão-PR, 2025.
183 f.: il.

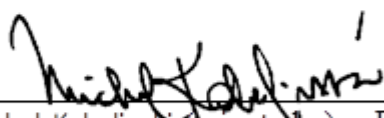
Orientador: Michel Kobelinski.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado em História Pública) -- Universidade
Estadual do Paraná, 2025.

1. História Pública. 2. Cemitério. 3. Maringá-PR.
4. Memória. 5. Visitas guiadas. I - Kobelinski,
Michel (orient). II - Título.

ADRIANA QUINTINO SANCHEZ PALACIO TOZATTI

QUANDO OS VIVOS VISITAM OS MORTOS: O CEMITÉRIO
MUNICIPAL DE MARINGÁ COMO LUGAR DE MEMÓRIA E HISTÓRIA
PÚBLICA

BANCA EXAMINADORA



Dr. Michel Kobelinski (orientador) – Programa de Pós-Graduação em História
Pública (Universidade Estadual do Paraná – Unespar)



Dr. Astor Weber (Universidade Estadual do Paraná – Unespar)



Dr. Yuri Latysh (Universidade Estadual de Londrina – UEL)



Dr. Francisco Eversley Torres (Universidad del Atlántico, Colômbia)



Dr. Ian Farouk Simmonds Ariza (Universidad del Magdalena, Colômbia)

Data de Aprovação

21/08/2025

Campo Mourão – PR

Dedico este trabalho aos meus gatos aos que hoje caminham ao meu lado e aos que já partiram, mas permanecem vivos na memória. Pela companhia, pelo afeto constante e pela presença que, de formas distintas, acompanharam este percurso e suavizaram os dias de escrita.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, aos vivos e aos mortos que atravessaram este trabalho. Aos vivos, pelas vozes, apoios e presenças que sustentaram esta jornada; aos mortos, pelas histórias, memórias e silêncios que tornaram possível esta pesquisa e que, de múltiplas formas, continuam a nos ensinar. Estendo também meu reconhecimento à Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), cuja atuação tem sido fundamental para a consolidação desse campo de estudos no Brasil e para o incentivo à pesquisa, ao diálogo e à preservação dos cemitérios como espaços de memória, cultura e história.

Este agradecimento também se estende a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste estudo, seja por meio de apoio direto, diálogo, incentivo ou gestos que, ainda que discretos, foram fundamentais ao longo da pesquisa. Manifesto igualmente meu reconhecimento ao meu orientador, professor Dr. Michael Kobelinski, pela confiança depositada quando o projeto ainda estava em sua fase inicial e pelas orientações que permitiram que este trabalho se consolidasse como uma proposta de reflexão e mediação sobre a história dos cemitérios no âmbito da História Pública. Agradeço também aos membros da banca examinadora, cujas leituras e contribuições generosas enriqueceram este trabalho e ampliaram minhas reflexões ao longo da pesquisa.

Expresso minha gratidão à Secretaria de Cultura de Maringá, em especial à equipe da Gerência do Patrimônio Histórico. Agradeço profundamente a Veroni Friedrich e a Edson Luiz Pereira, que desde o início acreditaram na pesquisa e acolheram o desafio de promover a valorização dos cemitérios como espaços de memória, história e cultura. Estendo também meus agradecimentos ao gerente do Cemitério Municipal, Carlos Parolin, e a todos os servidores que ali atuam, pela disponibilidade, acolhida e colaboração durante o processo de investigação.

Agradeço, por fim, ao meu marido, professor Dr. em Matemática Hélio Vinicius Moreno Tozatti, cuja formação na área nunca o impediu de acompanhar com interesse e generosidade minhas incursões pela história e pelos cemitérios. Ele tem sido meu parceiro de vida e de pesquisa, esteve comigo nas caminhadas, conversas e descobertas que marcaram este processo.

Fim? Não, a jornada não termina aqui. A morte é apenas outro caminho, um que todos nós devemos tomar.

Gandalf: O Senhor dos Anéis: O Retorno do Rei.

RESUMO

TOZATTI, Adriana Quintino Sanchez Palácio. **QUANDO OS VIVOS VISITAM OS MORTOS: O cemitério Municipal de Maringá como lugar de memória e História Pública.** 140f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2025.

Esta dissertação investiga os usos públicos do Cemitério Municipal de Maringá -PR sob a perspectiva da História Pública, tomando como eixo analítico as práticas culturais e patrimoniais desenvolvidas no projeto “Volta Histórica – Cemitérios”, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura e pela Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá-PR. A partir de abordagem etnográfica e observação participante, analisa-se como o espaço cemiterial é apropriado para além de sua função funerária, constituindo-se como lugar de memória e mediação histórica na produção de narrativas e identidades locais. O estudo examina roteiros temáticos, com destaque para aqueles dedicados às trajetórias femininas e aos sepultamentos infantis, discutindo potencialidades e tensões da História Pública na ampliação do acesso às narrativas e na valorização de experiências historicamente marginalizadas. Compreendido como território simbólico e social, o cemitério evidencia disputas, silenciamentos e processos de negociação do passado no espaço urbano. Assim, as visitas guiadas são interpretadas como instrumentos centrais de engajamento público e construção de sentidos históricos, reafirmando o cemitério como lugar dinâmico de memória e produção narrativa.

Palavras-chave: História Pública; Cemitério; Memória; Visitas guiadas; Maringá-PR.

ABSTRACT

This dissertation investigates the public uses of the Municipal Cemetery of Maringá (Paraná, Brazil) from the perspective of Public History, taking as its analytical the cultural and heritage practices developed within the project “Volta Histórica – Cemitérios”, promoted by the Municipal Department of Culture and the Historical Heritage Management Office of Maringá. Drawing on an ethnographic approach and participant observation, the study analyzes how the cemetery space is appropriated beyond its funerary function, becoming a site of memory and historical mediation in the production of local narratives and identities. The research examines thematic guided tours, with particular emphasis on those dedicated to women’s trajectories and child burials, discussing both the potentialities and tensions of Public History in expanding access to narratives and in valuing historically marginalized experiences. Understood as a symbolic and social territory, the cemetery reveals disputes, silences, and processes through which the past is negotiated within the urban space. In this context, guided visits are interpreted as central instruments of public engagement and the construction of historical meanings, reaffirming the cemetery as a dynamic space of memory and narrative production.

Keywords: Public History; Cemetery; Memory; Guided Tours; Maringa-PR.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: O cemitério e suas possibilidades	27
Figura 2: Diversas formas de caixão e cortejo fúnebre de um membro da confraria de Nossa Senhora da Conceição	35
Figura 3: Uma manhã de quarta-feira santa na Igreja	41
Figura 4: Cruzeiro das almas: Cemitério Municipal de Maringá-PR.....	45
Figura 5: Jardim formato de Cruz: Cemitério Municipal de Maringá-PR.....	46
Figura 6: Prefeitura de Maringá :protocolos de sepultamento para Covid-19.....	52
Figura 7: Cemitério Vertical, Maringá-Pr.....	54
Figura 8: Parte do Plano Urbanístico de Maringá, o Cemitério na Zona 2.....	59
Figura 9: Cemitério Municipal de Maringá, entre as décadas de 50 e 60.....	65
Figura 10: Interior do Cemitério Municipal de Maringá entre as décadas de 60 e 70.....	66
Figura 11: Projeto Prédio Administração, Cemitério Municipal de Maringá-Pr.....	69
Figura 12: Interior Cemitério Municipal de Maringá-PR final da década de 1960.....	71
Figura 13: Ossuário, Cemitério Municipal de Maringá - PR	73
Figura 14: Gavetas edificadas, Cemitério Municipal de Maringá-PR.....	74
Figura 15: Fachada do prédio da administração – Cemitério Municipal de Maringá.....	78
Figura 16: Entrada principal (portão 1) do cemitério municipal de Maringá- PR.....	80
Figura 17: Mapa do Cemitério Municipal de Maringá-PR.....	80
Figura 18: Covas Rasas ao Fundos do cemitério municipal de Maringá (2007)	83
Figura 19: Mausoléu de uma família datado década de 1960.....	85
Foto 20 :Mausoléu Cemitério Municipal de Maringá.....	85
Figura 21: Túmulo Clodimar Pedrosa Lô.....	89
Figura 22: Placas (ex-votos) ao milagreiro de Cemitério Clodimar Pedrosa.....	90
Figura 23: Monumento tradição budista no Cemitério Municipal de Maringá.....	91
Figura 24: Primeiro Museu funerário do Brasil.....	106

Figura 25: Folder do projeto Memoria ano de 1984.....	111
Figura 26: Folder Primeiro City Tour Histórico Cemitério Municipal de Maringá (2018)	114
Figura 27: Registro Primeiro City Tour Histórico Cemitério Municipal de Maringá.....	115
Figura 28: Folder Volta Histórica realizada em 08 de outubro de 2022.....	117
Figura 29: Mapa do roteiro Volta Histórica Cemitério Municipal (2023)	120
Figura 30: Folder de divulgação Volta Histórica março de 2024.....	125
Figura 31: Folder de divulgação Visita Guiada Túmulos Infantis.....	132
Figura 32: Folder distribuído durante a visita guiada “Túmulos Infantis.”	137
Figura 33: Visita Guiada Túmulos Infantis Cemitério Municipal de Maringá.....	138
Figura 34: Tumulo infantil com desenho de anjo- Cemitério Municipal de Maringá-Pr.....	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
História Pública e Cemitérios: perspectivas, desafios e possibilidades.....	22
 CAPÍTULO 1: LUGARES DE SEPULTAMENTO NO BRASIL: ENTRE PRÁTICAS E TRANSFORMAÇÕES.....	31
1.1 Do sepultamento nas igrejas aos cemitérios públicos: transformações históricas dos lugares dos mortos.....	32
1.2 “A igreja não é lugar de defunto”: rupturas e permanências nas práticas de sepultamentos	38
1.3 O cemitério público como lugar de memória: apropriações sociais e construção de narrativas	47
 CAPÍTULO 2: O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MARINGÁ: MEMÓRIA, HISTÓRIA E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS	58
2.1 Maringá, cidade planejada: o lugar do Cemitério na História local	59
2.2 Uma visita a cidade dos mortos: O Cemitério Municipal de Maringá- Pr	74
2.3 Cemitérios enquanto espaço de História e Memória: entre disputas e esquecimentos	91
2.4 Dark Turismo e Turismo funerário: Os usos contemporâneos dos cemitérios.....	99
 CAPÍTULO 3: QUANDO OS VIVOS VISITAM OS MORTOS: A VOLTA HISTÓRICA E A VISITA GUIADA	108
3.1 O Cemitério Municipal como Espaço de Memória: do City Tour à Volta Histórica	109
3.2 História Pública: Memórias, Experiências e Narrativas no Cemitério Municipal de Maringá.....	116
3.3 Visita Guiada: Túmulos Infantis entre a Memória o Luto e a História da Infância, no Cemitério Municipal de Maringá	128
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	146

APÊNDICES	156
<i>Apêndice 1: Diários de campo</i>	<i>156</i>
<i>Apêndice 2: Diários de campo (Visita: Mulheres, Histórias e Memórias)</i>	<i>159</i>
<i>Apêndice 3: Diários de Campo (Pesquisa Acervo).....</i>	<i>161</i>
<i>Apêndice 4: Diário de campo (Túmulos infantis)</i>	<i>163</i>
ANEXOS	165
<i>Artigo: Resgatando memórias e trajetórias femininas: um estudo de educação patrimonial no cemitério municipal de Maringá-pr.</i>	

INTRODUÇÃO

Realizar uma pesquisa que tem como objeto o cemitério constitui, por si só, um desafio. Desde o ingresso no mestrado, a escolha desse tema despertou reações ambíguas: de um lado, a curiosidade diante de uma proposta considerada incomum dentro do programa; de outro, dúvidas e estranhamentos sobre a pertinência de investigar um cemitério municipal. Ainda que o estudo de cemitérios já integrasse minhas pesquisas anteriormente. O que se apresenta como novidade, neste trabalho, é a aproximação com a História Pública como perspectiva analítica, permitindo observar o cemitério não apenas como lugar de sepultamento, mas como espaço de mediação, circulação de sentidos e disputa por narrativas sobre a memória e o passado da cidade.

Ao longo do percurso investigativo, diferentes possibilidades de abordagem foram consideradas, contribuindo para o amadurecimento do recorte e para a construção de um olhar mais atento às múltiplas camadas que compõem o objeto de estudo. A escolha pelo Cemitério Municipal de Maringá não se deu apenas por sua relevância histórica e simbólica para a cidade, mas sobretudo por sua potencialidade como espaço público de produção de memória, de mediação patrimonial e de práticas vinculadas à História Pública. Assim, esta dissertação busca compreender o cemitério não como um lugar marginal, exótico ou reduzido ao imaginário da morte, mas como um território urbano e social, atravessado por narrativas, afetos e disputas em torno do passado local.

Talvez a principal questão que atravessa este trabalho para além dos usos e significados atribuídos aos cemitérios seja justamente a mais fundamental: o que é um cemitério? A resposta poderia se apoiar na definição clássica proposta por Lauwers (2015), segundo a qual o cemitério é, em sua essência, um espaço destinado ao sepultamento dos cadáveres. A própria etimologia do termo, do latim *cimiterium*, derivado do grego *koimetérion* que significa “lugar para dormir”, remete à concepção da morte como um estado de repouso. Contudo, limitar-se a essa definição seria negligenciar a complexidade que envolve os cemitérios enquanto espaços sociais, culturais e religiosos. Compreende-se que, ao longo do tempo, os cemitérios deixaram de ser apenas locais de sepultamento e passaram a se constituir como territórios de memória, disputa simbólica e produção histórica, refletindo não apenas práticas funerárias, mas também as formas pelas quais a sociedade vivencia, representa e imagina a morte.

No contexto brasileiro, essas transformações tornam-se mais evidentes a partir do século XIX, com a criação dos primeiros cemitérios públicos, marco de uma mudança significativa na forma como esses espaços passaram a ser concebidos, construídos e organizados. Até então, os sepultamentos¹ ocorriam predominantemente no interior das igrejas ou em seus arredores (adros), o que reforçava o vínculo entre os rituais de morte e as práticas religiosas. A transição para os cemitérios públicos foi impulsionada por diferentes fatores, entre os quais se destacam as reformas sanitárias e os ideais de modernização urbana. Esse deslocamento do lugar social dos mortos provocou alterações que atravessaram crenças, práticas e costumes, reconfigurando de maneira profunda a relação entre sociedade e morte.

Nesse processo, as formas de perceber e vivenciar os cemitérios, tanto no plano individual quanto coletivo, também se transformaram, acompanhando mudanças mais amplas nas relações da sociedade com seus mortos. A experiência da morte do outro passou a ser interpretada de diferentes maneiras, e os cemitérios deixaram de ser vistos apenas como espaços de sepultamento, passando a carregar sentidos mais amplos e complexos. Hoje, esses lugares permanecem marcados pelo silêncio, pela dor e pelo luto, mas também evocam uma aura de temor e mistério, alimentada por narrativas populares e religiosas que falam de presenças sobrenaturais e fenômenos inexplicáveis. A própria mídia contribui para reforçar esse caráter enigmático, intensificando percepções que os associam a experiências inquietantes. Tais produções ajudaram a consolidar uma visão estigmatizada da morte, associando os cemitérios ao sobrenatural, ao desconhecido e até a um lugar amaldiçoado². Como destaca Morin (1976), a morte passou a ser fortemente associada ao enigma, ao sagrado e ao terror, sendo cercada por representações simbólicas que a distanciam do cotidiano. Nesse mesmo sentido, Elias (2001) observa que as

¹Embora o sepultamento em igrejas e adros tenha sido uma prática recorrente durante o período colonial e parte do século XIX, ele não se aplicava de forma homogênea a toda a população. O acesso a sepulturas em áreas internas ou privilegiadas do templo esteve frequentemente associado a distinções sociais, econômicas e religiosas, enquanto parte significativa dos enterramentos ocorria em espaços menos valorizados, em áreas periféricas, ou em condições mais precárias, conforme as normas locais e as possibilidades das famílias.

²A literatura de horror popularizou a figura dos cemitérios como espaços sobrenaturais. Edgar Allan Poe, em contos como *O Coração Delator* (1843), explorou o medo da morte e a perturbação do repouso dos mortos. No cinema, produções como *O Cemitério Maldito* (1989), baseada na obra de Stephen King, reforçam esse imaginário. No Brasil, o personagem Zé do Caixão, criado por José Mojica Marins, exemplifica a apropriação nacional desse simbolismo. Em filmes como *À Meia-Noite Levarei Sua Alma* (1964), o cemitério é representado como um lugar assombrado, habitado por almas penadas, elementos que reforçam um imaginário que já estava presente na cultura popular brasileira da época.

sociedades contemporâneas, ao evitarem o confronto direto com a morte, relegaram-na a espaços isolados e silenciosos, como os cemitérios, favorecendo o surgimento de percepções marcadas pelo medo e pela exclusão. Como aponta Junior (2017, p. 412),

o cemitério foi se constituindo como um espaço que abriga personagens os mais diversos, não somente de defuntos ali dispostos em túmulos e ossuários, mas também de fantasmas, exus e pombagiras, mortos-vivos, assombrações, demônios e Satanás, e, mais recentemente na virtualidade de suas novas modalidades, povoados de personagens fictícias da atualidade midiática.

Ainda assim, há aqueles que visitam os cemitérios movidos pela curiosidade, pelo fascínio estético ou pelo desejo de contemplação, indicando que, para além do medo, esses espaços também podem despertar interesse e até mesmo apreço. Por essa razão, os cemitérios podem ser compreendidos sob perspectivas que ultrapassam interpretações convencionais restritas ao luto ou à religiosidade. Em diversos contextos, tornam-se destinos de visita motivada por razões históricas, culturais ou acadêmicas, seja pela curiosidade em torno das trajetórias de vida ali preservadas, seja pelas formas de materialização da memória no espaço urbano. Inscrições, datas, fotografias, símbolos religiosos e estilos arquitetônicos das sepulturas operam como vestígios e fragmentos de narrativas coletivas, permitindo ao visitante reconstruir histórias, interpretar permanências e refletir sobre a passagem do tempo. Assim, o espaço cemiterial se configura como território de contemplação, investigação e leitura histórica, mobilizando significados inclusive para aqueles que não possuem vínculos diretos com os mortos ali sepultados. Desse modo, o cemitério deixa de ser apenas um lugar de despedida e passa a assumir também o papel de um arquivo vivo da memória social e cultural.

Para além da dimensão histórica e memorial, os cemitérios também podem ser apropriados de modo cotidiano e experiencial, funcionando, em determinados contextos, como espaços de permanência, introspecção e pausa diante do ritmo urbano. O silêncio, a circulação controlada e a relativa separação do fluxo da cidade fazem com que, por vezes, sejam vivenciados como ambientes de descanso e contemplação. Em alguns casos, tornam-se também lugares de sociabilidade, reunindo pessoas que os frequentam como ponto de encontro ou convivência. Há, ainda, grupos que se aproximam desses espaços por afinidades estéticas e identitárias como adeptos do movimento gótico, que encontram na arquitetura tumular, na iconografia funerária e na atmosfera melancólica dos cemitérios formas de expressão cultural e pertencimento.

Diante de tantas possibilidades, o cemitério revela-se também como um espaço que se abre a iniciativas organizadas, cada vez mais comuns em várias partes do mundo. Entre elas, destacam-se visitas guiadas com fins turísticos e educativos, atividades promovidas por instituições de ensino, práticas artísticas e culturais, além de projetos que exploram a dimensão simbólica desses lugares.

Alguns cemitérios, são reconhecidos como verdadeiras “necrópoles” ou “museus a céu aberto”³. Esse reconhecimento se deve não apenas à sua função funerária, mas também ao acervo artístico, arquitetônico e simbólico que concentram. Esculturas monumentais, mausoléus, estilos arquitetônicos variados e referências culturais diversas transformam esses espaços em registros vivos da história. Exemplos notáveis desse reconhecimento são o Père Lachaise, em Paris, a Recoleta, em Buenos Aires, e o Cemitério da Consolação, em São Paulo, que se tornaram pontos de visita e contemplação pela importância de suas obras e personagens históricos.

Contudo, a relevância dos cemitérios como lugares de memória não está condicionada à monumentalidade de suas formas. Mesmo em cemitérios de menor porte, as sepulturas, inscrições e símbolos preservam experiências e narrativas fundamentais para a história local, articulando pertencimentos e afetos compartilhados por comunidades específicas.

Nesse sentido, compreende-se que a relevância dos cemitérios como lugares de memória não se limita às grandes necrópoles. Mesmo em cemitérios de menor porte, experiências comunitárias e narrativas locais se inscrevem em símbolos, inscrições e materialidades funerárias que podem ser mobilizadas publicamente. Nessa direção, Tavares (2024, p. 179) afirma que “a função do cemitério não é só de recolher os mortos, mas é o último bastião da memória de grupos e entes físicos extintos, expresso em palavras, outros símbolos presentes nas sepulturas e lápides e, em alguns casos, na arte funerária”.

³ Embora a expressão “museu a céu aberto” seja frequentemente utilizada para descrever cemitérios que abrigam acervos artísticos e históricos significativos, é importante considerar que nem todos os cemitérios possuem as condições necessárias para serem musealizados. A musealização exige políticas de preservação, curadoria, acessibilidade e reconhecimento institucional elementos que nem sempre estão presentes em espaços funerários, especialmente aqueles com menor visibilidade pública. Para mais informações: BORGES, Maria Elizia. *O cemitério como “museu a céu aberto”*. Anais do VII Congresso Internacional Imagens da Morte: tempos e espaços da morte na sociedade, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/13557>. Acesso em: 24 mar. 2025.

A partir desse entendimento, os cemitérios podem ser compreendidos como territórios vivos da cidade, nos quais memória e história se materializam e se tornam publicamente legíveis. Ainda que cercados por estigmas e silenciamentos, esses espaços não existem à margem da vida social: eles integram o cotidiano urbano e condensam marcas de pertencimento, hierarquias e experiências coletivas. Nomes, datas, inscrições, símbolos religiosos, fotografias e arquiteturas funerárias funcionam como vestígios históricos, permitindo reconhecer trajetórias, práticas culturais e disputas de sentido em torno do passado. Nesse sentido, o cemitério não apenas abriga os mortos, mas produz e preserva narrativas sociais, configurando-se como um lugar de memória e uma fonte privilegiada para interpretar a história local. Nesses contextos, o cemitério pode assumir um papel social relevante justamente por sua acessibilidade, gratuidade e disponibilidade contínua.

Diferentemente de instituições formais como museus ou centros culturais, que exigem recursos financeiros ou possuem dias de visitação restritos, os cemitérios permanecem abertos e integrados ao cotidiano das comunidades. Vale lembrar que, além de exposições permanentes, os museus também oferecem exposições temporárias, o que amplia ainda mais as oportunidades de contato com diferentes manifestações artísticas e históricas. Entretanto, enquanto o acesso aos museus pode ser condicionado à programação específica e à disponibilidade de ingressos, os cemitérios, por sua natureza, permanecem acessíveis e abertos à visitação e à vivência comunitária em tempo integral.

Como destaca Giampaoli (2018, p. 78), os cemitérios podem funcionar como “lugares de encontro público, de educação pública, de discussão, de apropriação cotidiana pelos vivos”. Nessa perspectiva, constituem-se como cenários de mediação cultural e patrimonial, visitas guiadas, experiências históricas e ações voltadas à valorização da memória, reafirmando sua relevância social e cultural no espaço urbano.

Diante da diversidade de usos e sentidos que podem assumir, esses lugares se apresentam como territórios onde diferentes formas de memória se manifestam e se entrelaçam. Como observa Halbwachs (1990), a memória não é apenas individual, mas se constrói coletivamente por meio de símbolos, eventos e práticas que reforçam identidades comuns. Nesse sentido, o espaço cemiterial pode ser entendido como um território de memória social, pois guarda marcas que ultrapassam a dimensão privada e se conectam à história de grupos e comunidades. Ao mesmo tempo, preserva lembranças individuais e familiares que, quando trazidas ao âmbito público por iniciativas como visitas guiadas e projetos de mediação cultural e patrimonial, ganham visibilidade e

ampliam os sentidos atribuídos ao passado no espaço urbano. Dessa forma, a memória inscrita nesses lugares não permanece restrita ao luto ou à esfera doméstica, mas pode ser mobilizada como instrumento de leitura histórica e de construção de narrativas compartilhadas, aproximando o cemitério das práticas contemporâneas da História Pública.

Além disso, essas práticas permitem compreender o espaço cemiterial como um lugar de história, no qual trajetórias de vida, marcas materiais, rituais e narrativas vinculadas à morte oferecem elementos para a reconstrução crítica de dimensões sociais, culturais e políticas de uma coletividade. Dessa forma, ele não se limita a guardar lembranças, mas se constitui como território no qual memória e história se entrelaçam de modo dinâmico. Quando mobilizadas pela História Pública, tais experiências podem converter esses espaços em instrumentos de diálogo com o presente, especialmente por meio de ações de mediação cultural e patrimonial, como visitas guiadas e roteiros temáticos, ampliando a reflexão sobre como diferentes sociedades lidam com a morte, com o esquecimento e com a preservação de seus próprios passados.

Contar a história por meio da morte e compartilhá-la com o público torna-se uma forma de compreender como os grupos sociais elaboram suas perdas, preservam vínculos e constroem narrativas sobre si mesmos.

Analisar e utilizar os cemitérios como fontes históricas favorece a visibilização de memórias marginalizadas, amplia a valorização de experiências coletivas e possibilita compreender dinâmicas sociais presentes em diferentes comunidades. Além disso, permite observar formas de religiosidade e identidades que atravessam os modos de lidar com a finitude e de produzir sentidos individuais e coletivos diante da morte. Desse modo, o cemitério pode ser compreendido como locus privilegiado para interpretar a construção da memória social e a elaboração coletiva do passado.

No entanto, a efetivação dessas práticas enfrenta obstáculos significativos. A atuação do historiador em ambientes marcados por estigmas sociais, como os cemitérios, demanda não apenas rigor metodológico, mas também uma postura de sensibilidade, ética e profunda atenção às dimensões simbólicas que permeiam as relações entre vivos e mortos. Cada sepultura carrega experiências individuais e coletivas, revelando vínculos afetivos e marcas de suas próprias subjetividades. A abordagem historiográfica, portanto, deve considerar não apenas os aspectos documentais e factuais, mas também os elementos simbólicos, afetivos e identitários, reconhecendo o cemitério como um campo complexo de produção, preservação e disputa de narrativas sociais.

As visitas a cemitérios, hoje frequentemente organizadas em roteiros guiados, não representam uma prática recente. Desde o século XIX, com a criação dos chamados cemitérios “extramuros” e, posteriormente, dos cemitérios “jardins”, esses espaços passaram a integrar transformações mais amplas vinculadas à modernização urbana e às reformas sanitárias, que deslocaram os enterramentos para fora das áreas centrais e redefiniram a organização dos lugares destinados aos mortos. Nesse contexto, o lugar destinado aos mortos deixou de ser pensado exclusivamente como área de sepultamento e passou a ser planejado também como espaço de circulação dos vivos, associado ao passeio, à contemplação e à construção de uma memória póstuma socialmente partilhada.

O cemitério, então, se organiza como um espaço ordenado, atravessado por caminhos, setores e hierarquias internas, onde a visitação se torna parte do cotidiano e da relação da cidade com seus mortos. A materialidade funerária ganha centralidade nesse processo: túmulos, esculturas, jardins, fotografias, epitáfios e monumentos foram concebidos para serem vistos e lidos, funcionando como marcas públicas de lembrança. Em muitos casos, essas formas de inscrição também operam como linguagem social, tornando visíveis distinções de prestígio, linhagens familiares, pertencimentos religiosos e estratégias de afirmação simbólica. Assim, a visita ao cemitério não se limita à despedida, mas se transforma em experiência de observação e interpretação, na qual a cidade reconhece seus mortos, organiza memórias e elabora narrativas sobre sua própria história. Mas apesar dessas potencialidades e de suas possibilidades de uso público, a preservação dos cemitérios ainda enfrenta limites concretos no campo das políticas públicas e patrimoniais no Brasil.

A ausência de investimentos, a falta de diretrizes específicas, os furtos recorrentes e a descaracterização de suas estruturas sejam pela ação humana ou da natureza, demonstram que os cemitérios no Brasil vivenciam, de modo geral, um cenário de abandono e negligência. Esse descaso resulta na perda de referências históricas e culturais preservadas pelos cemitérios.

Portanto, os cemitérios, ao mesmo tempo em que sofrem com a ausência de políticas de preservação e de recursos, permanecem como espaços de resistência simbólica, nos quais as comunidades buscam, dentro de suas possibilidades, manter viva a história e a identidade coletiva. Esse cenário reforça a urgência de políticas públicas voltadas à valorização e à conservação desses lugares, reconhecendo-os não apenas como espaços fúnebres, mas como patrimônios sociais e culturais indispensáveis à

compreensão do passado, ao fortalecimento dos vínculos comunitários no presente e à transmissão de memórias para as gerações futuras.

A questão que se coloca, então, é: o que vem sendo feito, em termos de pesquisa e reflexão, para preservar e promover os cemitérios como espaços de memória e de história? Compreender a relevância contemporânea desses lugares enquanto dispositivos de produção e mediação da memória especialmente sob a perspectiva da História Pública exige uma breve retomada dos processos históricos e simbólicos que possibilitaram a consolidação da morte e de seus espaços correlatos como objetos legítimos de investigação cultural.

No Brasil, esse movimento ganhou força a partir da década de 1970, quando os cemitérios passaram a ser reconhecidos pela historiografia e pelas ciências sociais não apenas como locais de sepultamento, mas como expressões materiais e simbólicas das relações entre vivos e mortos. Um marco fundamental nesse processo é a obra de Clarivaldo Prado Valladares, *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros* (1972), pioneira ao valorizar a arte tumular como manifestação estética e como reflexo das hierarquias sociais.

Na década de 1990, João José Reis ampliou esse campo com *A morte é uma festa* (1991), ao analisar a chamada “Cemiterada” em Salvador, revelando as disputas sociais e políticas em torno da obrigatoriedade dos cemitérios públicos. Posteriormente, Maria Elizia Borges, em *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto* (2002), destacou o papel da imigração italiana na configuração da arte tumular paulista, evidenciando a relação entre práticas funerárias, trabalho imigrante e identidade cultural.

Claudia Rodrigues também se inseriu nesse campo com *Lugares dos mortos na cidade dos vivos* (1997), em que analisou as reações dos habitantes do Rio de Janeiro diante da proibição dos sepultamentos em igrejas. Nos anos seguintes, outras pesquisas ampliaram o escopo temático e geográfico do debate. Harry Rodrigues Bellomo, em *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia* (2008), voltou-se à estatutária fúnebre em Porto Alegre/RS; Renato Cymbalista, com *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes nos cemitérios de São Paulo* (2002), realizou levantamentos fotográficos e analisou os cemitérios paulistas em relação ao processo de urbanização, Marcelina das Graças Almeida, em *Morte, cultura, memória múltiplas interseções: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte* (2007), dedicou-se ao estudo comparativo entre o Cemitério do Bonfim e os

espaços funerários portugueses, refletindo sobre suas múltiplas dimensões culturais e visuais. Essas obras, aqui mobilizadas de forma representativa, não esgotam a produção existente, mas sinalizam algumas das principais inflexões do campo no Brasil.

Mais recentemente, esse processo de valorização também tem se ampliado para além do universo acadêmico, impulsionado pela circulação de conteúdos em mídias digitais. Páginas, perfis e produções audiovisuais dedicadas à arte tumular, à memória local e às trajetórias de indivíduos sepultados contribuem para tornar esses espaços mais visíveis, reativando o interesse público por seus significados históricos e patrimoniais. Ainda que tais iniciativas possuam formatos diversos, elas evidenciam a expansão dos usos públicos do passado e a emergência de novas formas de mediação, nas quais o cemitério passa a ser apresentado como lugar de memória, patrimônio e narrativa.

Nesse sentido, as produções sobre os cemitérios brasileiros compartilham um mesmo gesto: o de retirar esses espaços da condição de marginais e reafirmá-los como fontes privilegiadas para compreender a sociedade, suas tensões e suas formas de simbolizar a morte. A fundação da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), em 2004, representou um marco decisivo nesse processo, ao consolidar redes de pesquisa, estimular o intercâmbio entre pesquisadores e ampliar a visibilidade e a institucionalização dos estudos cemiteriais no país.

História Pública e Cemitérios: perspectivas, desafios e possibilidades.

Como mencionado anteriormente, os cemitérios vêm sendo progressivamente valorizados como objeto de investigação no meio acadêmico. Os estudos sobre a morte e o morrer, especialmente a partir do século XIX, ganharam destaque em áreas como História, Antropologia e Sociologia, contribuindo para compreender não apenas rituais fúnebres, mas também representações sociais, políticas e culturais associadas à experiência da finitude. Nesse sentido, ao observar esses espaços com atenção, é possível reconhecê-los como fontes privilegiadas de conhecimento histórico e social. Inseridos no tecido urbano e comunitário, eles permitem interpretar práticas coletivas, sensibilidades históricas e processos de construção da memória, revelando traços importantes sobre os grupos e as sociedades que os produzem.

Dessa forma, o estudo dos cemitérios amplia a compreensão do passado e das identidades sociais, na medida em que esses espaços operam como fontes históricas complexas, onde se entrelaçam memórias coletivas, narrativas locais e processos

contínuos de atribuição de sentidos. É a partir dessa perspectiva que esta pesquisa busca contribuir para o campo da História Pública, examinando como práticas de mediação como as visitas guiadas realizadas no projeto “Volta Histórica – Cemitérios” podem ativar o Cemitério Municipal de Maringá (PR) como espaço de reconhecimento, diálogo e reflexão sobre a história da comunidade. Embora a História Pública no Brasil contemple uma variedade de objetos e experiências, a abordagem dos cemitérios como espaços de prática e problematização histórica ainda aparece de forma menos recorrente nas discussões acadêmicas do campo.

Partindo dessa lacuna, o presente trabalho propõe uma análise das potencialidades dos cemitérios como espaços de produção e circulação de narrativas vinculadas à memória e à história local, considerando-os a partir da perspectiva da História Pública. Embora práticas de comunicação histórica com públicos amplos tenham raízes anteriores, a consolidação da História Pública como campo de reflexão e atuação profissional ganhou forma sobretudo a partir da década de 1970, com destaque para os Estados Unidos. Nesse contexto, Robert Kelley (1978) contribuiu para delimitar o termo *Public History*, ao defender a ampliação do alcance do conhecimento histórico para além dos circuitos acadêmicos. Nas décadas seguintes, o debate teórico se expandiu e incorporou com maior ênfase a dimensão colaborativa da produção histórica: Michael Frisch (1990), por exemplo, formulou a noção de *shared authority*, destacando a importância da escuta e da coparticipação na construção de narrativas em espaços públicos. De modo complementar, obras como *The Public History Reader* (Kean; Martin, 2013) e *Public History: A Textbook of Practice* (Cauvin, 2016) reafirmam a relevância da multiplicidade de vozes, da mediação e do engajamento coletivo como componentes centrais do campo.

No Brasil, a História Pública vem se consolidando como campo de pesquisa e atuação, ainda que em processo de expansão e sistematização. A criação da Rede Brasileira de História Pública, em 2012, representou um marco importante ao articular iniciativas antes dispersas e estimular o diálogo entre pesquisadores, instituições e diferentes públicos. Desde então, a ampliação de grupos de pesquisa, eventos temáticos e publicações voltadas à articulação entre história, memória, patrimônio e participação social tem contribuído para fortalecer o campo e ampliar suas possibilidades de intervenção.

Entre as publicações de destaque no Brasil, encontram-se *Introdução à História Pública* (Almeida e Rovai, 2011), *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários* (Mauad, Almeida e Santhiago, 2016), *História Pública e Divulgação de História*

(Carvalho, Pastor e Teixeira, 2019), História Pública em Movimento (Almeida e Rodrigues, 2021) e História Pública: Para Quem, Para Quê, Como e Com Quem? (Rovai e Kobelinski, 2024). Essas obras indicam um movimento contínuo de consolidação do campo, sinalizando um deslocamento das fronteiras tradicionais da historiografia para uma abordagem que privilegia o diálogo com diferentes públicos, espaços.

A literatura recente aponta que a História Pública no Brasil tem se afirmado como um campo plural, que busca ultrapassar a simples divulgação ou popularização da história. Nesse sentido, procura incorporar princípios que enfatizam inclusão, participação social e valorização de diferentes saberes e práticas culturais, promovendo uma reflexão mais crítica sobre os usos do passado. Além disso, essa ampliação conceitual envolve também uma dimensão política e ética, voltada à democratização do acesso à memória e à história, bem como ao fortalecimento de uma atuação historiográfica mais sensível às demandas sociais e comunitárias. Desse modo, esse movimento contribui para reconhecer a importância de espaços não tradicionais como os cemitérios como locais de produção, mediação e circulação de narrativas vinculadas à memória e à história local.

A ampliação do campo da História Pública e sua abertura a abordagens interdisciplinares têm favorecido o reconhecimento de espaços urbanos pouco explorados como objetos relevantes de reflexão histórica. Nessa perspectiva, os cemitérios se apresentam como territórios particularmente produtivos para pensar memória e história, pois concentram dimensões sociais, culturais e simbólicas que tornam visíveis camadas de pertencimento, identidade, exclusão e afeto. Trata-se de ambientes em que se inscrevem tensões e continuidades da vida coletiva, oferecendo elementos para compreender como diferentes grupos elaboram o passado e o tornam socialmente significativo.

Quando o historiador atua nesses espaços a partir de práticas de História Pública como visitas guiadas, ações patrimoniais e mediações culturais, o cemitério tende a deixar de ser apenas um lugar de observação e passa a funcionar como potencial cenário de produção compartilhada de narrativas, esse tipo de intervenção busca mobilizar diferentes atores sociais para uma reflexão crítica sobre a história local, seus silenciamentos e seus processos de reconhecimento. Ao articular materialidade funerária (monumentos, epitáfios, símbolos) e práticas sociais de visitação e interpretação, essas experiências ampliam as possibilidades de atuação do historiador em espaços não convencionais e reforçam o potencial do cemitério como lugar de memória pública e debate social. Com

isso, reafirma-se o valor cultural, político e afetivo desses locais para as comunidades, reconhecendo-os como elementos centrais na construção da identidade coletiva e na manutenção viva da memória local.

Esta pesquisa se insere no contexto de ampliação conceitual da História Pública, ao investigar o potencial dos cemitérios como espaços de atuação do historiador, sobretudo em locais que escapam aos circuitos institucionais convencionais. Embora frequentemente negligenciados nas políticas culturais e institucionais, os cemitérios exercem um papel central na constituição da memória e da história, pois neles se refletem múltiplas camadas de pertencimento, identidade, exclusão e afeto. Analisá-los sob a perspectiva da História Pública implica ir além do reconhecimento tradicional como simples fonte documental, compreendendo-os como ambientes dinâmicos, onde práticas sociais, memórias coletivas e experiências históricas se entrecruzam.

Nesse sentido, considerar o cemitério como lugar histórico exige atenção às suas dimensões simbólicas complexas, relacionadas à morte, aos mortos e ao morrer, aspectos que mobilizam representações sociais, rituais, relações de poder e disputas de memória. Ao articular essas perspectivas, este estudo busca contribuir para o fortalecimento da interdisciplinaridade e para a promoção de um diálogo ampliado entre passado e presente, capaz de valorizar uma memória plural e inclusiva, em sintonia com as diversas identidades e histórias das comunidades locais.

Embora a literatura sobre o tema contemple uma ampla gama de abordagens que vão desde luto público até a compreensão da morte como evento biológico ou experiência emocional esta pesquisa opta por outro caminho. O foco recai sobre o cemitério enquanto lugar de memória pública, entendido como lugar em que diferentes narrativas históricas e simbólicas são mobilizadas, reinterpretadas e compartilhadas. Mais do que um local associado à experiência íntima da perda, o cemitério é aqui concebido como um território de produção histórica e de mediação cultural, no qual se articulam práticas sociais, representações coletivas e disputas de memória.

A compreensão do cemitério como lugar privilegiado para a construção de sentidos sobre o passado, a identidade e a coletividade dialogam com as reflexões de Ricardo Santhiago (2016, p. 90-91), ao indicar que a atuação em História Pública pode assumir diferentes dimensões: história para o público, com o público, feita pelo público e história e público. Tais categorias oferecem caminhos para pensar os modos de engajamento e participação nos processos de elaboração de narrativas históricas.

Nesse mesmo campo, Michel Kobelinski (2020) analisa, em estudo sobre o acidente ferroviário de 1943 em Paulo Frontin (Brasil), como o luto público se entrelaça à memória coletiva e a práticas culturais, como a fotografia, evidenciando a forma pela qual os espaços de memória se tornam lugares de negociação simbólica e de construção identitária⁴. A partir dessas contribuições, esta pesquisa propõe aplicar tais perspectivas ao estudo dos cemitérios, entendendo-os como espaços vivos de memória, nos quais se manifestam disputas, negociações e múltiplas representações do passado.

A prática histórica em espaços públicos, como as visitas guiadas a cemitérios, é compreendida neste trabalho como uma forma de articular história com e para o público. Essas ações envolvem divulgação histórica, mediação e colaboração social, ao promoverem a circulação de saberes em diálogo com sujeitos (visitantes), territórios (cemitério) e memórias locais. Como afirma Júnior (2017, p. 437), “o cemitério também é movimento e não se fossiliza com o tempo. A cultura tumular é percebida em parâmetros regionais e locais, e carece de constantes revisões no campo da pesquisa.”

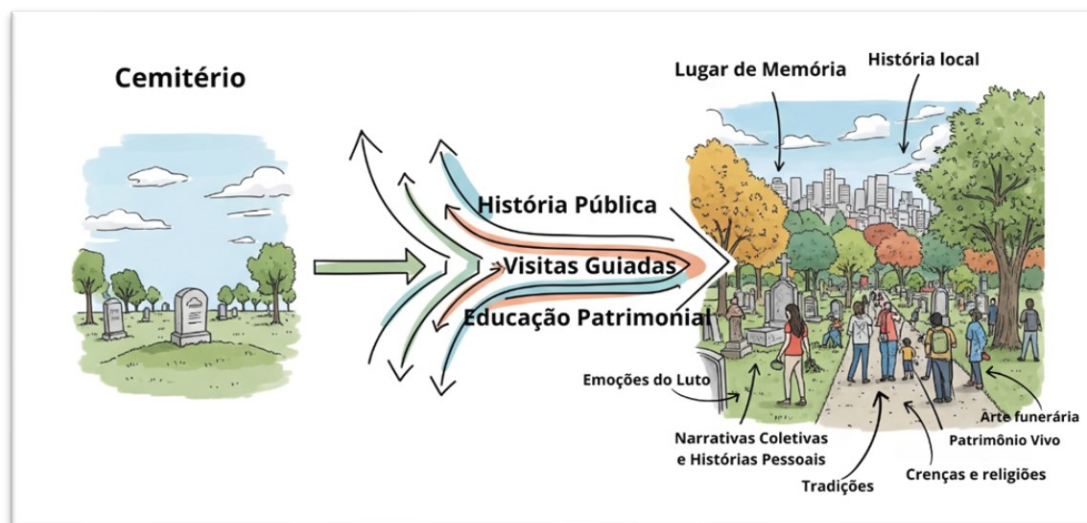
A ampliação do diálogo entre o conhecimento histórico e o público não acadêmico constitui, sem dúvida, um dos objetivos centrais da História Pública. No entanto, essa aproximação exige cautela quando se trata de lugares de memória vinculados à morte, como os cemitérios. Construir narrativas nesses espaços demanda rigor metodológico e sensibilidade diante das múltiplas camadas simbólicas que os constituem. É preciso evitar tanto a espetacularização, pautada por lógicas de visibilidade imediata e consumo rápido, quanto a história anedótica, centrada apenas em curiosidades ou fatos isolados. Como alertam Giacomazzi e Silva (2024, p. 146), “render-se aos anseios do público [...] é um risco ainda maior, sob pena de negligenciarmos a história de grupos subjugados e/ou reproduzirmos no imaginário uma visão de que a História é um gabinete de curiosidades, inventando um passado fantástico e maravilhoso.”

Neste sentido, partindo da compreensão dos cemitérios como territórios de memória e história (figura 1), e que podem ser mobilizados e reconhecidos pelas práticas de História Pública, esta dissertação propõe um estudo centrado no Cemitério Municipal de Maringá, localizado na região norte do Paraná. A escolha do Cemitério Jardim Municipal de Maringá como objeto de estudo justifica-se por sua relevância no

⁴ KOBELINSKI, Michel. Explorando as interseções entre luto público, memória e fotografia em Paulo Frontin (Brasil). *Boletim do Tempo Presente*, v. 13, n. 4, p. 136-159, out./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/download/22381/16735/72138>. Acesso em: 21 out. 2025.

imaginário urbano e cultural da cidade. Projetado na década de 1940 pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, responsável pelo plano urbanístico de Maringá, o cemitério integra desde o início o processo de fundação e consolidação da cidade.

Figura 1- O cemitério e suas possibilidades.



Fonte: Elaborado pela autora 2025.

Assim, sua trajetória acompanha a própria constituição do espaço urbano maringense, assumindo, ao longo do tempo, funções que ultrapassaram o sepultamento e se estenderam a abrigar memórias locais, à afirmação de identidades coletivas e às múltiplas formas de relação com a morte e o morrer. Nesta perspectiva, o Cemitério de Maringá pode ser compreendido como um dos poucos espaços que ainda preservam marcas de décadas passadas, em contraste com a intensa modernização pela qual a cidade vem passando. Enquanto muitos lugares significativos da história local foram transformados ou desapareceram ao longo do tempo, o cemitério permanece como um território de permanências, guardando elementos materiais e simbólicos que remetem às diferentes fases da constituição urbana e social de Maringá.

Ao preservar elementos que remetem às diferentes fases da constituição urbana e social de Maringá, o Cemitério também se apresenta como um espaço capaz de ser mobilizado por práticas culturais e educativas inseridas na História Pública. É nesse ponto que esta pesquisa se insere, ao investigar como o cemitério tem sido ressignificado por meio de iniciativas como as visitas guiadas promovidas pelo projeto Volta Histórica, uma ação da Secretaria de Cultura de Maringá que visa aproximar a população de seu patrimônio histórico-cultural. Nessas práticas, o cemitério é transformado em um espaço

de mediação entre passado e presente, onde a memória é atualizada constantemente por meio de experiências compartilhadas, ações pedagógicas e iniciativas voltadas à valorização do patrimônio local.

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se na abordagem etnográfica (GUBER, 2011; ARIZA; VELASCO, 2015), com ênfase na observação participante e na inserção direta nas atividades do projeto Volta Histórica, desenvolvido pela Secretaria de Cultura de Maringá (SEMUC) em parceria com a Gerência do Patrimônio Histórico (GPH). Essa escolha permite acompanhar de perto as interações entre público, território e memória, evidenciando como o cemitério é ressignificado por meio das práticas culturais ali realizadas. A vivência em diferentes momentos e situações possibilitou uma compreensão mais ampla e aprofundada desse processo. Inspirada nas reflexões de Guber (2011), esta pesquisa parte do reconhecimento de que o trabalho etnográfico envolve não apenas o intelecto, mas também o corpo, a escuta e a sensibilidade do pesquisador. No acompanhamento e participação das ações do projeto Volta Histórica, as situações vivenciadas deixaram de se apresentar como meros dados objetivos, configurando-se como experiências permeadas por sentidos, emoções e aprendizados. Muitas dessas vivências aproximam-se do que Guber (2011) denomina “incidentes reveladores”: momentos de ruptura ou surpresa no campo que, ao emergirem no fluxo da prática cotidiana, expõem dimensões profundas da realidade investigada.

Um exemplo marcante ocorreu durante a visita guiada *Mulheres, Histórias e Memórias* (2024), quando foram apresentadas trajetórias de mulheres já falecidas, em grande parte desconhecidas ou pouco registradas. Ao observar o público, majoritariamente composto por mulheres, percebeu-se que muitas não tinham conhecimento prévio dessas narrativas. A surpresa e o debate que emergiram desse encontro revelaram como a ausência de registros ou a invisibilização feminina no espaço cemiterial expressa um padrão mais amplo de apagamento de gênero na memória pública questão que posteriormente deu origem a um artigo derivado desta pesquisa. Esse contraste se torna ainda mais evidente diante da recorrente valorização de figuras masculinas nas homenagens oficiais.

A experiência etnográfica no projeto Volta Histórica também se articula à perspectiva da História Pública, cuja prática pressupõe a escuta, o diálogo e a construção compartilhada do conhecimento histórico com diferentes públicos. Essa afinidade aproxima a História Pública do método etnográfico, pois ambos valorizam a presença em campo, a observação das interações sociais e a atenção aos sentidos produzidos

coletivamente. No caso desta pesquisa, o trabalho de campo envolveu a participação direta nas atividades do projeto desde a elaboração dos roteiros temáticos até a realização das visitas guiadas permitindo observar como o espaço cemiterial se transforma diante da presença dos visitantes: memórias são ativadas, histórias ganham voz e significados são negociados e compartilhados. Foram acompanhadas duas edições do projeto: uma dedicada às trajetórias femininas e outra, desenvolvida no âmbito desta dissertação, voltada aos sepultamentos infantis no Cemitério Municipal de Maringá.

A escolha desse recorte temático dialoga com a formação complementar da pesquisadora em um curso de pós-graduação sobre estudos da morte e dos cemitérios, realizado na Argentina (UNPSJB), experiência que contribuiu para ampliar as perspectivas teóricas e metodológicas que fundamentam esta pesquisa. Ao longo da pesquisa, procurou-se articular as práticas sociais observadas no campo com os debates teóricos sobre morte, memória e patrimônio, e a história pública, buscando compreender como os sentidos atribuídos ao cemitério são construídos e negociados nas interações entre os sujeitos, o espaço e as narrativas evocadas. A experiência prática também nos permitiu refletir sobre os desafios metodológicos e éticos enfrentados pelo historiador público ao lidar com temas delicados, como os sepultamentos infantis. A partir desse percurso, esta dissertação busca contribuir para o debate sobre os usos públicos do Cemitério Jardim Municipal de Maringá.

Para desenvolver essa proposta, a dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma abordagem historiográfica sobre os espaços de sepultamento no Brasil, analisando suas transformações ao longo do tempo e os diferentes sentidos atribuídos à morte no contexto urbano. Busca-se compreender como os cemitérios, enquanto lugares, foram sendo construídos material e simbolicamente desde a tradição colonial dos enterros realizados no interior das igrejas até a consolidação dos modelos de cemitérios públicos que hoje conhecemos, neste sentido este capítulo volta-se tanto para as mudanças quanto para as permanências que foram sendo construídas ao longo do tempo.

A centralidade das discussões sobre os cemitérios tornou-se ainda mais evidente no século XXI, quando a pandemia de Covid-19, em 2020, recolocou esses espaços no centro do debate público. A rápida necessidade de ampliação de áreas de sepultamento, a adoção de novos protocolos sanitários e a restrição dos rituais fúnebres fizeram com que os cemitérios voltassem a concentrar tensões já antigas entre espaço urbano, morte e gestão pública. A crise sanitária ocasionada pela Covid-19 evidenciou que, apesar das

transformações administrativas e higienistas implementadas desde o século XIX, a destinação dos mortos permanece sensível às emergências coletivas.

No capítulo 2 – A Cidade dos Mortos: memória, espaço urbano e práticas contemporâneas, aborda-se especificamente a história e a constituição simbólica do Cemitério Municipal de Maringá, examinando sua inserção no contexto do planejamento urbano e as transformações que acompanhou ao longo do tempo. Analisa-se também como esse espaço funerário vem sendo apropriado na contemporaneidade, com atenção a práticas como o turismo funerário e outras formas de ressignificação social e cultural que extrapolam sua função original de sepultamento, convertendo-o em um território ativo de memória e patrimônio.

Por fim, o capítulo 3 – Quando os Vivos Visitam os Mortos: práticas de História Pública no Cemitério Municipal de Maringá apresenta a pesquisa de campo desenvolvida a partir da participação nas atividades do projeto Volta Histórica, com ênfase na visita guiada temática dedicada aos túmulos infantis. Fundamentado na observação participante e na abordagem etnográfica, o capítulo analisa de que modo essas experiências se configuram como práticas de História Pública, ao promoverem processos de mediação cultural e patrimonial que articulam morte, história e memória local.

De modo geral, a estrutura proposta busca articular reflexão teórica e análise empírica, unindo perspectivas historiográficas, socioculturais e metodológicas para compreender o cemitério como espaço de produção de sentidos e de práticas públicas de história. Ao longo da dissertação, pretende-se evidenciar como o diálogo entre memória, patrimônio e História Pública permite novas leituras sobre os lugares da morte e, sobretudo, sobre os modos de preservação e transmissão das experiências coletivas que neles se inscrevem.

CAPÍTULO 1

LUGARES DE SEPULTAMENTO NO BRASIL: ENTRE PRÁTICAS E TRANSFORMAÇÕES.

Ao visitar um cemitério, é possível perceber como uma sociedade constrói sentidos sobre a vida, a morte e o tempo, revelando modos de compreender a si mesma e de narrar o próprio passado. Esses espaços condensam práticas culturais, escolhas estéticas e valores simbólicos que atravessam gerações, tornando-se lugares onde a memória coletiva se materializa e é constantemente reinterpretada. O cemitério, portanto, não é um espaço estático nem restrito à função funerária: ele expressa transformações sociais, religiosas e políticas, sendo também um território de disputas, silenciamentos e permanências.

Neste sentido, compreender a formação e a transformação dos cemitérios no Brasil nos permite situar o Cemitério Municipal de Maringá em uma perspectiva histórica mais ampla. Os modos de enterrar, celebrar e recordar os mortos comumente refletem processos sociais, políticos e culturais que atravessam diferentes períodos e contextos. A forma como as cidades organizaram seus cemitérios evidencia não apenas preocupações sanitárias e urbanísticas, mas também concepções de poder, religiosidade e pertencimento. Investigar essa trajetória nos possibilita compreender como o cemitério se consolidou como instituição moderna e espaço público, sendo atravessado por tensões entre o sagrado e o secular, o coletivo e o individual. Dessa maneira, antes de examinar o caso maringaense, torna-se pertinente analisar o percurso histórico que conformou as práticas funerárias e a configuração dos cemitérios no país, pois é nesse processo que se delineiam as bases simbólicas e materiais que sustentam, ainda hoje, a relação dos vivos com seus mortos.

1.1 Do sepultamento nas igrejas aos cemitérios públicos: transformações históricas dos lugares dos mortos.

Antes da criação dos cemitérios públicos, os sepultamentos no Brasil seguiam o costume herdado da tradição cristã, particularmente vinculada ao catolicismo português. Sendo comum que os mortos fossem enterrados no interior das igrejas ou em seus adros, isto é, nos pátios e arredores que circundavam os templos. Esses espaços sagrados integravam o cotidiano das comunidades, reforçando a proximidade simbólica e física entre os vivos e os mortos. Nesse modelo, o corpo do falecido permanecia sob a tutela das instituições religiosas (paróquias, abadias, irmandades e ordens terceiras) que administravam os locais de sepultamento, determinavam os rituais fúnebres e controlavam o acesso aos diferentes tipos de sepultura. Essa prática expressava não apenas a centralidade da Igreja na organização social e espiritual da colônia, mas também as hierarquias sociais e econômicas refletidas na forma como a morte era vivida e representada.

O convívio com os mortos fazia parte do cotidiano, não como experiência de ruptura, mas como continuidade da existência dentro das igrejas, que exercia papel quase que central atuando como mediadora entre os vivos e os mortos. Sobre esta convivência cotidiana, Reis (1997, p. 14) observa que “vivos e mortos se faziam companhia nos velórios em casa [...] os vivos enterravam os mortos em templos onde estes haviam sido batizados, tinham se casado, confessado, assistido missas [...] e onde continuariam a encontrar seus vivos cada vez que estes viessem a fazer essas mesmas coisas.” Tratava-se, portanto, de uma convivência contínua, na qual os mortos permaneciam integrados e faziam parte dos aspectos sociais e religiosos das comunidades. Rodrigues (1997, p. 21) complementa essa perspectiva ao afirmar que havia uma verdadeira “relação de vizinhança cotidiana entre os habitantes e as sepulturas”, quase sempre marcada pela proximidade e pela continuidade.

A disposição das sepulturas no interior das igrejas fazia com que a presença dos mortos fosse parte estrutural do espaço de culto, implicando em uma convivência constante entre fiéis e seus defuntos. Trata-se de um arranjo espacial que tornava tênues as separações entre as esferas da vida e da morte e que moldava a sensibilidade religiosa da época, para a qual essa proximidade não era percebida como estranha, mas como prática habitual.

A bibliografia sobre o tema destaca que, “no Brasil os claustros das igrejas coloniais colocam as lápides de seus clérigos falecidos nos corredores e nos seus jardins internos. As igrejas das cidades históricas do estado de Minas Gerais até hoje enterram seus membros religiosos nos cemitérios adjacentes às igrejas⁵”, revelando a persistência histórica desse modelo. Ambos expressam modos historicamente situados de significar a morte, refletindo valores e hierarquias que se transformam, mas não desaparecem.

Nesse universo, as práticas de sepultamento eram orientadas por significados religiosos que estruturavam o comportamento dos vivos e o destino dos mortos. A maior parte desses ritos era regida pela Igreja, cuja autoridade se sustentava em elementos profundamente enraizados no imaginário coletivo, como a tríade “céu, inferno e purgatório” (Castro, 2007, p. 36). Conforme analisa Delumeau (1989), o medo da condenação eterna e a angústia do juízo final configuravam uma verdadeira pedagogia do medo, moldando sensibilidades e reforçando a necessidade de intermediação clerical. Assim, o temor da morte não se restringia ao fim da existência física, mas se articulava às incertezas da salvação, fazendo dos ritos fúnebres e das práticas religiosas dispositivos essenciais para ordenar a passagem ao além.

Naquele período, as práticas de sepultamento eram atravessadas por significados religiosos que orientavam tanto o comportamento dos vivos quanto o destino dos mortos. A grande maioria desses ritos era regida por regras e costumes da Igreja, que estruturavam o modo como as comunidades lidavam com a morte. A participação coletiva reforçava o sentimento de pertencimento e a continuidade entre as gerações, ao mesmo tempo em que reafirmava a autoridade do discurso religioso sobre o morrer. Esse discurso era sustentado por elementos profundamente arraigados no imaginário coletivo, como a tríade “céu, inferno e purgatório”, que fundamentava a visão católica sobre o destino da alma após a morte (Castro, 2007, p. 36). Conforme analisa Delumeau (1989), o medo do inferno e a angústia diante da condenação eterna foram amplamente difundidos pela Igreja ao longo da Idade Moderna, constituindo uma verdadeira pedagogia do medo que orientava comportamentos e moldava a sensibilidade religiosa. Nesse contexto, o temor da morte não se restringia ao fim da existência, mas se associava à expectativa do juízo e à incerteza quanto à salvação, reforçando a necessidade de intermediação clerical e de observância dos ritos prescritos pela fé.

⁵ Borges, Maria Elizia. “verbete”, in: *Guia Didático e Histórico de Verbetes sobre a Morte e o Morrer*, org. Mara Regina do Nascimento e Mauro Dillmann. Porto Alegre: Casa letras, 2022, p. 57.

O medo da condenação e o desejo de salvação não se limitavam ao campo espiritual, mas encontravam expressão concreta nas práticas fúnebres e na organização dos espaços de sepultamento. A crença na intercessão dos santos e na eficácia das orações pelos mortos fazia com que o lugar onde o corpo repousava assumisse valor simbólico. Nesse sentido, a disposição das sepulturas dentro ou nos adros das igrejas refletiam tanto o controle religioso sobre a morte quanto as distinções sociais entre os fiéis. A ideia de que “todos somos iguais diante da morte” não se confirmavam na prática. O interior dos templos se constituía como um lugar simbólico e materialmente hierarquizado, em que a posição dos defuntos dependia de fatores sociais, econômicos e espirituais.

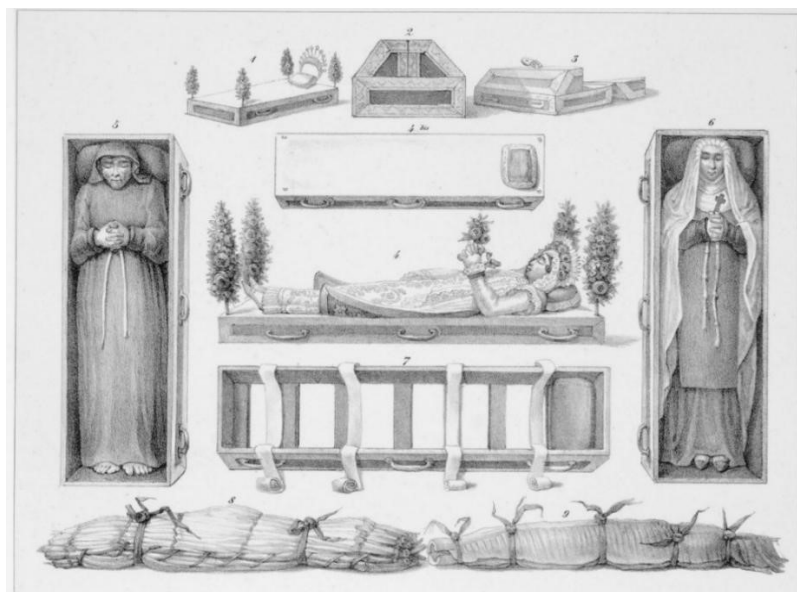
Quanto mais próximo do altar, maior era o prestígio e a associação à ideia de salvação, o que expressava de forma visível, o mesmo controle simbólico sustentado pelo imaginário religioso o medo da condenação da alma. Nesse sentido, a inquietação com o destino da alma manifestava-se nas instruções deixadas pelos mortos, sobretudo nos testamentos, onde manifestavam-se as ansiedades espirituais além de crenças para garantir a salvação, sendo em sua maioria por meio da previsão de missas, doações, esmolas e encargos pios. A responsabilidade de cumprir essas vontades recaía sobre os vivos familiares, confrarias e autoridades eclesiásticas, que deveriam zelar pelo cumprimento das disposições testamentárias, garantindo que os ritos e sufrágios fossem realizados conforme o desejo do morto.

Nos testamentos, como aponta Ziegler (1977, p. 27), era comum encontrar “doações e pedidos de intercessão por parte da Igreja (missas, orações pela memória do morto)”. Observa-se, assim, que a preocupação com o pós-morte estava centrada menos na preservação da sepultura e mais nos ritos de passagem, entendidos como práticas capazes de assegurar um destino póstumo conforme os parâmetros cristãos. Nesse contexto, compreendemos que os testamentos funcionavam como dispositivos de preparação espiritual, articulando crenças, práticas religiosas e expectativas sobre a salvação.

Nesse contexto, a morte era compreendida como um rito de passagem, orientado por práticas religiosas destinadas a assegurar ao fiel as condições necessárias para a salvação. Essa perspectiva pode ser observada na circulação de manuais voltados a esse propósito, como o “Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer o cristão com recopilação de testamentos e penitências, várias orações devotas tiradas da escritura sagrada”, publicado em Lisboa em 1627 (Priore, 2016, p. 387). Esses preceitos não se limitavam ao plano devocional: expressavam-se também em rituais públicos, como os

cortejos fúnebres, a (Figura 2) ilustra esse aspecto material da morte ao representar diferentes modelos de caixões e a participação de membros da Confraria de Nossa Senhora da Conceição em cerimônias fúnebres, conforme registrado por Jean-Baptiste Debret em 1834. imagem revela como os rituais fúnebres articulavam gestos devocionais, formas de apresentação do corpo e elementos materiais que compunham a experiência da morte no século XIX, integrando práticas religiosas e expressões comunitárias próprias daquele contexto.

Figura 2- Diversas formas de caixão e cortejo fúnebre de um membro da confraria de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Jean-Baptiste Debret. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1834)⁶

Considerando esse contexto, observa-se que as atitudes diante da morte envolviam não apenas expectativas espirituais, mas também a necessidade de garantir a ordem simbólica entre vivos e mortos. Embora muitos almejassem a salvação eterna, essa esperança não eliminava a incerteza quanto ao destino final da alma, uma vez que a passagem para o além era entendida como resultado direto da conduta moral na vida

⁶ Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil é uma obra publicada entre 1834 e 1839 pelo pintor e desenhista francês Jean-Baptiste Debret, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831. O livro, composto por litografias acompanhadas de textos descritivos, oferece um retrato detalhado da sociedade brasileira do período, abordando aspectos da vida cotidiana, costumes e cerimônias. Entre as muitas cenas documentadas, Debret ilustrou rituais fúnebres, destacando as diferenças entre os funerais de brancos, escravos e indígenas, revelando as desigualdades sociais e culturais na forma como a morte era tratada no Brasil colonial. Debret, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil: (Volumes I e II)*. Martins, 1972.

terrena (Rodrigues, 1997, p. 150). Essa incerteza ajudava a sustentar práticas voltadas a assegurar que a morte fosse ritualizada de modo adequado, evitando qualquer perturbação na relação entre os dois mundos.

Ariès (1977, p. 39) propõe que os rituais funerários também funcionavam como mecanismos para conter a presença dos mortos, impedindo que retornassem para inquietar os vivos. Para o autor, o túmulo não funcionava apenas como lugar de descanso, mas como um dispositivo simbólico destinado a estabilizar fronteiras e garantir proteção à comunidade. Nesse sentido, a figura do morto sem a sepultura, como observa Reis (1997), tornava-se especialmente perturbadora: a ausência de ritos adequados poderia transformar o falecido em uma “alma penada”, cuja instabilidade ameaçaria a ordem espiritual e social. Assim, o sepultamento religioso cumpria uma dupla função, assegurar o destino da alma e preservar o equilíbrio coletivo revelando a complexa trama de significados atribuídos à morte antes das transformações que, no século XIX, alterariam profundamente esses modos de lidar com os mortos, segundo Figueiredo (2020, p.47):

Todo católico tinha o direito de ser enterrado na igreja de sua escolha. Se não a indicasse em vida, automaticamente era sepultado em sua matriz paroquial. Mesmo aos escravos, não eram negados essa prerrogativa. Entretanto, tal benefício era estritamente proibido aos judeus, pagãos, infiéis, hereges, apóstatas, cismáticos, blasfemos, suicidas, duelistas, violadores da igreja, excomungados e as crianças que não foram batizadas.

Neste sentido, os sepultamentos funcionavam como um mecanismo de inclusão e exclusão dentro da comunidade cristã. O direito à cova em solo sagrado não dependia apenas da fé declarada, mas também da conformidade moral, da adesão às normas estabelecidas pela Igreja e dos recursos materiais disponíveis, uma vez que a posição e o tipo de sepultura estavam condicionados à capacidade de pagamento.

Nesse contexto, as irmandades religiosas organizações vinculadas à Igreja Católica desempenharam um papel na organização das práticas funerárias, especialmente entre os escravizados, libertos, pobres livres e setores populares urbanos. Para muitos desses grupos, a filiação a uma confraria representava não apenas uma forma de sociabilidade religiosa, mas sobretudo uma estratégia concreta de planejamento da morte. A cobrança de anuidades, esmolas, taxas de entrada e contribuições periódicas funcionava como uma espécie de “poupança devocional”, por meio da qual o confrade assegurava, a garantia de um enterro digno, com acompanhamento religioso, mortalha, caixão simples e, muitas vezes, missas pelos mortos.

Quem não pertencia à elite e não dispunha de recursos para pagar diretamente pelos serviços funerários encontrava nas irmandades uma alternativa para evitar, como afirma Karasch, “de outro modo, as horríveis valas comuns [...] aguardavam seus familiares e amigos queridos. Em suma, um dos motivos mais importantes para formar irmandades e participar delas era sepultar os mortos” (apud SILVA, 2007, p. 347). Neste sentido, o ingresso em uma confraria podia representar a única forma de assegurar um ritual fúnebre reconhecido e legítimo, revelando como os mecanismos de assistência religiosa eram também mecanismos de proteção simbólica e social no universo da morte.

Se por um lado as irmandades ofereciam uma alternativa ao sepultamento marginalizado, por outro lado elas também assumiam funções que ultrapassavam o âmbito funerário. Para além da garantia de um enterro digno, essas associações ligadas ao catolicismo tornaram-se importantes espaços de sociabilidade e preservação de práticas culturais, especialmente entre africanos e seus descendentes. Muitos escravizados, libertos e pobres buscavam nelas não apenas amparo espiritual, mas também a possibilidade de afirmar sua presença na comunidade e de manter formas próprias de expressão. A adesão ao modelo católico podia representar uma estratégia de integração e reconhecimento institucional, mas essas irmandades igualmente operavam como lugares de negociação cultural. Como observa Cymbalista (2002, p. 40), “a organização dos escravos e ex-escravos em irmandades era uma estratégia de mão dupla: aceitava-se a moldura católica como possibilidade de agregação social [...] Por outro lado, os rituais podiam, até certo ponto, ser flexibilizados, enchendo-os de significado que a bula católica não satisfazia.” Assim, as irmandades funcionavam não apenas como canais de assistência religiosa, mas como espaços de resistência simbólica e de construção de pertencimento em meio às exclusões sociais e espirituais do período.

Diante do exposto, torna-se possível compreender que os modos de sepultamento vigentes antes do século XIX constituíam um sistema complexo, no qual crenças religiosas, práticas comunitárias, hierarquias sociais e mecanismos de controle simbólico se articulavam para tentar organizar a presença da morte no cotidiano. A proximidade física entre vivos e mortos, os rituais de passagem, a centralidade da Igreja na administração dos sepultamentos e o papel das irmandades na garantia de assistência espiritual revelam um modelo profundamente enraizado no imaginário cristão, sustentado pela expectativa da salvação e pelo temor da condenação.

Ao mesmo tempo, a análise das exclusões aqueles impedidos de acessar o solo sagrado ou relegados às valas comuns evidência que a morte também funcionava como

espaço de reprodução de desigualdades, acompanhando as hierarquias que estruturavam a vida social. As confrarias, ao oferecerem alternativas para populações pobres, escravizadas e libertas, revelam a capacidade das camadas populares de negociar pertencimentos, redefinir rituais e produzir estratégias próprias de enfrentamento da morte e do esquecimento.

Contudo, todas essas práticas começaram a ser pressionadas por transformações mais amplas. A expansão urbana, o avanço das ideias higienistas e a medicalização do corpo introduziram novos modos de pensar a relação entre morte, espaço e cidade. O cadáver deixou de ser percebido apenas como portador de uma alma e passou a ser tratado também como agente potencial de contágio, inaugurando outro tipo de medo não mais o temor da alma penada, mas o pavor da doença e da insalubridade. Essa mudança no regime de sensibilidades produziu tensões significativas nos modos de sepultamento da época.

Neste sentido, o surgimento dos cemitérios públicos não resultou de uma ruptura repentina, mas de um processo gradual e conflituoso que foi, aos poucos, mudando a relação entre os vivos e os mortos. Compreendemos que a mudança de lugar dos enterramentos eclesiásticos para os campos-santos extramuros implicou negociações e tensões entre a Igreja, o Estado e a população, e, em um processo mais amplo, acabou gerando permanências, adaptações e resistências. Compreender essas mudanças se torna fundamental para observarmos como os novos cemitérios, agora secularizados, urbanos e administrados pelo poder público, foram se constituindo como lugares carregados de significados sociais, culturais e simbólicos. É nesse território de disputas entre tradição e inovação, entre devoção e racionalidade sanitária, que se insere a próxima seção, dedicada à consolidação dos cemitérios públicos no Brasil e às transformações que redefiniram o lugar dos mortos na sociedade.

1.2 “A igreja não é lugar de defunto”: rupturas e permanências no cotidiano dos mortos.

A transição dos séculos XVIII para o XIX marca um ponto de inflexão na gestão da morte e do espaço urbano no Brasil. As práticas tradicionais de inumação, até então centradas no imaginário da práxis devocional o sepultamento ad sanctus no interior das igrejas ou em seus adros passaram a ser questionadas sob o prisma de uma nova

racionalidade que emergia com o projeto de modernidade. A crescente crítica aos enterramentos eclesiásticos foi articulada por um conjunto de atores sociais modernizantes: médicos, engenheiros, autoridades municipais e uma intelligentsia alinhada aos preceitos do higienismo⁷.

O que antes era familiar e sagrado, tornou-se, no discurso desses reformadores, um foco de insalubridade e desorganização social. O corpo sepultado no espaço sacro da cidade era agora enquadrado como uma ameaça à saúde pública, incompatível com a ordem e a salubridade que deveriam pautar a vida urbana. Tal incompatibilidade fundamentou a urgência das reformas: os enterros nas igrejas foram associados diretamente ao risco de propagação de doenças e à imagem de um atraso civilizatório. O contexto de expansão urbana e a consolidação de um discurso público focado na modernidade e na ciência reforçaram a necessidade de afastar a morte do coração das cidades. A percepção de que a presença de cadáveres ameaçava a saúde pública alinhava-se à busca por uma imagem de nação integrada aos ideais civilizatórios do período. Nessa nova mentalidade, a tradicional familiaridade entre vivos e mortos (Rodrigues, 1990) foi aos poucos alterada: deixou de ser um laço de continuidade espiritual para se converter em um sinal de superstição.

O historiador João José Reis (2007) sintetiza essa ruptura, indicando que os mortos eram vistos como “malvistos, fedidos e perigosos à saúde dos vivos” (p. 341). Segundo Reis, a manutenção dos enterramentos eclesiásticos era percebida pelos reformadores como uma resistência ancorada em uma “mentalidade atrasada e supersticiosa, que não combinava com os ideais civilizatórios da nação que se formava” (2007, p. 307). Neste contexto o embate pelos locais de sepultamento torna-se um campo de força onde se confrontam a tradição religiosa e o projeto político-sanitário da modernidade.

Nesse contexto, as recomendações contrárias aos enterros eclesiásticos não surgiram de forma isolada, mas integraram um processo mais amplo de redefinição das

⁷O movimento higienista, que ganhou força no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, articulava médicos, autoridades públicas e intelectuais em torno da defesa de práticas voltadas à prevenção de doenças e à organização sanitária das cidades. Inspirado pelas teorias miasmáticas e pelos modelos europeus de saúde pública, esse movimento condenava a presença de cadáveres em espaços urbanos fechados, como as igrejas, por considerá-los focos de insalubridade e risco à saúde coletiva. A partir de seus pressupostos, consolidou-se a legislação que proibiu os sepultamentos intramuros e incentivou a criação de cemitérios públicos afastados das áreas centrais, transformando profundamente as práticas funerárias e a relação entre vivos e mortos no país.

esferas de autoridade entre Igreja e Estado. A inumação, antes domínio do clero, se converte em uma arena de disputa. À medida que a administração pública buscava afirmar-se como agente regulador da vida urbana, questões como saneamento, circulação, limpeza e organização dos espaços coletivos tornaram-se, estrategicamente, instrumentos de afirmação desse novo poder estatal.

Em consequência disso, os sepultamentos passaram a ser um problema administrativo e sanitário. A crescente crítica aos enterros no interior das igrejas, embora apresentada como defesa da saúde pública, expressava, em essência, a intenção do Estado de submeter à sua jurisdição um campo historicamente controlado pela Igreja. Regular os mortos significava, assim, uma forma de ordenar a cidade, disciplinar comportamentos e ampliar o alcance do poder civil sobre dimensões antes exclusivamente religiosas, transcendendo a mera questão sanitária.

A crítica higienista se ancorava em evidências sensoriais e visuais que materializavam a ameaça. Os chamados “aromas mefíticos”, vapores considerados nocivos que emergiam das sepulturas sob o piso das igrejas, passaram a ser interpretados como sinais inequívocos de perigo e insalubridade. A gravidade atribuída a essa convivência é eloquentemente ilustrada pela obra *Uma manhã de quarta-feira santa na igreja*, de Jean-Baptiste Debret (1834) (Figura 3). A tela retrata a intensa circulação de fiéis em um espaço fechado onde os mortos permaneciam inumados sob as lajes, revelando como a familiaridade cotidiana com os cadáveres uma prática antes naturalizada passava a ser reavaliada e condenada à luz das novas sensibilidades sanitárias.

A percepção sensorial da morte emanava dessa mesma convivência. Como observa Rodrigues (1997, p. 2), “ao frequentarem as igrejas, pisavam, caminhavam, sentavam-se e oravam sobre seus mortos, a todo o tempo sentindo seus odores, expressando uma determinada sensibilidade olfativa eclesiástica”. Essa experiência, que durante séculos fora parte constitutiva da cultura religiosa, passou a adquirir novos significados quando confrontada pelo discurso higienista. Reis (2017, p. 320) corrobora essa mudança de paradigma ao pontuar que “as pessoas corriam perigo quando iam pela manhã a igrejas carregadas de eflúvios mefíticos produzidos, durante a noite, pelos mortos ali enterrados”. Assim, o que antes era tolerado como parte da prática devocional passou a ser reinterpretado como risco à saúde pública, contribuindo decisivamente para o crescente movimento de afastamento dos mortos do espaço urbano central.

Figura 3- Uma manhã de quarta-feira santa na Igreja.



Fonte: Jean-Baptiste Debret. Livro: Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1834)⁸.

Em um determinado momento, especialmente com a propagação de epidemias e doenças, passou-se a recomendar “a necessidade de se fecharem perfeitamente os caixões, [...] evitar a permanência do cadáver tanto em casa como na igreja e de se manter a casa bem arejada, tendo em vista ocultar dos vivos o cheiro dos mortos” (Rodrigues, 1997, p. 61-62). Surgia, assim, uma nova sensibilidade olfativa, inexistente antes da difusão desse discurso, na qual os odores outrora tolerados passaram a ser vistos como insuportáveis e potencialmente perigosos. Nesse contexto, a presença constante dos mortos nos ambientes religiosos e os cheiros provenientes de seus corpos deixou de ser aceita com naturalidade por parte da sociedade, passando a ser considerada imprópria, incômoda e indesejável na vida cotidiana.

Diante desse novo entendimento sobre os riscos associados à presença dos mortos entre os vivos, começaram a ser articuladas medidas práticas para reorganizar o espaço funerário nas cidades brasileiras. Qual seria, afinal, o lugar dos mortos na cidade dos vivos? Foi nesse contexto que se intensificaram as discussões sobre a necessidade de criação de cemitérios públicos, sendo estes agora afastados das áreas centrais e submetidos a normas sanitárias e administrativas. Na Europa, a exemplo da França, o

⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. *A ópera da Independência: uma exposição em dois atos e dez cenas – Segundo ato: A plateia*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/a-opera-da-independencia-uma-exposicaoem-dois-atos-e-dez-cenas/segundo-ato-a-plateia/>. Acesso em: 1 set. 2024.

fechamento de antigos cemitérios considerados impróprios, como o Saints-Innocents, e a inauguração do Père-Lachaise em 1803, simbolizaram a adoção de um novo modelo de organização da morte, baseado na racionalização do espaço urbano e na medicalização do corpo morto.

Ao longo do século XIX, diferentes províncias brasileiras passaram a instituir cemitérios extramuros, ainda que de maneira desigual, marcada por ritmos distintos, resistências locais e condições sanitárias específicas. Trata-se, portanto, de um movimento mais amplo de redefinição do lugar destinado aos mortos, que acompanhou as transformações urbanas, médicas e administrativas do período e gradualmente deslocou os enterramentos para espaços separados, em consonância com novos discursos sobre higiene e modernidade.

Segundo Schimitt (1999, p. 13), o cemitério público emergiu “em nome de uma certa civilização e como garantia universal de que ao cidadão vivo, mas também morto cabia agora um local delimitado nessa sociedade das marcas exteriores”.

Há registros de que, ainda no início do século XIX, começaram a surgir medidas oficiais voltadas à reestruturação dos locais de sepultamento. Uma dessas medidas foi uma Carta Régia que sugeria a proibição dos enterramentos nas igrejas e a construção de cemitérios fora dos centros urbanos, como resposta às crescentes preocupações sanitárias. Apesar de as regulamentações iniciais não terem surtido efeito imediato, elas sinalizavam que os costumes tradicionais de inumação estavam com os dias contados. Em 1825, uma nova portaria legislou sobre os sepultamentos, e, em 1828, o Imperador decretou, pela Lei de 28 de outubro, o fim dos enterros nos recintos religiosos (Rodrigues, 1997, p. 22).

Após a promulgação da Lei de 28 de outubro de 1828, que determinava o fim dos sepultamentos no interior das igrejas, o Brasil iniciou um processo gradual de implementação de cemitérios públicos.

O Cemitério da Consolação, em São Paulo, por exemplo, só seria inaugurado em 1858. As reformas cemiteriais que ocorreram na Europa tiveram forte influência no contexto brasileiro, a adaptação às exigências da corte e de uma nova elite emergente levou à consolidação de uma classe social distinta e à reocupação de áreas urbanas anteriormente consideradas insalubres. Com o avanço das discussões em torno da criação dos novos cemitérios, crescia também a percepção de que os mortos ocupavam espaços que deveriam ser devolvidos aos vivos para atender às novas demandas urbanas. Nesse sentido, “para os vivos, os mortos e suas sepulturas competiam com eles pelos mesmos

espaços, devendo, por isso, ser remanejados para locais mais distantes” (Rodrigues, 1997, p. 256).

Se para o Estado e para os agentes do pensamento higienista os cadáveres passaram a representar um risco sanitário e um obstáculo ao ordenamento urbano, para grande parte da população e, sobretudo, para a Igreja os sepultamentos intramuros continuavam a expressar vínculos espirituais, afetivos e territoriais que não poderiam ser simplesmente deslocados. Assim, antes de se afirmar como política estabelecida, o novo modelo cemiterial teve de enfrentar disputas, negociações e resistências que revelam a complexa sobreposição de sentidos atribuídos ao lugar dos mortos nesse período.

Ter uma cova dentro da igreja era também uma forma de os mortos manterem contato mais amigável com os vivos, lembrando-lhes que rezassem pelas almas dos que se foram. E aqui a proximidade de casa era fundamental, uma vez que facilitaria a permanência do morto na memória da comunidade de vizinhos e parentes. Para as autoridades eclesiásticas, havia a vantagem política adicional de lembrar aos vivos que seu dia chegaria, reprimindo-lhes a vontade de pecar, e animando-os na piedade cristã e na obediência” (Reis, 1997, p. 120).

As resistências a essas mudanças tornaram-se particularmente visíveis na chamada “Cemiterada”, ocorrida em Salvador em 1836. A proibição dos sepultamentos dentro dos templos religiosos, aliada à concessão do serviço funerário a uma companhia privada, desencadeou forte reação de irmandades, devotos e setores populares, que viam no novo arranjo a perda do controle comunitário sobre a morte e a violação de tradições seculares. A manifestação resultou na invasão do Palácio do Governo e na depredação do recém-inaugurado Cemitério do Campo Santo, expressando o descontentamento da Igreja pela perda do monopólio sobre os ritos funerários e da população, que rejeitava tanto o rompimento com os costumes religiosos de sepultamento quanto a mudança na administração.

Conforme aponta João José Reis em *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX* (1991), a revolta expressava a forte conexão simbólica e cultural entre os vivos e seus mortos mantidos sob o domínio religioso, demonstrando que os cemitérios não eram compreendidos e utilizados apenas como lugares de sepultamento, mas tido como locais de pertencimento, memórias e crenças.

Diante da intensidade da revolta e da pressão popular, as autoridades recuaram. Como relata Oliveira (203720, p. 60), “o ocorrido convenceu as autoridades baianas em revogar a proibição dos sepultamentos nas igrejas católicas. Tal fato perdurou até 1855, por conta da epidemia de cólera. Como consequência, diante do crescimento das doenças

e epidemias os cemitérios foram aceitos. A partir desse contexto, o que antes se mantinha como resistência sustentada por tradições, crenças e pela relação cotidiana com os mortos foi sendo progressivamente sobreposto pela urgência sanitária. Assim, os mortos foram progressivamente afastados do convívio dos vivos, passando a ocupar um novo lugar, não mais compreendido como extensão do templo ou da vizinhança, mas a partir de um lugar próprio, o cemitério.

A morte preconizada agora deveria ser particular, higiênica, inodora e silenciosa, pautada em uma racionalidade e modernidade, marca civilizatória e do progresso da sociedade. Esse discurso foi abraçado pelas camadas mais abastadas, obtendo uma crescente atenção das autoridades enquanto parte da população se manteve reticente a essas mudanças. (Figueiredo, 2020,p,59)

Esse novo entendimento sobre a morte e o lugar destinado aos mortos, embora já presente nos discursos reformistas do Império, só ganharia maior respaldo legal com a instauração da República. A separação formal entre Igreja e Estado, promovida pela Constituição de 1891, consolidou a transformação: “o enterro em cemitério público e sem interferência da Igreja passou a ser direito de todo cidadão, independentemente de sua religião” (Abreu, 2022, p. 377). A transferência dos sepultamentos para os novos cemitérios municipais marcou, assim, uma ruptura significativa com as tradições anteriores, nas quais os mortos estavam integrados ao cotidiano das igrejas e à vida comunitária. Com essa implantação, estabeleceu-se uma nova lógica espacial e simbólica: o espaço passa a ser ordenado e os sepultamentos organizados de forma racional e individualizada, com túmulos demarcados, lápides contendo nomes, datas e símbolos específicos. Essa organização reflete o triunfo da racionalidade estatal sobre o domínio eclesiástico do rito fúnebre.

No entanto, a secularização do espaço fúnebre não significou o completo apagamento da matriz simbólica cristã. Embora o Regulamento do Cemitério Jardim Municipal de Maringá, aprovado em 2014, estabeleça em seu Capítulo I que:

“O Cemitério Jardim Municipal de Maringá é uma necrópole, tem caráter secular, e é de propriedade do Município de Maringá, sendo administrado pelo Poder Executivo Municipal, ficando franqueado o seu uso ao público, sem distinção de qualquer natureza, sendo reservado e respeitável” (art. 1º)⁹.

⁹MARINGÁ. *Regulamento do Cemitério Jardim Municipal de Maringá*. Maringá: Câmara Municipal de Maringá, 2014.

Observa-se que práticas, símbolos e expressões vinculadas à tradição cristã continuam presentes no espaço cemiterial, seja por meio das iconografias presentes nos túmulos (cruzes, imagens sacras, inscrições bíblicas), seja nas formas rituais ainda predominantes nos sepultamentos. Um exemplo é o “Cruzeiro das Almas” (Figura 4), estrutura tradicionalmente associada ao cristianismo e, via de regra, posicionada em áreas centrais dos cemitérios públicos, funcionando como um substituto simbólico do altar. Além disso, no caso específico do Cemitério Municipal de Maringá, observa-se a permanência de outras referências cristãs proeminentes, como a cruz instalada na entrada principal (Figura 5). Tais permanências demonstram que, mesmo após a consolidação do projeto higienista-estatal, a memória e a iconografia religiosas continuam a moldar a paisagem simbólica dos cemitérios, estabelecendo uma dialética entre a ruptura legal e a continuidade cultural.

Figura 4- Cruzeiro das almas: Cemitério Municipal de Maringá-PR.



Fonte: A autora, 2025.

Figura 5- Jardim formato de Cruz: Cemitério Municipal de Maringá-Pr.



Fonte: A autora, 2025.

Neste sentido, ainda que os cemitérios tenham sido deslocados para longe das igrejas e submetidos a processos de secularização, muitos dos costumes e referências simbólicas que antes estruturavam as práticas funerárias cristãs não desapareceram. Em vez de uma cisão total, observa-se um movimento onde elementos tradicionais foram adaptados e incorporados às novas formas de uso no cemitério público. Símbolos e rituais que evocam antigas sensibilidades religiosas cruzes, orações, velas, flores, promessas continuam a orientar a relação dos vivos com seus mortos. As transformações urbanas e administrativas contribuíram para uma dessacralização relativa da morte, mas não eliminaram os vínculos afetivos e culturais que sustentavam as antigas práticas. Ao contrário, tais permanências revelam a capacidade histórica e memorial dos cemitérios de resguardar certas tradições.

Neste contexto, os cemitérios contemporâneos se mantêm como lugares históricos que resistem às constantes transformações, preservando a memória coletiva, as práticas culturais e a história local. Como observa Fernando Catroga (1999), o cemitério constitui um território em que signos materiais dramatizam a tensão permanente entre o lembrar e o esquecer. Nesse sentido, mesmo submetidos a mudanças profundas nas práticas funerárias e nas relações cotidianas com a morte, os cemitérios continuam a operar como lugares onde a sociedade projeta, seleciona e preserva determinadas narrativas sobre si mesma. São espaços que, apesar de marginalizados na paisagem urbana, mantêm a capacidade de reunir rastros do passado e de condensar experiências coletivas, revelando

como cada época organiza e atribui sentidos à morte, ao tempo e à própria continuidade histórica.

1.3. O cemitério público como lugar de memória: mediações, apropriações e disputas narrativas.

O cemitério público é um dos espaços que estruturam a cidade, é parte de seu território e, em muitos casos, está sob a responsabilidade do poder público. Contudo, sua presença carrega uma ambivalência particular: embora faça parte da cidade, raramente é percebido como elemento ativo da vida cotidiana. Ele existe integra o mapa, ocupa áreas significativas, impõe limites e orienta fluxos, mas permanece simbolicamente deslocado, situado em uma zona de afastamento. Assim, mesmo que os mortos tenham um “lugar” definido, tornam-se em grande medida invisíveis para os vivos.

Com a criação dos cemitérios públicos, como já discutido, as reformas sanitárias, as pressões do ideário higienista e os processos de modernização urbana ao longo do século XIX. Nesse contexto, a morte passou a ser tratada como um assunto administrativo e higiênico, deslocada para espaços específicos e afastados, onde a visita se tornou mais esporádica e submetida a regras de controle. As transformações nas práticas funerárias, ao longo dos séculos XIX e XX, refletiram mudanças mais amplas na mentalidade acerca da morte e do lugar social ocupado pelos mortos. Como observa Maria Elizia Borges, “surge um novo lugar simbólico e secularizado para o sepultamento de diferentes classes sociais que buscaram preservar identidades próprias” (Borges, 2020, p. 57).

Dessa forma, é possível notar que as transformações não implicaram apenas um deslocamento dos mortos, mas uma mudança mais profunda na forma como a morte do outro passou a ser experienciada. Se anteriormente ela constituía uma presença contínua e integrada ao cotidiano seja pelos sepultamentos realizados no interior das igrejas, seja pelos velórios domésticos que reuniam parentes e vizinhos, a partir das reformas sanitárias e das novas sensibilidades urbanas, esse regime de convivência foi sendo modificado ao longo de décadas.

A morte, em certo sentido, deixa de participar da dinâmica diária e passa a constituir-se como um acontecimento circunscrito e episódico, delimitado por rituais específicos e espacialmente afastado da rotina coletiva. O falecimento passou a ser

acompanhado com menor participação comunitária, deslocando o foco dos antigos vínculos de solidariedade para procedimentos formais e institucionalizados (como os serviços funerários e a administração estatal). À medida que o cemitério moderno se consolida, sua organização passa a se assemelhar a administração das cidades: ruas nomeadas, quadras numeradas, cobrança de taxas, leis e regulamentos, assim como, serviços de manutenção, sendo em sua maioria, de responsabilidade do poder público local administrar sua infraestrutura, garantir a manutenção, regulamentar o uso dos espaços, organizar os sepultamentos e fiscalizar os serviços funerários.

Essas mudanças não apenas modificaram os rituais que envolvem os enterramentos, mas produziram novas formas de sensibilidade: a morte passou a ser percebida como uma experiência mais íntima, silenciosa e segregada, em consonância com as expectativas modernas de ordem, higiene e racionalidade, que buscavam reduzir sua visibilidade e seu impacto na vida pública.

Na contemporaneidade, muitos cemitérios públicos tornaram-se espaços pouco frequentados e, em diversos casos, até conscientemente evitados. Embora fatores como abandono, furtos e insegurança contribuam para esse afastamento, eles não explicam sozinhos o fenômeno. Ele se vincula também a transformações mais profundas nas sensibilidades sociais. Em uma cultura marcada por ideais de produtividade, eficiência e desempenho características amplamente analisadas por Byung-Chul Han (2019), ao discutir a “sociedade do cansaço” e a “sociedade do desempenho” a morte se impõe como um limite inassimilável, um acontecimento que interrompe a narrativa de constante superação, otimização e vitalidade que estrutura o sujeito contemporâneo. Nesse sentido, o cemitério aparece como um lembrete concreto da vulnerabilidade humana e da impossibilidade de controle absoluto sobre a existência, elementos que as sociedades modernas procuram neutralizar, silenciar ou deslocar para esferas mais privadas

Como observa Maria Elizia Borges “o cemitério público [...] trabalha com o confronto dialético de duas realidades conceituais de vida: a cidade dos mortos e a cidade dos vivos” (2002, p.130). Nesse sentido, o cemitério, mesmo após o afastamento em relação ao centro da vida urbana e o consequente abandono em alguns contextos, continua a exercer uma presença que marca a paisagem da cidade e sua memória coletiva, eles refletem, evocam e, em certa medida, colocam em questão as maneiras pelas quais a sociedade organiza e representa o seu passado. Essa coexistência demonstra que o espaço os cemitérios não são totalmente externos à vida da cidade: ele a espelha, recorda e, de certo modo, a questiona. A “cidade dos mortos” guarda marcas de sociabilidade, crenças,

hierarquias e práticas culturais, onde funciona como arquivo material de vidas que já não estão presentes, mas que seguem participando da construção da identidade urbana. Ao mesmo tempo, essa presença é constantemente administrada, silenciada ou minimizada pela “cidade dos vivos”, que busca organizar seus fluxos de forma a evitar a permanente lembrança da morte.

Nesse contexto, o chamado “culto aos mortos” também se transformou. O túmulo deixou de ser um marco de encerramento da vida e assumiu uma função simbólica mais complexa, tornando-se um espaço de afirmação identitária, no qual os vivos projetam narrativas sobre o falecido por meio de decisões estéticas, religiosas e afetivas. As escolhas relacionadas à arte tumular, aos epitáfios ou à localização da sepultura quase sempre carregam intencionalidades sendo maneiras de perpetuar uma história pública sobre quem foi aquele indivíduo, o que deve ser lembrado, como e por quem. Assim, a memória dentro dos cemitérios também se faz como um instrumento de distinção, aonde questões sociais e afetivas projetam em meio a cidade dos mortos.

Como aponta Figueiredo (2020, p. 78), “o campo dos mortos é um lugar construído a partir da ótica da distinção social, hierarquizado, que petrifica a memória individual e coletiva, irradiando e refletindo poder e status”.

Nesse sentido, as desigualdades sociais se prolongam para além da vida, acompanhando o indivíduo mesmo após a morte. A manutenção da memória, perceptível nos ornamentos, nas inscrições e no estado de conservação das sepulturas, está diretamente vinculada às ações dos vivos, responsáveis por visitar, cuidar e preservar as sepulturas. São essas práticas e a continuidade que recebem ao longo do tempo que conferem aos túmulos a função de marcadores materiais de lembrança, revelando diferentes graus de cuidado, visibilidade e presença simbólica. Esse processo, contudo, não ocorre de maneira uniforme: varia de acordo com recursos, possibilidades e interesses familiares. Assim, a memória do falecido dependente da materialidade que se fixa em sua sepultura acaba se apresentando de forma desigual. Neste sentido o cemitério se compreende como um lugar onde se podem observar como diferenças sociais continuam atuando após a morte, influenciando a visibilidade, a duração e até mesmo a possibilidade de preservação da memória de cada indivíduo.

Como observa Fernando Catroga (1999), ao analisar os cemitérios românticos como espaços privilegiados de expressão da memória coletiva, a monumentalidade funerária e os rituais de celebração dos mortos atuam como dispositivos simbólicos por meio dos quais se dramatiza a tensão permanente entre o esquecimento e o desejo de

permanência. Essa leitura permite compreender por que a materialidade funerária seus monumentos, inscrições e formas de ornamentação se converte em suporte para diferentes estratégias de registro e continuidade da lembrança. Nesse mesmo sentido, Bellomo (2008, p. 51) destaca que “os grandes monumentos são destinados aos elementos destacados dos grupos dominantes, enquanto a classe média vai para as catacumbas modestamente decoradas. Em determinados períodos, os cemitérios das nossas cidades refletem a estratificação social”.

Neste sentido os cemitérios não apenas acolhem os mortos, mas também tornam visíveis hierarquias e desigualdades que estruturam o mundo dos vivos. A forma como cada sepultura é construída, preservada e ornamentada constitui um registro material dessas distinções, permitindo identificar diferentes modos de figurar a memória e de negociar lugares no passado coletivo. Assim, a paisagem funerária pode ser lida como um campo em que se cruzam práticas de lembrança, expectativas de permanência e disputas simbólicas por visibilidade histórica.

Compreender os cemitérios como parte constitutiva da cidade e não como territórios marginais ou apêndices isolados é reconhecer que as práticas de luto, lembrança e esquecimento estão profundamente entrelaçadas às formas pelas quais uma sociedade constrói seus modos de viver.

Portanto, visitar os mortos não é apenas um gesto voltado ao passado, mas uma prática situada, que expressa como determinados grupos desejam ser lembrados e reconhecidos ao longo do tempo. Os cemitérios, ao reunirem marcas de memória, distinções sociais e afetos, permanecem como espaços ativos na construção das identidades coletivas. Lugares em que diferentes camadas da história se cruzam, e nos quais se torna possível observar como a sociedade produz, conserva e disputa seus sentidos de pertencimento. Embora nem sempre plenamente reconhecidos como espaços de aprendizagem e reflexão, esses territórios ainda guardam um potencial significativo de interlocução com o presente.

Desse modo, os cemitérios funcionam como arquivos a céu aberto, lugares em que histórias e memórias se materializam, através da arquitetura tumular, dos símbolos religiosos, das inscrições e até mesmo do silêncio entre as sepulturas. A estética da morte, ali presente, nos permite acessar diferentes camadas de memória social, funcionando como um dispositivo de leitura sobre a forma como uma coletividade lida com o tempo, com a perda e com a permanência. Trata-se, portanto, de um território de significação coletiva, onde afetos privados, disputas simbólicas e processos históricos se entrelaçam

na construção de narrativas sobre os mortos e os vivos. No entanto, observa-se que o cemitério público contemporâneo, em diversos contextos urbanos, já não ocupa o mesmo papel de outrora nas práticas coletivas de luto e memória

Essas transformações expressam novos modos de lidar com a morte e o luto, influenciados por questões econômicas, urbanísticas e culturais. Nesse sentido, os túmulos ornamentados e monumentais têm cedido lugar gradualmente a sepulturas menos adornadas mais padronizadas, revelando uma mudança diante das representações para com a morte do outro. Ademais, os elevados custos de manutenção dos túmulos monumentais e a crescente escassez de espaço nas áreas urbanas têm impulsionado práticas como a cremação, o uso de columbário, ossuários e a adoção de cemitérios verticais. Essas mudanças refletem não apenas questões práticas, mas também transformações na maneira como a sociedade contemporânea lida com a morte e o luto.

De meados da década de 1920 em diante, os túmulos serão executados em granito, com alguns bronzes muito bem pontuados, para não abalar o equilíbrio estético, que deve, então, primar pelo design e pela limpeza visuais. O alto custo, porém, da execução dos monumentos funerários e a saturação dos cemitérios levaram à acomodação dos mortos em gavetas. (Carvalho, 2022, p.24)

Em decorrência disso cemitério vai deixando gradualmente de ser percebido como um lugar de presença ao qual se ativam determinadas memórias, sendo cada vez mais utilizado e compreendido como um espaço funcional, silencioso e, por vezes, indiferente. A redução de elementos materiais tradicionalmente associados ao luto pode ser interpretada como parte de um processo mais amplo de transformações nas formas de se vivenciar a morte. Esse aparente esvaziamento simbólico dos cemitérios contemporâneos, pode ser compreendido como aponta Borges (2002, p. 120), no sentido em que “a relação entre o morto e seus descendentes sobreviventes vai-se esvaecendo-se aos poucos, alcançando, quando muito, a terceira geração ascendente”. Ainda que não se possa afirmar uma ruptura definitiva, as mudanças observadas no espaço cemiterial indicam que há cada vez menos interesses em se cultivar a os rituais de visitação aos cemitérios.

Esse esvaziamento simbólico foi aprofundado pela pandemia de Covid-19¹⁰, (Figura,6) que impôs restrições a rituais tradicionais como velórios e sepultamentos.

¹⁰A pandemia de Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. No Brasil, as diretrizes para o manejo de corpos e rituais fúnebres foram estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que recomendou a não realização de velórios para casos confirmados, o uso de urnas lacradas e a limitação de pessoas em sepultamentos, alterando drasticamente

Além do impacto nos ritos, a súbita elevação da mortalidade expôs a fragilidade da infraestrutura cemiterial brasileira, exigindo a abertura emergencial de quadras e a aceleração de processos. Nesse contexto, os cemitérios voltaram temporariamente ao centro do debate público, não por uma reintegração afetiva ao cotidiano, mas porque sua marginalidade tornou-se insustentável diante da crise. As imagens de valas abertas e sepultamentos apressados revelaram o que o distanciamento vinha mascarando: a profunda desigualdade na gestão da morte e a dependência estrutural que a cidade mantém desses espaços. A pandemia, portanto, reafirmou o cemitério como um indicador sensível das vulnerabilidades sociais e sanitárias do espaço urbano.

Figura 6 -Prefeitura de Maringá- PR: protocolos de sepultamento para Covid.



Fonte: Prefeitura de Maringá-PR.¹¹

Como analisam Kobelinski e Ramacciotti¹² (2025), o contexto de perdas coletivas e de interrupção dos rituais mortuários tradicionais impulsionou a emergência do que

a dinâmica dos cemitérios. **Fonte:** BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Nota Técnica** GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020: Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Brasília: ANVISA, 2020. Atualizada em 2021. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/manejo-de-corpos-no-contexto-da-doenca-pelo-novo-coronavirus-covid-19/view>. Acesso em: 5 ago. 2025.

¹¹ “Prefeitura de Maringá estabelece protocolos de velório e restrição de público em sala de velório.” *Prefeitura Municipal de Maringá, Secretaria de Saúde*, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://www3.maringa.pr.gov.br/saude/?cod=noticias/36306>. Acesso em: 1 ago. 2025

¹²KOBELINSKI, Michel; RAMACCIOTTI, Karina. Luto e patrimônio sensível: estudos de caso no contexto da pandemia de COVID-19 na Argentina e no Brasil. *Aracê*, v. 7, n. 3, p. 11882-11911, 2025. DOI: 10.56238/arev7n3-103. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3803>

diversos autores vêm chamando de “patrimônio sensível¹³” um conjunto de práticas, objetos, narrativas e espaços marcados pela experiência de sofrimento, trauma e luto social. Essa forma de patrimônio não se vincula apenas à preservação de bens materiais ou de tradições consolidadas; ao contrário, ela surge justamente da ruptura, da impossibilidade de realizar despedidas segundo os modelos ritualísticos convencionais como no caso da Covid 19.

Diante desse cenário, as comunidades passam a construir novas maneiras de elaborar simbolicamente a morte, produzindo memórias coletivas que respondem à urgência emocional do momento. Nesse sentido, aparecem formas alternativas de memorialização, tais como memoriais virtuais, homenagens improvisadas em espaços públicos e manifestações coletivas que articulam dor, solidariedade e reivindicação política. Esses dispositivos reinventam a maneira como a morte é socialmente significada, transformando experiências privadas de luto em expressões públicas de memória.

Essas mudanças, embora tenham contribuído para um certo esvaziamento simbólico dos cemitérios enquanto únicos espaços legitimados de ritualização da morte posição que historicamente lhes coube devido à centralidade dos ritos religiosos, à institucionalização do sepultamento e ao caráter material das sepulturas como marcadores estáveis de lembrança também revelaram a emergência de outras práticas e lugares de atribuição de sentido ao morrer e ao lembrar. Com a diversificação dos modos de elaborar o luto e a memória, surgiram suportes alternativos.

No entanto, os cemitérios não deixaram de ser relevantes; ao contrário, mantiveram-se como referências centrais entre os múltiplos lugares de memória pública, ainda que agora compartilhando esse papel com outras formas de memorialização que se expandiram no período recente, tornaram-se territórios tensionados por novos usos e significados, nos quais o passado é continuamente reatualizado em diálogo com transformações culturais e sociais contemporâneas. Um exemplo disso é o surgimento de páginas em redes sociais dedicadas a cemitérios que divulgam histórias, biografias e práticas funerárias e o crescente interesse por visitas guiadas, roteiros culturais e

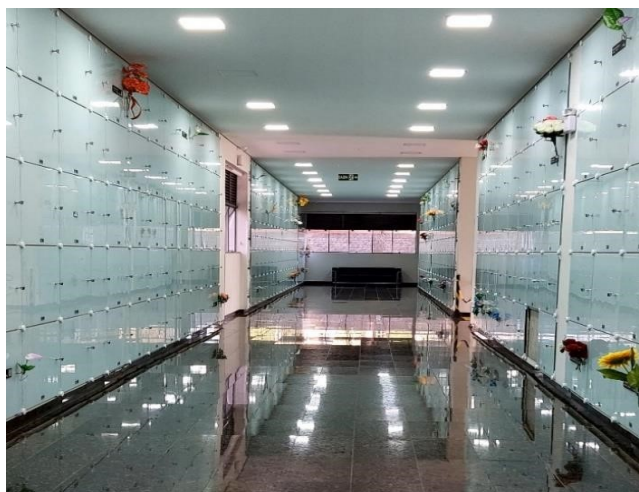
. Acesso em: 1 ago. 2025.

¹³A literatura internacional sobre memória traumática emprega, desde as décadas de 1990 e 2000, categorias como *dark heritage* e *dissonant heritage*, voltadas à análise de lugares marcados por violência, trauma ou sofrimento coletivo (Tunbridge & Ashworth, 1996; Lennon & Foley, 2000). No contexto latino-americano, contudo, consolidou-se o uso da expressão “patrimônio sensível”, especialmente em pesquisas brasileiras, que ampliam a discussão sobre as formas de rememoração afetiva e as dinâmicas de patrimonialização da dor.

atividades educativas, evidenciando que eles seguem desempenhando funções centrais no imaginário e na experiência pública da morte, ainda que inseridos em um ecossistema ampliado de práticas memoriais. Como destaca Roger Chartier (1990), as representações culturais se reconfiguram sem desaparecer: elas se adaptam, assumem novas formas e continuam a operar nos modos como a sociedade dá sentido à sua experiência coletiva.

A partir dessas considerações sobre as transformações dos rituais, é possível observar outro fenômeno que marcou profundamente as práticas funerárias contemporâneas: a transformação dos próprios espaços destinados à morte, tal fenômeno inscreve-se em um movimento mais amplo em que a morte é progressivamente removida da vida urbana, tornando-se menos visível e menos presente no cotidiano público. A substituição gradual dos cemitérios tradicionais por formatos mais práticos e funcionais e, por vezes, mais baratos reforça essa tendência contemporânea de apagamento simbólico da morte. Nesse contexto, os cemitérios verticais, como o representado na (figura 7), emergem como espaços predominantemente privados, estruturados a partir de uma lógica funcional voltada à gestão eficiente da morte. Suas arquiteturas padronizadas, com lóculos dispostos em grandes blocos e frequentemente desprovidas de ornamentações simbólicas, expressam uma racionalidade técnico-mercantil em que a promessa de praticidade e economia se sobrepõe à individualização da memória e à construção de narrativas pessoais de luto.

Figura 7- Cemitério Vertical, Maringá-PR¹⁴.



Fonte: A autora 2024.

¹⁴O Cemitério Vertical de Maringá, empreendimento privado, segue um modelo higienizado e funcional de gestão da morte, reduzindo a personalização dos sepultamentos.

Em contextos como esse, pode haver uma dificuldade maior de estabelecer conexões afetivas ou de reconhecer individualidades, o que pode impactar a experiência de quem visita o local. A falta de elementos simbólicos como inscrições, imagens ou objetos pessoais tende a limitar a possibilidade de reconhecimento das trajetórias individuais ali sepultadas, especialmente para quem visita o espaço sem vínculos diretos com os mortos. Nesses casos, a ausência de referências visuais ou narrativas concretas torna a visita um gesto mais silencioso, contido e, por vezes, desconectado da experiência coletiva de memória que tradicionalmente marca os cemitérios públicos.

Nesse sentido, é possível observar que os cemitérios contemporâneos, em muitos casos, refletem um certo esvaziamento das experiências públicas associadas à morte do outro. A diminuição de rituais fúnebres coletivos, a rarefação de símbolos e homenagens nas sepulturas, bem como a crescente padronização estética desses espaços, revelam um distanciamento social diante da morte. Tal fenômeno pode ser compreendido à luz da análise de Jean Allouch (1995), para quem a ausência de rituais compromete o encerramento simbólico da vida, dificultando não apenas a elaboração do luto, mas também a inserção da morte no campo das experiências sociais partilhadas. Como afirma o autor, “ya no hay muerte en el nivel del grupo, la muerte de cada uno ya no es un hecho social” (1995, p. 146), sugerindo que a morte, desprovida de ritos e reconhecimento público, tende a ser vivenciada como um evento isolado. A falta de elementos simbólicos no espaço funerário, portanto, pode ser interpretada como expressão de um deslocamento mais amplo da morte para uma esfera de invisibilidade, na qual o vínculo da memória anteriormente sustentado por esses lugares se enfraquece.

Como observa Rossi (2010, p. 36), “toda vez que tocamos no tema da memória, somos chamados também para o tema do esquecimento”. Neste sentido a crescente perda de centralidade dos cemitérios não implicaria em apenas um empobrecimento dos rituais ou das formas de visibilização da morte, mas também na transformação das condições de produção da memória. Antes reforçada pela regularidade das visitas e pela presença de marcadores materiais duradouros, a lembrança dos falecidos passa a depender cada vez mais da transmissão oral e da continuidade intergeracional no âmbito familiar. “vivemos em um mundo onde certas imagens têm a função de ativar recordações, e os cemitérios são exemplos concretos dessa dinâmica, pois nos fazem lembrar daqueles que já partiram” (Rossi, 2010, p. 23).

Nesse contexto, torna-se relevante considerar como os cemitérios públicos, enquanto elementos da paisagem urbana, ainda podem desempenhar papéis centrais na mediação entre o passado e o presente da cidade. Sua permanência como marcas duráveis da paisagem remete a uma temporalidade que resiste à fluidez da vida moderna. Como analisa Fernando Catroga (1999), mesmo os cemitérios contemporâneos, marcados por padronizações e simplificações, ainda funcionam como “textura de signos”, nos quais imagens, inscrições, objetos e ausências constroem camadas de memória social. Nessas inscrições simbólicas que vão do epitáfio ao túmulo anônimo desenha-se um campo onde se dramatiza a tensão entre lembrança e esquecimento. O monumento funerário, mesmo em sua forma mais discreta, pode ser compreendido como uma expressão do “direito à memória” (Catroga, 1999, p. 17).

A partir desses signos materiais mencionados por Catroga é possível observar que tais vestígios, ainda que muitas vezes não percebidos, são portadores de histórias que escapam à linearidade da narrativa oficial e às seleções promovidas pela memória institucionalizada. Nos cemitérios como, por exemplo, o de Maringá - PR as sepulturas podem oferecer leituras sobre modos diversos de viver, morrer e por que não ser lembrado. Trata-se, portanto, de espaços onde a memória se materializa em formas inesperadas: epitáfios singelos, ornamentos simbólicos, datas, silêncios.

Diante dessa presença velada de histórias inscritas no espaço funerário, coloca-se uma questão fundamental: de que modo podemos escutar essas narrativas e incorporá-las à prática histórica? Nesse contexto, a História Pública contribui para pensar os cemitérios como territórios de escuta ativa, capazes de acolher múltiplas vozes e trajetórias esquecidas dentro de formas alternativas de representação do passado.

Como sugere Hilda Kean (2010), a História Pública deve voltar-se também aos modos pelos quais indivíduos e grupos constroem sentidos próprios sobre suas experiências históricas, mesmo fora das instituições consagradas. Dentro dessa perspectiva, os cemitérios podem ser compreendidos e experienciados como arquivos abertos da vida social, lugares onde a memória é vivida, disputada e, em muitos casos, silenciada. Considerar o cemitério como campo de escuta histórica é, portanto, também um gesto político: trata-se de deslocar o olhar para experiências marginalizadas, reconhecendo nesses espaços possibilidades legítimas de construção de sentido.

Desse modo, o cemitério público pode ser compreendido como um dos lugares em que a História Pública se realiza não apenas por meio da disseminação do

conhecimento histórico, mas, sobretudo, pela valorização das práticas populares relacionadas ao luto.

Reconhecer costumes fúnebres tais como a visitação a sepulturas, a observação dos túmulos ou a narração de histórias sobre os mortos como formas legítimas de produção e transmissão de memórias implica ampliar o próprio entendimento do que se constitui como prática histórica. Esses gestos, frequentemente situados à margem da historiografia tradicional, operam como dispositivos de atualização do passado, nos quais a memória é continuamente reelaborada por meio da experiência sensível, da oralidade e da relação afetiva com o espaço funerário. A potencialidade analítica desse espaço reside, portanto, em sua capacidade de escuta e de mediação com a comunidade, favorecendo a emergência de narrativas que não se restringem aos registros documentais formais. Trata-se de memórias que se manifestam no que é visto, sentido e vivido no interior dos muros da chamada cidade dos mortos, revelando o cemitério como um território de práticas sociais, simbólicas e narrativas que articulam passado e presente, indivíduos e coletividades, história e experiência. Com base nessa abordagem, a discussão desloca-se, no capítulo seguinte, para o contexto específico da cidade de Maringá (PR). Nele, o Cemitério Municipal é tomado como objeto de análise, buscando-se compreender não apenas sua estrutura e processo de formação, mas também as lógicas de organização, os usos sociais e públicos que o atravessam e os significados que nele se produzem. A partir da observação empírica e das possibilidades interpretativas oferecidas pela História Pública, procura-se explorar como esse espaço participa da construção de memórias urbanas, das formas de pertencimento local e das práticas contemporâneas que o ressignificam.

CAPÍTULO 2

O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MARINGÁ: MEMÓRIA, HISTÓRIA E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS.

Neste capítulo, o Cemitério Municipal de Maringá é analisado como um espaço público no qual memórias e histórias se entrelaçam. Em uso desde 1947, ano da fundação do município, o cemitério soma quase oito décadas de existência e constitui um dos marcos mais antigos e contínuos da cidade. Ao acompanhar a própria trajetória da cidade, o cemitério oferece uma oportunidade para compreendermos os modos como a memória e a história local se materializam, se representam e, por vezes, se desfazem.

A partir das contribuições da História Pública, o cemitério é abordado como um espaço onde múltiplos agentes familiares, visitantes, administração municipal e a comunidade produzem indícios, registros e intervenções que dialogam com diferentes camadas da história local. Essa perspectiva possibilita analisá-lo não apenas como local de sepultamento, mas como parte da cidade onde se evidenciam disputas de memória, formas de reconhecimento social e processos de construção do passado.

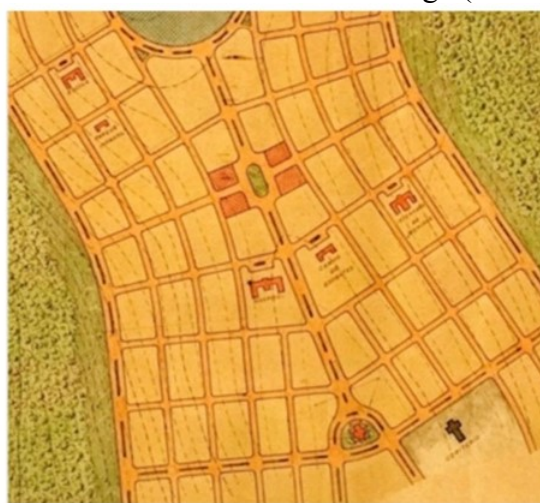
Além de apresentar aspectos históricos e memoriais do Cemitério Municipal, o capítulo também reflete sobre os usos contemporâneos desse lugar, considerando práticas sociais, culturais e patrimoniais que, embora não sejam inteiramente novas, vêm sendo ressignificadas no contexto atual, como o turismo funerário e o *dark tourism*.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo em diálogo com o próximo é convidar o leitor a percorrer o Cemitério Municipal de Maringá não apenas como um objeto de análise histórica, mas como um território vivido, a partir da perspectiva da história enquanto prática pública e compartilhada. A leitura pode ser conduzida como uma visita guiada, na qual cada seção revela diferentes dimensões do cemitério: suas memórias, histórias, práticas, crenças e rituais. Mais do que descrever sua materialidade, o percurso proposto convida à reflexão sobre as formas pelas quais histórias, práticas e significados são construídos, disputados ou esquecidos nesse lugar, no interior da cidade de Maringá–PR.

2.1 Maringá, cidade planejada: o lugar do cemitério na história local.

A cidade de Maringá foi concebida como parte de um projeto de colonização conduzido pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que estruturou sua ocupação com base em um plano urbanístico moderno, elaborado a partir da década de 1940. A cidade foi projetada pelo engenheiro paulista Jorge de Macedo Vieira, que implementou um traçado inspirado no conceito de cidade-jardim, articulando espaços urbanos organizados e amplas áreas verdes para garantir funcionalidade e a valorização imobiliária. Maringá foi fundada em 10 de maio de 1947. “Posteriormente, com a fundação do município de Mandaguari, em 10 de outubro de 1947, incorporou-se como distrito, sendo elevada a município em 14 de novembro de 1951” (Cordovil, 2010, p.71). Buscava se dentro deste planejamento “um traçado moderno e funcional, tinha como objetivo lançar Maringá rumo a um futuro próspero”. (Tomaz, 2010, p.7)

Figura 8- Parte do Plano Urbanístico de Maringá (Cemitério, Zona 2).



Fonte: Fonte: Acervo DHP/PMSP. Reprodução em: Cordovil (2010, p.118).

Conforme indicado no anteprojeto, o futuro Cemitério Municipal de Maringá aparece, como se observa na (Figura 8), alocado no extremo da Zona 2, junto ao limite do traçado urbano inicial. A posição do cemitério no conjunto do plano permite situá-lo fora do núcleo central da cidade projetada. Nesse sentido, sua localização no mapa pode ser compreendida como parte da lógica geral de organização do espaço urbano delineada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, associada à construção de uma imagem de modernidade, racionalidade e ordenamento, características do discurso urbanístico vigente no período.

Conforme evidenciado pela intensa face publicitária do plano urbanístico, amplamente explorada para atrair investidores, a ênfase recaía na promoção das “qualidades técnicas e funcionais” da cidade. Como observa Leal (2016, p. 14), “essa propaganda contribuiu para introjetar no imaginário social uma Maringá idealizada, vinculada à qualidade de vida, à segurança e à beleza”. Nesse contexto, a morte e seus rituais não se ajustavam de modo direto à imagem de vitalidade e bem-estar que se buscava divulgar. Assim, embora o reduzido nível de detalhamento do cemitério no projeto original não possa ser tomado como evidência de uma estratégia deliberada, o seu posicionamento periférico e a ausência de destaque no discurso da CMNP permitem interpretá-lo como um equipamento de menor visibilidade dentro da narrativa urbana oficial, coerente com uma concepção de cidade que enfatizava dinamismo, saúde e futuro. Conforme apontam Damasceno e Carneiro: “O cemitério municipal está localizado na zona sul da cidade [...], Mas à época da fundação, tinha um relativo afastamento do perímetro urbano.” (Damasceno; Carneiro, 2018, p. 293).

Nesse sentido, situar o cemitério dentro do processo de formação urbana de Maringá implica reconhecer que ele não se desenvolveu à margem do projeto de ocupação da cidade. Mas como parte da estrutura pública municipal, pois o cemitério expressa as decisões administrativas, políticas e sociais que moldaram tanto o espaço urbano quanto as práticas relativas à morte e à memória.

A análise histórica do Cemitério Municipal permite compreendê-lo, portanto, como um equipamento que acompanhou e, em certa medida, refletiu e ainda reflete as transformações mais amplas que marcaram a construção da cidade. Desse modo, torna-se possível identificar como escolhas relacionadas ao planejamento urbano, à gestão municipal e às dinâmicas sociais influenciaram sua constituição, moldaram práticas funerárias e redefiniram seu lugar na experiência e no imaginário maringaense.

Nesse contexto, é importante considerar que o cemitério se insere em uma cidade cuja criação não se limitou a um projeto técnico de urbanização. Como afirmam Damasceno e Carneiro (2018), Maringá foi concebida também a partir de objetivos sociais e simbólicos específicos, conforme descrevem:

Buscava, antes, higienizar um espaço, eliminando as populações que viviam anteriormente no local (indígenas e caboclos, por exemplo), criar uma sociedade em que não houvesse uma proximidade muito intensa entre pessoas de diferentes classes sociais e/ou imigrantes e, ainda, delimitar espaços para lazer, trabalho e moradia, levando-se em conta as diferenças sociais e raciais. (2018, p.288)

Essa visão, que almejava a higienização do espaço e a demarcação de classes e grupos sociais por meio da divisão da cidade em zonas, também dialoga com a forma como se organizaram os lugares destinados à morte. Ao buscar ordenar o território urbano de modo a evitar uma proximidade intensa entre diferentes grupos sociais na “cidade dos vivos”, o planejamento da CMNP pode ter contribuído para que o cemitério assumisse um papel mais funcional e periférico, distante dos ideais de “beleza” e qualidade de vida que pautavam a propaganda da nova cidade. Dessa perspectiva, a estruturação e a gestão inicial do espaço funerário podem ser interpretadas como atravessadas por essa lógica de controle e diferenciação, o que teria impactado a maneira como as práticas de luto e memória se desenvolveram nesse território.

Considerando esse contexto, e a localização atribuída ao Cemitério Jardim Municipal no plano original de Maringá pode ser interpretada como uma tentativa deliberada de afastar visualmente a presença da morte das áreas consideradas mais valorizadas da cidade.

A tentativa de manter a morte à margem, em um espaço estruturado, contudo, não se refletiu na organização interna do próprio cemitério. “Dentro do campo santo, a regra de ordem e absoluto planejamento não era obedecida conforme o restante do espaço urbano maringaense” (Damasceno; Carneiro, 2018, p.293). As famílias escolhiam livremente os locais para sepultar seus mortos, o que revelava um funcionamento menos controlado do que aquele projetado para a cidade dos vivos. Essa aparente contradição entre as zonas urbanas que foram planejadas e a flexibilidade dentro do cemitério evidenciam o lugar secundário que o cemitério ocupou nos anos iniciais da cidade.

Como argumenta Henri Lefebvre (2000), o espaço urbano não é neutro, mas um produto social estruturado pelas relações de poder e pela lógica da acumulação capitalista. Quando esse princípio é aplicado à análise dos espaços destinados aos sepultamentos, torna-se possível compreender por que os cemitérios, em muitos contextos urbanos, são tratados prioritariamente como equipamentos funcionais e não como componentes significativos da identidade da cidade. Essa ausência de destaque não implica necessariamente um apagamento deliberado, mas indica a pouca centralidade atribuída aos cemitérios em um projeto urbano voltado à produtividade, ao crescimento e à valorização da imagem de cidade moderna e ordenada.

A pouca atenção dada a esses espaços integra um fenômeno mais amplo da própria história documental de Maringá, conforme observa Leal (1999, p. 437-438):

A tibiaza quantitativa de documentos oficiais e privados produzidos em Maringá empurrou os organizadores da memória local a buscar fontes alternativas ao preenchimento desta lacuna, pois, paradoxalmente, a mesma sociedade não preocupada em registrar e preservar sua história exigia sob a forma de pesquisas um local onde pudesse encontrar informações sobre o passado de Maringá.

A partir dessa constatação, percebe-se que a ausência de registros formais sobre aspectos importantes da cidade, como o próprio cemitério, reflete as prioridades seletivas da documentação oficial da época e os limites impostos por essas escolhas sobre o que se considerou digno de preservar como memória. Tal lacuna evidencia um processo de construção intencional da memória urbana, no qual certos lugares, experiências e grupos sociais foram silenciados em prol de uma narrativa hegemônica que privilegiava imagens de progresso, modernidade e ordenamento.

Diante dessa escassez documental, a sociedade maringaense passou a demandar formas alternativas de registrar e interpretar seu passado. Como observa Leal (1999), o vazio deixado pela falta de fontes oficiais acabou sendo preenchido por outras narrativas, como relatos pessoais, memórias fragmentadas e produções memorialistas, que buscaram ocupar o espaço deixado pelos arquivos ausentes. Esse movimento resultou na publicação de diversos livros de cunho memorialista, elaborados em diferentes momentos da história local, na tentativa de reconstruir uma memória para a cidade.

Ainda segundo o autor, essas produções, voltadas à memória de Maringá, são frequentemente marcadas por um “ufanismo ingênuo ou deliberado, destituído de senso crítico e noção de conjunto. [...] esta é a característica da maioria esmagadora da bibliografia dedicada a Maringá. São centenas de livros interessados tão somente em exaltar as atividades do trinômio Café / CTNP / Pioneiro” (Leal, 2016, p. 8).

O caráter seletivo e excludente das tentativas de resgatar a história e a memória de Maringá torna-se evidente nessas produções, que priorizaram determinadas narrativas em detrimento de outras. Ao privilegiar um ideal de cidade vinculado ao progresso agrícola, ao pioneirismo branco e masculino e à modernização urbana, essas obras acabaram por silenciar experiências e sujeitos históricos que não se enquadravam nesse modelo. Práticas culturais dissidentes, lugares considerados marginais, trajetórias de mulheres, populações negras, migrantes, indígenas, trabalhadores anônimos e expressões religiosas não hegemônicas foram, em grande parte, excluídos ou reduzidos a menções

secundárias. O resultado é a consolidação de uma memória oficial parcial, que reafirma um único modo de representar a história local.

Nesse quadro mais amplo, a escassez de registros formais sobre os primeiros sepultamentos, os primeiros túmulos, a administração dos enterros e as condições estruturais do cemitério nos anos inaugurais revela o lugar marginal que o espaço funerário ocupou por décadas.

A marginalização documental do cemitério, evidenciada pela ausência de registros oficiais e pela pouca atenção dedicada a esse espaço na historiografia local, tornou evidente a necessidade de uma investigação própria capaz de reunir vestígios dispersos. Neste sentido, realizamos uma pesquisa em diferentes acervos da cidade, buscando reconstituir a história do Cemitério de Maringá a partir de múltiplas fontes bibliográficas (livros e trabalhos acadêmicos), documentais (leis, decretos e registros públicos), orais (depoimentos) e memorialistas (relatos e obras regionais). Embora fragmentárias, essas fontes ofereceram subsídios para compreender o processo de formação e consolidação do cemitério.

Os registros disponíveis revelam que a trajetória do cemitério está intrinsecamente ligada às transformações urbanas, sociais e administrativas da cidade. Assim, as dificuldades em resgatar sua história tornam visíveis as tensões envolvidas na construção de uma narrativa sobre um espaço público marcado por disputas de memória e por formas diversas de relação com o passado especialmente no contexto da visita guiada que será discutida mais adiante. Trata-se, portanto, da elaboração de uma história pública que emerge entre ausências, permanências e silenciamentos inscritos no próprio espaço físico do cemitério. Essa dificuldade de acesso à história do cemitério se expressa, inclusive, em aspectos básicos de sua cronologia. A partir do que foi possível levantar, nota-se que, embora haja consenso de que o cemitério tenha sido previsto no plano urbanístico elaborado por Jorge de Macedo Vieira, há divergências quanto ao momento em que ele passou a ser efetivamente utilizado. Como aponta Leal (2019, p. 108):

O cemitério já estava previsto e com local demarcado no plano urbanístico de 1945. Porém, a utilização pratica só começou na primeira metade da década de 1950. Antes disso, os mortos da cidade eram sepultados em Marialva, Mandaguari, Apucarana, Campo Mourão e no “Cemitério dos Caboclos”, localizado em Paiçandu.

O início tardio do uso do cemitério ajuda a explicar a precariedade encontrada em sua estruturação. Nos primeiros anos após a emancipação política de Maringá, a

fragilidade da administração municipal refletia-se diretamente na organização do Cemitério Jardim Municipal. Ao assumir a gestão, o prefeito Inocente Villanova Júnior (1952–1956) deparou-se com a falta de infraestrutura básica para a realização dos sepultamentos.

Como apontado pelo primeiro funcionário público do município, Antonio Mario Manicardi em entrevista concedida em 2005¹⁵,

“Chegamos ao cemitério e encontramos quatro covas abertas. A Prefeitura de Mandaguari tinha levado o enxadão, a pá. Não tinha mais nada” (Manicardi, 2005 apud Cordovil, 2010).

A falta de estrutura também é mencionada por Sanches (2002), ao relatar os primeiros momentos da emancipação política da cidade:

Quando Maringá tornou-se município, desligando-se de Mandaguari, a prefeitura de lá levou tudo, não deixando nem sequer um lápis. [...] A primeira arrecadação municipal foi de Cr\$ 50,00, pagos por um óbito. Essa renda foi revertida para compra de um enxadão, usado para abrir a cova do defunto. (p.21)

Ainda que não funcionasse de forma oficial “os primeiros sepultamentos eram realizados diretamente no solo e, em virtude de tentativas de se aprimorar o cemitério, perderam-se, não sendo possível à localização de sepulturas como a registrada¹⁶ como sendo a primeira”. Segundo o livro de registros do Cemitério Municipal de Maringá, o primeiro sepultamento documentado ocorreu em 1947. No entanto, isso não significa necessariamente que tenha sido o primeiro sepultamento realizado, uma vez que é possível que enterros anteriores tenham ocorrido sem registro formal nos livros.

A imagem registrada na (Figura 9) contribui para compreendermos como o cemitério funcionava entre as décadas de 1950 e 1960. A fotografia captura um momento de visitação no interior do Cemitério Jardim Municipal de Maringá. Observa-se que os sepultamentos eram realizados diretamente no solo, em covas rasas. As sepulturas apresentavam cruzeiros e identificações improvisadas, além de flores dispostas sobre a terra, o chão, de terra irregular e sem pavimentação, reforça a precariedade do cemitério naquele período, ao mesmo tempo em que expressa formas populares de apropriação do espaço,

15 Entrevista concedida a o Historiador João Laércio Lopes Leal em 2005.

16 Martim, Aline Giseli, et al. “Análise da arquitetura tumular do cemitério jardim municipal de Maringá, Estado do Paraná.” *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental* 20.1 (2016): 475-486.

nas quais a materialidade limitada não impedia a construção de gestos simbólicos de memória e homenagem aos mortos.

Nota-se também uma intensa circulação de pessoas registrada na imagem, o que sugere que a fotografia pode ter sido realizada em uma data de forte significado religioso, possivelmente durante o Dia de Finados. Ainda que não haja indicação explícita da data em sua origem, a disposição dos visitantes no espaço e o caráter coletivo da cena remetem a práticas rituais típicas dessa ocasião.

Figura 9- Cemitério Municipal de Maringá, entre as décadas de 50 e 60.



Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Cultura – Gerencia do Patrimônio Histórico de Maringá¹⁷.

A (Figura 10), por sua vez, contribui para a compreensão das condições físicas do terreno, evidenciando a precariedade dos marcadores tumulares e do solo, que aparece totalmente exposto e sem pavimentação. Quando associada ao relato de um morador da época, a imagem reforça a percepção de abandono que cercava o espaço do cemitério. Embora seja uma lembrança subjetiva, a narrativa ajuda a delinear aspectos do cotidiano e da relação da população com o local, marcado por dificuldades de acesso, especialmente em períodos de chuva:

¹⁷ Fotografia pertencente ao acervo da Secretaria Municipal de Cultura de Maringá, sob a guarda da Gerência do Patrimônio Histórico, doada por Jacob Unt Filho.

“Lá era muito feio. Quando chovia, o barro do cemitério escorria, aquilo virava uma lama... ninguém passava lá.¹⁸”

O valor desse tipo de fonte oral reside justamente na sua capacidade de iluminar dimensões subjetivas da experiência histórica, muitas vezes ausentes dos registros oficiais. Como destacam Meihy e Ferreira (2017), na história oral de vida, “o que mais vale [...] são as versões individuais dos fatos da vida, entende-se o peso subjetivo da memória” (p. 30). Nesse sentido, a memória aqui mobilizada não busca precisão factual, mas sim oferece interpretações que ajudam a compreender como o cemitério se inscrevia no imaginário urbano da cidade. Tais narrativas, quando ativadas em práticas de escuta e registro, dialogam com os princípios da História Pública, contribuindo para uma leitura mais sensível e plural do passado local.

Figura 10- Interior do Cemitério Municipal de Maringá entre as décadas de 60 e 70.



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura – Gerência do Patrimônio Histórico de Maringá¹⁹.

18 Depoimento do pai da autora, que viveu sua infância em Maringá nas décadas de 1950 e 1960 e ainda reside na cidade. O relato foi registrado em conversa informal em março de 2025. Para a metodologia e princípios da história oral, ver: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; FERREIRA, Marieta de Moraes Holanda. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

¹⁹Fotografia pertencente ao acervo da Secretaria Municipal de Cultura de Maringá, sob a guarda da Gerência do Patrimônio Histórico, doada por Jacob Unt Filho.

A (Figura 10), também vai ao encontro das entrevistas e relatos de moradores registrados em fontes secundárias e expressa também a ausência de organização em algumas áreas do cemitério. Ao fundo da imagem, é possível observar sepulturas que parecem obedecer a algum tipo de ordenamento, mas a fotografia também evidencia a presença de covas rasas dispostas de forma aleatória, indicando a coexistência de diferentes formas de ocupação e organização dentro do cemitério.

A precariedade, visível nas imagens, nos ajuda a compreender as intervenções que seriam realizadas posteriormente no cemitério. As reformas implementadas visavam responder às demandas administrativas por ordenamento e funcionalidade do espaço, porém não contemplaram as percepções, vínculos e experiências dos moradores, produzindo tensões entre a lógica institucional e a memória social ali inscrita. É nesse contexto de reorganização forçada do espaço funerário que se insere o processo de remodelação do Cemitério Municipal de Maringá, conforme registrado pela imprensa local:

O cemitério de Maringá foi remodelado. João Paulino²⁰ foi responsável pelo sistema de arruamento, já que, até então, as covas não seguiam uma determinada ordenação. Ele foi, inclusive, acusado de profanação de túmulos, já que as obras envolviam remoção de túmulos (GMC Online, 2023).

Essas intervenções foram consideradas polêmicas, pois envolviam a retirada de sepulturas existentes. Como aponta Cordovil (2010, p.284), “o cemitério municipal implantou-se no local determinado [...] no plano inicial da cidade. Porém, internamente, ao que nos parece, os túmulos foram sendo construídos desprovidos de diretrizes prévias.”

Segundo o engenheiro Antonio Almir dos Santos (2009), a remodelação do cemitério foi bastante polêmica, apesar da iniciativa da municipalidade de chamar as famílias para a relocação dos mortos. A intenção de realizar um cemitério-parque encontrava um dos seus empecilhos nos mausoléus existentes, já que se propunha a sua demolição. Para tanto, foi necessário que se colocasse “a motoniveladora dentro do cemitério” para executar sua reestruturação (Cordovil, 2010, p.285).

Dessa forma, a emergência de se “modernizar” o Cemitério Jardim Municipal de Maringá, alinhando-o ao conceito de cemitério-parque, confrontou-se diretamente com as memórias já sedimentadas nas covas tidas como fora do padrão. Neste sentido o

²⁰ João Paulino Vieira Filho foi prefeito de Maringá entre 15 de dezembro de 1961 e 15 de dezembro de 1964, e posteriormente entre 1.º de fevereiro de 1977 e 14 de maio de 1982. Prefeitura de Maringá. “Galeria de Prefeitos”. Disponível em: <http://www3.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=prefeitos>. Acesso em: 1 ago. 2025

processo de reorganização, ao privilegiar critérios técnicos, estéticos e administrativos, acabou por produzir rupturas, sobretudo entre as famílias que não dispunham de recursos materiais para a construção de túmulos permanentes. Essa dimensão aparece no depoimento de um morador, no qual se evidencia a experiência de perda, constrangimento e resignação diante das intervenções realizadas no cemitério:

“Eu conheci na época, o Prefeito João Paulino quem não dinheiro pra fazer o túmulo no cemitério ele mandou rancar tudo que era enterrado no chão colocou tudo nas caixas, no momento ficamos muito triste com ele, mas ele fez a coisa certa²¹.”

A fala do morador revela não apenas o impacto emocional causado pela remoção dos enterramentos, mas também a naturalização posterior de uma decisão que, embora reconhecida como “correta”, pode ter produzido sofrimento e silenciamento. Nesse contexto, as reformas do cemitério incidiram de forma desigual sobre diferentes grupos sociais, fazendo com que os lugares de sepultamento destinados às famílias mais pobres fossem tratados como obstáculos ao projeto de reforma do cemitério.

Já durante a gestão do prefeito Luiz de Carvalho (1965–1968), foi criada a administração do cemitério (Cordovil, 2010). Nesse contexto, além da reordenação das sepulturas, foram implementadas intervenções arquitetônicas que buscavam redefinir a experiência do lugar. O conjunto administrativo foi concebido a partir de uma planta triangular, implantada paralelamente à via de acesso ao cemitério, tendo a capela ecumênica como elemento central e organizador do arruamento interno. Conforme descreve Verri (2001, p. 59),

Sua forma é explicitada através dos beirais com 4,5 metros de balanço, proporcionando leveza e nitidez do perímetro do edifício. A capela ecumênica, localizada num dos vértices do triângulo, é o ponto convergente do arruamento interno. Nos dois vértices restantes, encontram-se os sanitários e ao centro do triângulo a administração. Na cobertura do edifício encontra-se o terraço-jardim, denominado de praça suspensa, acessado diretamente pela rua.

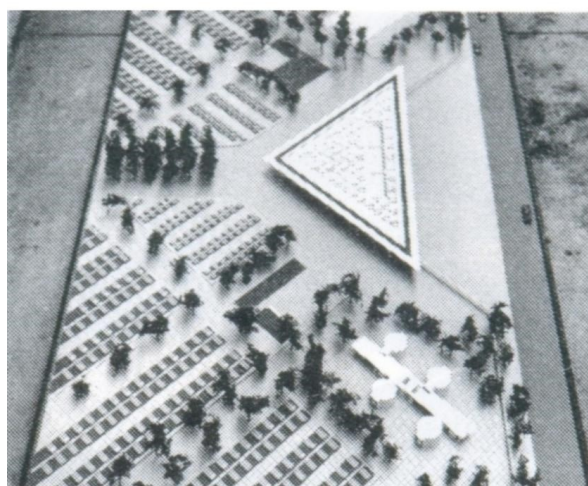
Ainda segundo Verri (2001, apud Cordovil, 2010), o projeto, conforme consta na Figura 10, previa três fases, das quais apenas duas foram executadas. A primeira, realizada em 1964, conforme visto acima, consistiu na organização do espaço e na remoção de

²¹Depoimento de morador de Maringá, coletado em comentário publicado em grupo de memória local na rede social Facebook, c. 2023. O autor foi mantido em anonimato, conforme princípios éticos da pesquisa.

algumas covas rasas, com a implantação do arruamento interno, a redistribuição das urnas funerárias e o paisagismo. A segunda fase, em 1967, contemplou a construção do bloco administrativo e da capela. No entanto, a terceira fase, que previa a construção do edifício do velório, nunca chegou a ser concluída.

Na época a proposta de “transformar” o Cemitério Jardim Municipal ganhou maior visibilidade no discurso institucional e na imprensa local. A revista *Maringá: Alicerces do Futuro* (1968), dedicou uma nota às reformas realizadas em seu interior, evidenciando o esforço do poder público em inscrever o espaço funerário no projeto de modernização da cidade.

Figura 11- Projeto Prédio Administração, Cemitério Municipal de Maringá-Pr.



Fonte: Verri, 2003²²

Esse interesse também se relacionava com a localização do cemitério na Zona 2, área já valorizada no contexto da expansão urbana, o que reforçava a necessidade de adequá-lo à imagem de progresso, organização e modernidade que se pretendia projetar para Maringá. Conforme registrado na revista *Maringá: Alicerces do Futuro*, destacava-se:

“OBRAS INICIADAS: Cemitério Municipal, iniciado em 1967, com execução dos projetos arquitetônico e paisagístico. Já no ano de 1967 foram realizados serviços de

22 VERRI JÚNIOR, Anibal. O arquiteto Bellucci e alguns marcos arquitetônicos na História de Maringá. In: SZMRECSANYI, M. I.; ZANI, A. C. Arquitetura e cidade no Norte do Paraná. São Paulo: FAUUSP/UDEL, 2003. p. 47.

concretagem e asfaltamento de ruas, quadras e carneiras, num total de 30 mil m². Em 1968 as obras avançaram.”

A publicação da revista apresentava, ainda, o Cemitério Municipal de Maringá como uma proposta inovadora no contexto estadual:

O Cemitério Municipal com características inéditas no Paraná. É um cemitério parque com túmulos simples e iguais. Está sendo construído em ritmo acelerado. Somente em 1967 foram aplicados mais de NCR\$ 120 mil nas obras iniciais de construção. Contará com edifícios complementares para cultos religiosos, administração e outros serviços, além de uma praça elevada cuja construção está em fase final. (Revista Maringá alicerces do futuro, 1968)

A narrativa construída pela revista instrumentaliza o projeto do cemitério como um símbolo de modernidade, utilizando a padronização estética “túmulos simples e iguais” e o volume de investimentos como métricas de progresso urbano. Trata o cemitério fundamentalmente como uma obra de engenharia e saneamento, esvaziando-o de sua dimensão simbólica e afetiva. Neste sentido compreendemos que a publicação da época busca um mascaramento abordagem negligencia deliberadamente as tensões envolvidas na transformação do local, sobretudo o drama das famílias atingidas pela reorganização das sepulturas e pela eliminação das covas rasas, cujas histórias foram suplantadas pela narrativa oficial do progresso.

Conforme demonstra a fotografia (Figura 12), que acompanhava a nota sobre as reformas, privilegia-se o registro das quadras situadas em frente ao prédio da administração do cemitério, enquanto, ao lado esquerdo da imagem, aparecem quadras ainda marcadas pela desorganização. A intenção era evidenciar a nova organização do espaço: a disposição simétrica das sepulturas, a pavimentação das vias internas e o alinhamento das árvores em linha reforçam a tentativa de conferir ao conjunto um caráter ordenado e moderno, em contraste com as áreas que permaneciam à margem desse processo de reorganização.

Figura 12- Interior Cemitério Municipal de Maringá-PR final da década de 1960.



Fonte: Revista Maringá: Alicerces do Futuro.

Para além do processo de reformas empreendido ao longo da década de 1960, o Cemitério Municipal de Maringá passou a assumir contornos mais sistemáticos apenas ao final desse período. Segundo Martin et al. (2016, p. 478), “foi no final dos anos 1960 e início da década de 1970 que se iniciou, juntamente com a catalogação dos sepultamentos, a identificação das quadras e dos lotes onde os mortos passaram a ser inumados”. Esse processo coincidiu com a formalização legal do cemitério, que ocorreu por meio da Lei nº 772, de 8 de setembro de 1970, sancionada durante a gestão do prefeito Adriano José Valente (1969–1973), a qual determinava: “*Fica criado o Cemitério Municipal de Maringá, parque de utilidade, reservado e respeitável*” (MARINGÁ, 1970, Art. 1º).

A lei ainda previa que “a execução, construção e conservação do Cemitério Municipal de Maringá serão feitas de acordo com o projeto arquitetônico e paisagístico encomendado pela Prefeitura Municipal de Maringá, já aprovado pelo Executivo” (MARINGÁ, 1970, Art. 2º), impondo restrições à construção de estruturas que desrespeitassem essa concepção. Além disso, a administração do cemitério seria sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, com obrigações como a de “organizar e manter um cadastro de sepulturas e enterramentos,” (MARINGÁ, 1970, Art. 4º, §1º), garantindo a conservação do espaço e fiscalizando sua regulamentação. A legislação também assegurava aos concessionários “o direito de ver a concepção do Cemitério conservada e preservada integralmente” (MARINGÁ, 1970, Art. 3º, b).

Dando continuidade das intervenções realizadas, nos anos finais da década de 1970, o então prefeito João Paulino Vieira Filho (1977–1982), em seu segundo mandato,

deu continuidade ao processo de reformas no Cemitério Municipal de Maringá. A gestão municipal, mais uma vez, promoveu a remoção de antigas sepulturas e a redistribuição das áreas internas.

A desapropriação das sepulturas foi novamente questionada à época, já que muitas famílias não tiveram a oportunidade de resgatar os restos mortais de seus entes queridos, os quais acabaram por desaparecer em meio às fossas coletivas. A Lei nº 772, de 8 de setembro de 1970, dispôs sobre a exumação e transladação dos restos mortais para novas sepulturas do cemitério municipal de Maringá, em área abrangida pelo plano específico. (Cordovil, 2010, p.406).

De acordo com a publicação da época no periódico O jornal (1979), com o seguinte título em destaque: “Mortos Deixam Túmulos”.

A Administração do Cemitério Jardim Municipal de Maringá está chamando familiares das pessoas sepultadas na quadra B-17 para tratar da transladação dos restos mortais para ossuários. A Secretaria de Serviços Públicos, continuando o programa de adequação e melhor aproveitamento do Cemitério de Maringá, deverá processar melhorias para a utilização da área onde está localizada a quadra B-17 e, de acordo com a lei 772/70, está comunicando aos familiares para que compareçam à Administração do Cemitério. Os familiares terão 30 dias a contar da data da publicação da relação nominal no órgão oficial do Município. Esgotado esse prazo, a Secretaria de Serviços Públicos poderá proceder à transladação, independentemente de entendimentos com os familiares das pessoas sepultadas. Os restos mortais que serão transladados nesta etapa são de aproximadamente 500 pessoas, sepultadas nos anos de 1970 a 1972²³

Mais uma vez a retirada dos corpos sepultados em determinadas áreas sob o argumento de “adequação” configurou um dos episódios mais polêmicos da gestão pública da cidade. Durante a administração do então prefeito João Paulino, levando-o a ser criticado e até mesmo acusado de profanar túmulos.

Neste sentido como destaca o geógrafo Eduardo Rezende (2000, p. 17-18), os processos de exumação evidenciam uma dinâmica de desigualdade social, na qual as pessoas pobres são despejadas de sua moradia mortuária, pois elas “pagam aluguel”, não obtendo a propriedade da casa dos mortos; enquanto os ricos têm suas casas fúnebres “próprias”, perpetuas não precisando passar pelo incômodo do despejo. Essa distinção revela que as desigualdades sociais não se encerram com a morte, mas se prolongam na

23 O JORNAL. Mortos deixam túmulos. *Maringá*, nov. 1979, n. 6285. Disponível no acervo da Gerência do Patrimônio.

organização do espaço cemiterial, produzindo diferentes formas de permanências, invisibilidades e apagamentos.

Além disso, a Lei nº 1212/1978 regulamentou os processos de exumação e instituiu uma taxa específica destinada à conservação e manutenção do cemitério (MARINGÁ, 1978, arts. 2º e 3º). Sendo definido que as “sepulturas rasas teriam um prazo de dois anos para conversão em sepultura perpétua, caso contrário, os restos mortais seriam transferidos para nichos/ gavetas” (MARINGÁ, 1978, Art. 1º, I) conforme demonstra a (Figura 13 e 14) as gavetas²⁴ ficam localizadas em um lugar a margem no interior do cemitério, além disso, observa-se que nem todas as gavetas possuem identificação individual, uma vez que não há obrigatoriedade legal de registro nominal nesses casos. Ainda na década de 1970 foi promulgada a Lei nº 1281, de 1979, que autorizou a criação do Serviço Funerário de Maringá como autarquia municipal, dotada de autonomia financeira e patrimonial. A lei conferiu à autarquia competência exclusiva sobre diversos aspectos dos serviços funerários, como a “autorização e fiscalização de velórios particulares”, a “remoção e transporte dos mortos” e a “fabricação e fornecimento de caixões mortuários” (Lei nº 1281/1979).

Figura 13- Ossuário²⁵, Cemitério Municipal de Maringá – PR.



Fonte: A autora, 2025.

²⁴ Segundo informações da administração do Cemitério Municipal de Maringá, o local possui aproximadamente 6.000 gavetas, sendo que, em 2025, cerca de 1.600 estão ocupadas.

²⁵ Segundo regulamento interno do Cemitério Municipal de Maringá. GAVETA: Sepultura individual, edificada em alvenaria ou concreto armado sobreposta verticalmente, destinada a uma inumação.

Figura 14- Gavetas edificadas, Cemitério Municipal de Maringá-PR.



Fonte: A autora, 2025.

Diante das transformações ocorridas nas décadas anteriores, envolvendo a reorganização do espaço do cemitério e a regulamentação das sepulturas, torna-se relevante compreender como se estruturavam, na prática, os enterros em Maringá antes da promulgação da Lei nº 1922/1985. Os serviços funerários em Maringá eram realizados majoritariamente por funerárias privadas que atuavam de forma relativamente autônoma, muitas vezes sem regulamentação municipal sistemática. Nesse contexto, alguns agentes funerários eram conhecidos popularmente como *“papa-defuntos”*, termo atribuído àqueles que realizavam serviços de remoção e sepultamento sem controle institucional formal.

Neste contexto a Lei nº 1922/1985 representou um marco na organização do setor ao instituir a Comissão Municipal do Serviço Funerário, responsável por regulamentar e fiscalizar os serviços funerários no município, incluindo a supervisão do Cemitério Municipal. A partir desse momento, o poder público passou a exercer maior controle sobre as práticas relacionadas à morte, ao luto e aos serviços funerários (MARINGÁ, Lei nº 1922/1985).

Posteriormente, esse modelo foi reformulado por meio das Leis nº 5389/2001 e nº 5394/2001, que redefiniram as atribuições da comissão e reestruturaram o sistema funerário municipal. A partir dessas normativas, passou-se a permitir a execução dos serviços funerários por empresas privadas, mediante concorrência pública, porém sob fiscalização e regulação do município (MARINGÁ, Leis nº 5389/2001 e nº 5394/2001).

Nesse contexto de crescente regulamentação do espaço funerário, o Decreto nº 1475/2002 reforçou a lógica da padronização, estabelecendo normas para revestimento e

reconstrução de sepulturas no Cemitério Jardim Municipal. O decreto determinou que “será permitido o revestimento somente em sepulturas que estejam padronizadas” e que, no caso de sepulturas mais antigas, “as mesmas deverão ser padronizadas para que possam ser revestidas” (Maringá, Decreto nº 1475, 2002).

Além disso, a proibição de determinados elementos, como “a fixação de bancos ao lado das sepulturas” e o “plantio de mudas ornamentais, árvores ou gramas no terreno que circunda as sepulturas”, demonstra uma preocupação com a manutenção e circulação no espaço, mas também impõe limites à forma como as famílias expressam sua memória e relação com os falecidos (Maringá, Decreto nº 1475, 2002).

Essas exigências podem ser compreendidas como parte de um movimento de homogeneização do espaço funerário, no qual se busca eliminar as variações estéticas entre as sepulturas em nome da ordem.

Embora apresentadas como medidas voltadas à padronização, à manutenção e à construção de uma paisagem funerária supostamente mais “igualitária”, essas intervenções acabam por impor restrições significativas às formas de elaboração do luto. Ao homogeneizar os modos de ocupação e representação no espaço do cemitério, elas tensionam e, por vezes, silenciam as múltiplas maneiras pelas quais as famílias expressam memória, afeto, identidade e pertencimento, deslocando essas manifestações do campo simbólico e afetivo para uma lógica administrativa e estético-funcional.

Como por exemplo, homenagens personalizadas com características culturais específicas, acabam sendo desencorajadas ou proibidas. Com isso, abre-se espaço para um debate sobre como tais regras podem, ainda que indiretamente, restringir a diversidade de significados atribuídos às práticas funerárias.

A partir da reconstrução de alguns pontos centrais que marcaram a formação do Cemitério Municipal de Maringá, é possível observar um contínuo processo de regulamentação e padronização do espaço funerário ao longo das décadas. Se, entre os anos de 1960 e 1970, a reorganização esteve voltada principalmente à redefinição estrutural do espaço, à imposição de critérios para os sepultamentos e à remoção de túmulos considerados dissonantes do modelo urbano planejado, a partir dos anos 2000 esse movimento avança sobre a própria materialidade dos túmulos e sobre a estética das sepulturas, restringindo modos de expressão simbólica e memorial.

Ainda assim Cemitério Municipal de Maringá, apesar das sucessivas tentativas de controle sobre a estética popular, resiste como um espaço de história pública e memória local que desafia a lógica urbanística predominante. A crescente imposição de normas e

restrições buscavam transformar o Cemitério Municipal em um ambiente homogêneo e ordenado, refletindo a busca do poder público que se ancora no discurso da modernização para apagar vestígios de manifestações ao qual não controla. O cemitério segue sendo um espaço de significação coletiva, no qual distintas formas de expressão da morte e do morrer, continuam a se manifestar, em certas circunstâncias sendo atravessadas pelas desigualdades, mas não totalmente subsumidas por elas.

Olhar para esse espaço é, portanto, também problematizar como a cidade constrói suas memórias: o que escolhe preservar, o que silencia e o que transforma em ruína. Como lembra Rovai (2018), pensar a História Pública não significa revelar verdades ocultas, mas abrir espaços de diálogo com experiências diversas, frequentemente marginalizadas, mas que seguem inscritas no cotidiano. O Cemitério Municipal, enquanto lugar onde convivem vivos e mortos, memória e esquecimento, converte-se assim em uma extensão sensível da própria cidade, uma cidade dos mortos que interpela, permanentemente, a cidade dos vivos.

2.2 Uma visita a cidade dos mortos: o Cemitério Municipal de Maringá- Pr.

A partir de sua trajetória de formação, discutida na seção anterior, o Cemitério Municipal de Maringá pode ser interpretado como um território portador de significados históricos, culturais e simbólicos. Sua relevância se expressa não apenas nos rituais fúnebres e nas práticas de luto, mas também na forma como ele se insere na paisagem urbana e na experiência cotidiana da cidade. Com uma área aproximada de 255 mil metros quadrados, e de cerca de 35 mil sepulturas e com mais de 80 mil pessoas sepultadas ²⁶ trata-se de um do principal cemitério do município.

Em uso desde 1947, o cemitério acompanhou o crescimento urbano e as transformações sociais de Maringá, tornando-se um lugar onde se condensam diferentes temporalidades, trajetórias e dinâmicas coletivas. Mais do que um local destinado exclusivamente à inumação, ele se expressa como um espaço de circulação de memórias

26 GMC Online. 1ª pessoa sepultada, galeria para prefeitos, túmulos mais visitados: conheça histórias do Cemitério de Maringá. GMC Online, Maringá, 2 nov. 2023. Disponível em: <https://gmconline.com.br/noticias/cidade/1a-pessoa-sepultada-galeria-para-prefeitos-tumulos-mais-visitados-conheca-historias-do-cemiterio-demaringa/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

e histórias. Nesse sentido, olhar para o Cemitério Municipal permite compreender não apenas as formas de lidar com a morte, mas também aspectos mais amplos da produção da memória urbana e das relações entre espaço, poder e identidade na cidade.

Esses sentidos tornam-se perceptíveis nas lapides, nos rituais mobilizados por diferentes tradições religiosas e nas práticas de homenagem realizadas em datas específicas ou em visitas cotidianas. Também se manifestam na arquitetura do espaço, na disposição das quadras, na presença de mausoléus, esculturas, símbolos e elementos paisagísticos, bem como nos túmulos de pessoas que marcaram, de formas distintas, a história cotidiana da cidade.

Essas produções dos vivos em relação aos seus mortos demonstram que o cemitério não se constitui apenas como um depósito de corpos, mas como um lugar socialmente ativo e simbolicamente estruturado, no qual se inscrevem, se negociam e se atualizam múltiplas camadas da memória social. Trata-se, portanto, de um espaço continuamente atravessado por práticas, gestos, rituais, objetos e narrativas, que conferem sentido às ausências e permitem a manutenção de vínculos entre vivos e mortos. Nesse sentido, o cemitério pode ser compreendido como um organismo vivo, atravessado por temporalidades diversas, no qual se articulam lembranças, silêncios, disputas e formas de pertencimento. Essa leitura dialoga com a interpretação de Borges (2004), para quem os cemitérios podem ser entendidos como uma espécie de “cidade em miniatura”:

Pode-se dizer que se trata de uma cidade em miniatura, com vias de acesso a um prédio principal, polarizador do espaço interno, que pode ser uma capela coletiva e/ou um cruzeiro. Como local público, o cemitério visa ao bem-estar coletivo e está imbuído de razões cívicas e religiosas. Graças a ele, a pequena burguesia consolida o direito à individualização também na morte. E as sepulturas passam a ser a personalização do indivíduo pós-morte. Borges (2004, p. 254)

Neste contexto, o Cemitério Municipal de Maringá pode ser compreendido como um espaço que condensa, em escala própria, dinâmicas sociais semelhantes às da cidade dos vivos, pois revela modos específicos de produção de histórias e memórias, ao mesmo tempo em que silencia presenças e hierarquiza existências. As diferenças entre as formas de sepultamento, as intervenções do poder público e as práticas cotidianas dos frequentadores evidenciam que ali as desigualdades não se apagam, mas se reorganizam sob outras lógicas. O cemitério, nesse sentido, expõe como os vivos expressam suas ausências e negociam seus vínculos com o passado.

Se, por um lado, o Cemitério Municipal de Maringá pode ser compreendido como um lugar de memória e história por outro, ele também se expressa através de sua

materialidade, atravessada pelas transformações da própria cidade ao longo do tempo. Sua localização, e formas de ocupação foram sendo continuamente ressignificadas à medida que a cidade fora dos seus muros se expandia e se modernizava. Assim, analisar sua materialidade em diálogo com o crescimento da cidade nos permite compreender não apenas mudanças na paisagem, mas também deslocamentos nos sentidos atribuídos à morte e às práticas funerárias no contexto maringense.

O Cemitério da cidade de Maringá, oficialmente denominado Cemitério Jardim Municipal de Maringá, está localizado na Rua Vereador Primo Monteschio²⁷, nº 435, na Zona 02, em uma região que, no plano urbanístico de 1945, correspondia aos limites da cidade. Contudo, com o crescimento urbano ao longo das décadas seguintes, o espaço funerário passou a ser progressivamente incorporado à área central, ficando hoje cercado por edifícios residenciais e estabelecimentos comerciais. Essa nova inserção territorial reflete diretamente o processo de expansão urbana e as transformações vivenciadas por Maringá ao longo do tempo.

Figura 15- Fachada do prédio da administração: Cemitério Municipal de Maringá-PR.



Fonte: A autora, 2025.

²⁷ Antes conhecida como Rua Rio Bom, teve seu nome alterado pela Lei Ordinária nº 2114/1987, em homenagem a Primo Monteschio. Destacamos aqui sua relação com os serviços funerários, tendo fundado, na década de 1960, o Serviço Social e Luto Funerária Maringá uma das primeiras funerárias da região, responsável por oferecer estruturas como capelas mortuárias para velórios e um necrotério particular, foi um dos primeiros dentistas práticos de Maringá e exerceu forte atuação política como vereador em diversas legislaturas entre 1952 e 1968. Primo Monteschio está sepultado no Cemitério Municipal de Maringá, Quadra 027, Linha 010, Sepultura 001, Seq. 008. Falecimento em 19/10/1986, sepultamento em 20/10/1986. Registro na Certidão nº 11871, Livro C-32, Folha 19, Cartório 1.

O prédio da administração do Cemitério Municipal de Maringá (Figura 15), projetado pelo arquiteto José Augusto Bellucci²⁸, e executado durante a gestão do prefeito Luiz Moreira de Carvalho²⁹ (1965-1968), integra o conjunto de intervenções urbanas voltadas à reestruturação do espaço funerário no contexto das reformas da década de 1960. Trata-se de um edifício que, mais do que cumprir uma função administrativa, expressava a época os princípios da modernização então em curso na cidade. Conforme descreve Verri (2001, p. 59), “a parte da administração e a capela estão na estrutura triangular localizada paralelamente à rua de acesso ao cemitério³⁰” compondo um eixo organizador do espaço interno. Ao longo dos anos, o edifício passou por algumas adaptações, mas ainda preserva elementos característicos de sua época de construção. O prédio segue a proposta modernista de seu projeto original e não apresenta elementos que remetam à mortalidade, reforçando sua função estritamente administrativa dentro do cemitério.

Ao lado da administração, o portão principal de entrada do Cemitério Municipal de Maringá (Figura 16) mantém essa estética funcionalista: confeccionado em ferro, com estrutura simples e sem ornamentações, prioriza a praticidade e o controle do acesso ao espaço funerário. O muro baixo de alvenaria delimita o perímetro e a entrada conta com sinalizações informativas que indicam normas de circulação e restrições de comportamento.

Essas características não operam apenas em nível estético, mas funcionam como dispositivos de ordenamento, expressando a preocupação da administração municipal em regular a circulação, o uso e até a experiência do cemitério, alinhando-o ao ideal de organização consolidado desde sua reestruturação nas décadas de 1960 e 1970.

28 O arquiteto José Augusto Bellucci (1907-1998) a partir da década de 1960, elaborou projetos para diversos equipamentos públicos da cidade. No caso do Cemitério Municipal, foi responsável pelo plano de readequação física e paisagística, que incluiu a organização do arruamento interno, o portal de entrada e estruturas auxiliares. Bellucci também assinou projetos representativos da arquitetura moderna maringaense, como a Catedral Nossa Senhora da Glória, o Grande Hotel Maringá e o Maringá Clube, reforçando sua importância no processo de institucionalização de uma estética urbana alinhada aos ideais de modernidade da época. Ver mais em: LEAL, João Laércio Lopes. “História artística e cultural de Maringá: 1936-1990.”” Maringá: *Imprima Conosco* (2016).

29 Luiz Moreira de Carvalho – 4º prefeito de Maringá. Sepultado no Cemitério Municipal de Maringá, Quadra 27, Linha 8, Lote 16, Unidade 1. Falecimento e sepultamento em 27/09/1994.

30 SOUZA, Valéria Zamboni. *Ressonâncias da arquitetura brutalista nos edifícios das catedrais de Maringá e de Cascavel*, 2015. Diss. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-graduação em metodologia de projeto de arquitetura e urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

Figura 16- Entrada principal (portão 1) do cemitério municipal de Maringá- PR.



Fonte: A autora, 2025.

Como pode ser observado no mapa do cemitério (Figura 17), as quadras do Cemitério Municipal de Maringá foram planejadas segundo um alinhamento simétrico, organizadas para convergir em direção a um eixo central. Ao atravessar o portão principal, ainda hoje é possível perceber com clareza essa orientação original das quadras, bem como a rua principal, que conecta diretamente o acesso ao cemitério a um dos vértices da estrutura triangular do edifício administrativo.

Figura 17- Mapa do Cemitério Municipal de Maringá³¹.



Fonte: Cemitério Municipal de Maringá.

31 Mapa do interior do Cemitério Municipal de Maringá, possivelmente datado da década de 1980. Embora desatualizado, uma vez que o cemitério atualmente conta com 90 quadras, o traçado original ainda se mantém em grande parte de sua estrutura interna.

Conforme demonstrado anteriormente, desde sua fundação, Maringá foi marcada por uma forte tentativa de se consolidar como uma cidade planejada, organizada segundo princípios urbanísticos que buscavam evitar a formação de favelas e ocupações consideradas “irregulares”, comuns em outras cidades brasileiras daquele período. O projeto original estabeleceu uma estrutura socioespacial hierarquizada, com um núcleo central cercado por bairros residenciais planejados, além da delimitação de áreas industriais e vilas operárias. Nesse contexto, o Cemitério Municipal de Maringá também foi concebido e, ao longo do tempo, progressivamente reorganizado, acompanhando as diretrizes de ordenamento urbano. Essa reorganização pode ser observada, por exemplo, na adoção de novos padrões de sepultamento. Segundo Martin (2010, p. 78),

A partir do final da década de 1970 foi implantado o sepultamento em carneiros (covas com paredes laterais de tijolos e revestida de argamassa). Entretanto, do final da década de 1970 até o final da década de 1980, os falecidos cujas famílias não tinham condições financeiras de comprar seus túmulos ainda continuavam sendo sepultados diretamente no solo natural.

Mesmo após a implantação dos sepultamentos em carneiros, as covas rasas continuaram a persistir, possivelmente em função das limitações financeiras de muitas famílias que não podiam arcar com os custos de jazigos ou estruturas em alvenaria. A fotografia apresentada na (Figura 18) registra, em 2007, a presença dessas sepulturas localizadas ao fundo do Cemitério Municipal de Maringá na quadra 58 e 59.

Nessas covas, os corpos eram inumados diretamente no solo, sem qualquer tipo de estrutura de alvenaria ou delimitação formal, em contraste com os carneiros e jazigos mais estruturados presentes em outras quadras do cemitério. Ressalta-se que muitas dessas sepulturas eram destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social. Martins³² (2010) identificou, por meio de levantamento geossistêmico no Cemitério Municipal de Maringá, que as quadras 58 e 59 eram “áreas críticas”, marcadas pela presença de covas rasas e pela falta de infraestrutura sanitária e ambiental, o que evidenciava o caráter periférico e precário dessas zonas. Essa área foi considerada prioritária para reestruturação devido à presença de sepulturas rasas com mais de dez anos, cujos restos mortais seriam transferidos para o ossuário coletivo localizado na quadra 37. Segundo (Borges, 2004, p. 254):

³²MARTIM, Aline Giseli. *Análise da arquitetura tumular do Cemitério Jardim Municipal de Maringá (PR)*. 2016. Artigo. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET, v. 20, n. 1, p. 475–486.

A Discriminação social. Ocorre no momento em que os familiares escolhem o cemitério para enterrar o morto. A seleção é realizada levando-se em consideração alguns requisitos como: localização geográfica, número de amigos e parentes enterrados ali, medida das carneiras, valor do terreno e, o mais importante, o status que a necrópole confere perante a sociedade vigente.

Diante do exposto, o cemitério pode ser interpretado como um espaço no qual se projetam e se reproduzem as hierarquias da cidade dos vivos, transpondo para o campo da morte processos de exclusão e diferenciação social observáveis. A desigualdade não se manifestaria apenas na materialidade dos túmulos ou na localização das sepulturas, mas também nas formas de reconhecimento, visibilidade e cuidado dispensadas aos mortos, na presença ou ausência, na manutenção periódica das sepulturas e na própria preservação (ou apagamento) das memórias ali inscritas.

Nesse sentido, o espaço cemiterial pode ser interpretado como um território simbólico, atravessado por relações de poder, valores culturais e lógicas urbanas. As escolhas relativas ao local e à forma de sepultamento, embora articuladas a critérios práticos, administrativos e normativos, carregariam significados sociais, culturais e afetivos que tenderiam a reforçar distinções entre diferentes grupos, mesmo em um espaço que, do ponto de vista simbólico, estaria associado à ideia de igualdade na morte.

Diante do exposto, compreende-se que o conjunto de práticas sejam elas funerárias, administrativas ou organizacionais que compõem o cotidiano do cemitério pode ser entendido como parte de um processo mais amplo de produção e reprodução das desigualdades sociais. Essas práticas operam não apenas sobre os corpos ali sepultados, mas também sobre as memórias, as representações e os lugares simbólicos atribuídos aos mortos na paisagem urbana, evidenciando como a morte e seus espaços permanecem profundamente inscritos nas dinâmicas sociais e históricas.

Figura 18- Covas Rasas ao Fundos do cemitério municipal de Maringá ano de 2007.



Foto: Ricardo Lopes/PMM)³³

Tais processos podem ser observados em setores específicos do cemitério, onde determinadas memórias e grupos sociais passam a ocupar espaços diferenciados. Desde o final da década de 1970, o Cemitério Municipal de Maringá passou a abrigar uma galeria exclusiva destinada aos ex-prefeitos e seus familiares, organizada em ordem cronológica nas quadras 26 e 27. Essa iniciativa, segundo informações da Prefeitura, representa uma tentativa de valorizar a memória política da cidade: “a galeria de prefeitos do Cemitério Municipal foi implantada no final da década de 70 para sepultamento de prefeitos e seus familiares, em ordem cronológica” (Gmc on line, 2023). Embora essa escolha possa ser interpretada como uma forma de homenagem, ela também expressa uma distinção no interior do cemitério, onde determinadas trajetórias ganharam e ganham destaque enquanto outras permanecem anônimas.

Outro aspecto sobre a distinção visível das sepulturas é a concentração dos antigos mausoléus (figura 19), diferentemente das sepulturas ao chão e dos jazigos os mausoléus como apresentado na (figura 20), “compreendem construções de alvenaria que podem ser pintadas, revestidas com cerâmica ou gesso, incorporando uma diversidade de elementos

33 **Prefeitura Municipal de Maringá.** Relatório conclui que o solo do Cemitério Municipal não está contaminado. Prefeitura de Maringá, 2007. Disponível em: <https://www.maringa.pr.gov.br/noticia/2724>. Acesso em: 14 de dezembro de 2024.

arquitetônicos” (Carneiro, 2022, p.402). Sendo de maior parte e geralmente comportam vários membros da mesma família³⁴.

A visibilidade e o destaque conferidos a determinadas sepulturas ou conjuntos tumulares contrastam fortemente com a condição anônima e discreta atribuída à maioria dos mortos. Nessas construções, a morte deixa de representar apenas uma ruptura biológica e passa a operar como um campo de continuidade simbólica do poder, no qual a memória dos indivíduos é cuidadosamente moldada e monumentalizada. A escolha dos materiais, a imponência arquitetônica e a localização privilegiada dos túmulos transformam-se em formas de inscrição duradoura no espaço, funcionando como dispositivos de produção da memória e, ao mesmo tempo, de reafirmação de posições sociais.

Nesse sentido, tais estruturas não apenas individualizam a lembrança dos falecidos, mas também contribuem para a perpetuação de prestígio, reconhecimento e poder de determinados grupos familiares, projetando no espaço da morte hierarquias construídas ao longo da vida. A sepultura, portanto, pode ser compreendida como uma extensão simbólica do lugar social ocupado em vida, na medida em que participa da produção de uma memória seletiva, em que certos nomes, linhagens e trajetórias são preservados e monumentalizados, enquanto outras permanecem silenciadas ou progressivamente apagadas no tecido urbano e no tempo.

Conforme define o regulamento do Cemitério, o local é organizado em “setores subdivididos em praças, ruas, quadras, gavetários e ossuários”, contando ainda com “vias pavimentadas e edifícios de serviços” (MARINGÁ, 2014, art. 1º). Essa organização, que equipara jazigos a lotes urbanos numerados, estende-se também ao controle temporal dos corpos. A fim de otimizar a ocupação, a permissão de uso das sepulturas gratuitas é restrita a três anos e seis meses. Findo esse prazo, a responsabilidade pela retirada dos restos mortais recai sobre a família; na ausência desta, a administração assume a exumação e o traslado para o ossuário coletivo (MARINGÁ, 2014, art. 18), evidenciando como a eficiência da gestão muitas vezes se sobrepõe à perenidade da memória individual.

³⁴IV - JAZIGO: Sepultura construída em alvenaria, conforme projeto específico, destinada a seis inumações, tendo internamente dois metros e setenta centímetros de largura por dois metros e oitenta centímetros de profundidade, contendo ainda seis nichos internos para depósitos de ossos. (MARINGÁ, 2014, art. 1º, §IV).

Figura 19- Mausoléu de uma família datado década de 1960.



Fonte: A autora, 2024

Figura 20 - Mausoléu Cemitério Municipal de Maringá.



Fonte: A autora, 2024

Contudo, a partir da década de 1980, construções desse tipo foram proibidas pelo Decreto nº 100/84, que estabeleceu diretrizes para padronizar e uniformizar as sepulturas. Posteriormente, a legislação municipal avançou ainda mais nas restrições, como demonstrado pela Decreto nº 1.475/02³⁵. Embora tais decretos tenham sido justificadas pela necessidade de organização e manutenção do cemitério, suas diretrizes impuseram limites à personalização das sepulturas. Ao limitar ou interditar determinadas formas de construção, ornamentação e personalização, esses decretos contribuíram para a imposição de uma paisagem funerária crescentemente padronizada e normatizada, na qual as diferenças individuais e coletivas tendem a ser diluídas em modelos formais previamente definidos. Essa padronização não apenas interfere no campo visual, mas atuam também sobre as dimensões simbólicas da morte, restringindo as possibilidades de expressão das memórias, dos afetos e das identidades dos sujeitos e de seus grupos familiares. Assim, a regulação do cemitério pode ser compreendida como um mecanismo que, ao mesmo tempo que ordena fisicamente o território, intervém na produção social da memória.

Como destaca Borges (2014, p. 2044), independentemente das variações estruturais dos cemitérios brasileiros, os enlutados compartilham duas necessidades fundamentais: “acercarem-se do local onde os mortos estão enterrados e criar ali uma ambientação de recolhimento para que possam praticar seus atos de devoção, embelezá-la com flores e fotografias, e recordarem-se sempre das lembranças vividas no passado”.

Nesse sentido, ainda que o espaço cemiterial seja progressivamente submetido a medidas de controle, por meio de decretos e regulamentos, tais mecanismos não conseguem suprimir por completo as formas de expressão do luto. As práticas dos enlutados frequentemente encontram brechas nessas estruturas normativas, manifestando-se por meio de gestos, objetos e intervenções sutis, (flores, fotografias, velas, mensagens e pequenos ornamentos).

Assim, mesmo em um ambiente regulado, a experiência da morte do outro se reinscreve no espaço através de expressões que tensionam a homogeneização imposta,

35 O Decreto nº 1475/2002 do município de Maringá, Paraná, regulamenta o revestimento e a reconstrução de sepulturas no Cemitério Jardim Municipal. Ele estabelece padrões específicos para o uso de cerâmica, granito e mármore nos túmulos, determinando medidas e espessuras mínimas para os materiais utilizados. Além disso, proíbe a fixação de bancos ao lado das sepulturas e restringe o plantio de árvores, grama ou mudas ornamentais nos espaços circundantes. Também exige a retirada dos entulhos das obras realizadas no interior das quadras. O decreto visa padronizar as sepulturas, eliminando estruturas fora do padrão, como capelinhas e jardineiras.

revelando a persistência de dimensões afetivas, simbólicas e religiosas que escapam à total administração do espaço funerário. Essas ações revelam que, embora o cemitério seja frequentemente marginalizado e esquecido no cotidiano urbano, ele permanece como um território denso em significados, conforme observa Borges (2014, p. 2404) os cemitérios “propiciam um vasto conhecimento cultural que vincula os homens à constituição de suas identidades e às suas relações de poder, de afetividade e de memórias com o falecido.

Nesse contexto, no Cemitério Municipal de Maringá, observa-se a presença de lápides pintadas à mão, inscrições improvisadas, elementos religiosos e profanos, desenhos esculpidos diretamente na pedra, placas de cerâmica e porta-retratos, que contrastam com a padronização imposta pelas regulamentações municipais. Essas expressões, mais frequentes nas áreas periféricas do cemitério, podem ser compreendidas como práticas que tensionam os mecanismos disciplinares e as formas de controle exercidas sobre o espaço funerário, tais manifestações revelam que o controle, embora, exista não se exerce de maneira absoluta, sendo constantemente atravessado por resistências, fissuras e reapropriações no cotidiano. Tomamos como exemplo as devoções populares voltadas a determinados túmulos, sobretudo daqueles falecidos que passaram por processos de santificação informal, conhecidos como “*santos de cemitério*” ou “*milagreiros de cemitério*”. O uso do termo “popular”, nesse contexto, refere-se ao fato de que tais figuras não foram reconhecidas oficialmente pela Igreja Católica, ou seja, não integram o panteão de santos canonizados ou beatificados, sendo sua legitimidade construída a partir das práticas, narrativas e experiências religiosas do próprio povo (MAIA, 2019, p. 360). Esses mortos passam a ocupar, assim, um lugar singular no espaço cemiterial: ao mesmo tempo em que estão submetidos às mesmas normas que regulam os demais sepultamentos, tornam-se focos de peregrinação, promessas e pedidos, configurando uma forma particular de sacralização do espaço que escapa à regulação eclesiástica e estatal.

Nesse sentido, as devoções dirigidas a esses túmulos revelam como, mesmo em um espaço disciplinado emergem práticas simbólicas e religiosas que ressignificam o lugar da morte e dos mortos, como aponta Andrade (2008, p. 255),

ao tornar-se um lugar no qual se entrecruzam, com relativa naturalidade, o aspecto sagrado e secular da morte, os cemitérios abrigam santos [...]. Nele, todas as manifestações de religiosidade são possíveis. As formas de representação coletiva ligada aos cultos prestados aos mortos ganham especial

relevo quando esses mortos são considerados santos capazes de intermediar uma relação de reciprocidade simbólica.

Essa dimensão é aprofundada por Maia (2019, p. 332-333) ao destacar que tais túmulos são percebidos como espaços que aproximam os devotos de seus intercessores, uma vez que é ali que “se avista o milagre e o milagreiro. É também no cemitério que as memórias sobre a vida e a morte dos milagreiros são (re)elaboradas e a devoção fica mais evidenciada, demonstrando que para estes sujeitos a morte não significou o fim, mas o início de uma nova trama costurada pela fé nos Milagres.

No Cemitério Municipal de Maringá, esse fenômeno manifesta-se de forma particularmente significativa no túmulo de Clodimar Pedrosa Lô³⁶ (figura 21), jovem cuja morte violenta e prematura teve forte impacto na comunidade local.³⁷, ao longo de décadas, sua sepultura passou a ser reconhecida como um espaço de devoção e peregrinação, recebendo visitas de fiéis que ali depositam orações, pedidos e promessas, atribuindo-lhe uma dimensão de intercessão espiritual. Essa apropriação simbólica do túmulo insere-se no conjunto das práticas de santificação popular, nas quais a memória do morto é ressignificada por meio da fé, da experiência do sofrimento e da elaboração coletiva do luto.

Durante o levantamento de dados para este trabalho e ao longo de visitas realizadas ao cemitério no período de três anos, observou-se que a devoção a Clodimar Pedrosa Lô se intensifica em datas específicas, sobretudo no Dia de Finados, quando seu túmulo passa a receber um fluxo significativamente maior de visitantes. Nessas ocasiões, os devotos dirigem-se ao local imbuídos de fé, depositando pedidos, acendendo velas e registrando agradecimentos por supostas graças alcançadas, configurando uma dimensão ritualizada da devoção que se expressa de forma mais evidente nesse calendário simbólico, conforme discute Sáez (1996, p. 146), o Dia de Finados, celebrado em 2 de novembro, transforma o cemitério em um lugar central de práticas rituais e manifestações

36 Dados do sepultamento de Clodimar Pedrosa Lô: Cemitério Municipal de Maringá – Quadra 33, Linha 2, Lote 23, Unidade 1. Data de falecimento: 24/11/1967. Data de sepultamento: 24/11/1967.

37 A morte de Clodimar Pedrosa Lô, aos 15 anos, em 1967, exemplifica a violência institucional praticada durante o período da ditadura militar no Brasil e expôs a brutalidade policial e a fragilidade do sistema de justiça da época. Acusado de um roubo no hotel onde trabalhava, foi preso e submetido a tortura, resultando em sua morte. A indignação popular aumentou quando os policiais envolvidos conseguiram escapar impunes. Três anos depois, em 1970, a tragédia teve um novo desdobramento: o pai de Clodimar, movido pela dor e pela impunidade, retornou a Maringá e assassinou o gerente do hotel onde o filho trabalhava. Fonte: SILVA, Miguel Fernando Perez. *Sala dos Suplícios: o dossiê completo do caso Clodimar Pedrosa Lô*. Maringá: Clichetec, 2017.

populares de devoção. Nessa data, especialmente quando coincide com fins de semana, observa-se uma intensificação das visitas e das atividades no espaço funerário, configurando um breve ciclo simbólico em torno da morte, marcado por práticas coletivas de memória e homenagem.

Figura 21- Túmulo Clodimar Pedrosa Lô.



Fonte: A autora, 2024.

A quantidade significativa de placas de agradecimento (ex-votos) às suas graças e milagres conforme se observa nas (figuras 21 e 22) além de outros elementos de ordem devocional depositados na sepultura reforçam a crença no poder do milagreiro, pois, como explica Maia (2019, p. 360) “os ex-votos que expressam os pagamentos de promessas e são expostos no túmulo são as principais características que apresentam o milagreiro no cemitério para o público.”, a presença contínua de fiéis ou curiosos acerca de sua história além das oferendas e pedidos que compõe a lapide e toda a extensão de seu túmulo demonstram como sua história foi ressignificada pelo imaginário popular, transformando-o em um símbolo de fê, justiça e intercessão espiritual.

Figura 22- Placas (ex-votos) de agradecimento ao milagreiro de Cemitério Clodimar Pedrosa Lô.



Fonte : A autora 2025.

Para além das devoções dirigidas a figuras santificadas no imaginário popular, também se destacam as datas comemorativas que tendem a ampliar o fluxo de visitantes no cemitério, como o tradicional Dia de Finados, o Dia das Mães, o Dia dos Pais e o Dia das Crianças. Nessas ocasiões, para além da visita esporádica aos túmulos, observa-se um conjunto de práticas e gestos ritualizados que contribuem para manter a presença dos falecidos na memória dos vivos, tais como o acendimento de velas e incensos, a colocação de flores, a manutenção dos jazigos e a realização de oferendas.

Essas práticas podem ser compreendidas como expressões da função dos rituais funerários enquanto dispositivos de reintegração simbólica do grupo social diante da ruptura provocada pela morte. Conforme analisado por Hertz (1990), o tratamento conferido aos mortos não se limita a um conjunto de gestos técnicos ou religiosos, mas reflete valores, hierarquias e concepções fundamentais de cada coletividade, revelando a maneira como os vivos reorganizam simbolicamente sua relação com a perda, a memória e a ordem social. Tais manifestações, ainda que distintas entre si inscrevem os mortos em uma rede de significados que articula identidade, pertencimento e territorialidade. Conforme propõe Assmann (2008), a memória cultural não se sustenta apenas pela recordação individual ou oral, mas depende de suportes externos, materiais e visíveis, que garantem sua permanência e transmissibilidade ao longo do tempo. Nesse sentido, os túmulos, monumentos, imagens e práticas ritualísticas presentes no cemitério operam

como esses suportes, funcionando como dispositivos que estabilizam e publicizam determinadas narrativas sobre os mortos, suas trajetórias e seus vínculos com a coletividade.

Outra dimensão significativa do Cemitério Municipal de Maringá diz respeito aos túmulos e monumentos destinados aos imigrantes japoneses (Figura 23). Muitos desses imigrantes, diante das condições locais e da ausência, em décadas anteriores³⁸, de serviços de cremação ou de espaços religiosos específicos para o depósito de cinzas, precisaram adaptar suas práticas funerárias ao contexto disponível. Essa necessidade de adaptação resultou na incorporação de elementos do budismo e de tradições funerárias japonesas às sepulturas, que passam a funcionar como suportes materiais de memória e identidade para a comunidade nipo-brasileira.

Segundo Castiglione (2023), ao adaptar seus rituais às sociedades de destino, os migrantes negociam elementos de sua identidade, mas inevitavelmente lidam com ausências simbólicas sejam elas de pessoas, objetos ou paisagens. Há também túmulos de imigrantes e descendentes que evidenciam um sincretismo entre símbolos budistas e elementos cristãos, sinalizando não apenas adaptações impostas pelas condições locais, mas também escolhas conscientes de diálogo entre tradições religiosas. Essas fusões refletem processos de negociação cultural e identitária próprias das dinâmicas de migração e inserção em novos contextos sociais.

Figura 23- Monumento funerário tradição budista no Cemitério Municipal de Maringá.



Fonte: A autora, 2024.

38 Desde 2011, Maringá conta com um crematório privado operado por um grupo empresarial do setor funerário, oferecendo serviços que antes não estavam disponíveis na cidade. Além disso, o Templo Budista Jodoshu Nippakuji, fundado em 1983, mantém um columbário destinado à guarda de cinzas, o que representa uma importante alternativa para a comunidade local manter práticas rituais ligadas à ancestralidade, respeitando os princípios budistas em um contexto urbano brasileiro.

Nesse contexto de negociação cultural e afirmação identitária, os cemitérios podem ser compreendidos como espaços nos quais se materializam códigos culturais, linguísticos e religiosos específicos, sobretudo para comunidades que não compartilham plenamente da cultura do país de acolhimento. Ao inscreverem nas sepulturas seus nomes, idiomas, símbolos e formas próprias de ritualização, esses grupos produzem marcas visíveis de pertencimento e continuidade, transformando o espaço funerário em um lugar onde a identidade não apenas se preserva, mas se afirma. Assim, o sepultamento não se reduz ao encerramento de uma trajetória individual, mas configura-se como um gesto de inscrição coletiva no território, por meio do qual as diferenças culturais são reconhecidas, mantidas e reivindicadas, mesmo diante da morte e da experiência do deslocamento.

Diante do percurso desenvolvido ao longo desta seção, observa-se que o Cemitério Municipal de Maringá é um lugar no qual se entrelaçam dimensões urbanas, históricas, sociais, simbólicas e religiosas. Longe de se restringir a destinação dos mortos, ele se revela como um território ativo de produção de sentidos, no qual se inscrevem memórias, disputas, diferenciações sociais, práticas de devoção e processos de afirmação identitária. Neste sentido as práticas que escapam ou tensionam o controle normativo do cemitério evidenciam que ele reproduz, dinâmicas presentes na cidade dos vivos, reorganizando-as a partir da experiência da morte.

Ao mesmo tempo, constatou-se que, o espaço cemiterial permanece atravessado por formas plurais de apropriação simbólica, tais práticas demonstram que o cemitério constitui um lugar privilegiado para observar as maneiras pelas quais a sociedade maringaense elabora a morte, o luto, a memória e a pertença, articulando tradições, adaptações. Nesse sentido, esta seção possibilita compreender o Cemitério Municipal não apenas como parte da infraestrutura urbana, mas como um espaço de leitura da própria cidade, de suas continuidades e transformações.

2.3 Cemitérios enquanto espaço de História e Memória: entre disputas e esquecimentos.

Pensar os cemitérios enquanto espaços de memória e história implica problematizar a forma como uma sociedade elabora sua relação com o passado, evidenciando quais memórias tendem a ser ativadas, visibilizadas e legitimadas, bem como aquelas que permanecem à margem, são silenciadas ou acabam por ser apagadas do espaço público. Parte-se do pressuposto de que os cemitérios não se configuram apenas como espaços nos quais se materializam escolhas conscientes de lembrança ou esquecimento, mas também como lugares em que se tornam visíveis dinâmicas sociais, afetivas e políticas que atravessam historicamente a sociedade. Tais dinâmicas, nem sempre resultantes de ações intencionais ou deliberadas, tendem a influenciar a maneira como a morte, a memória e a própria história se inscrevem no espaço cemiterial. Assim, a organização, a materialidade e os usos do cemitério podem ser compreendidos como produtos de processos históricos, institucionais e sociais mais amplos, que contribuem para a produção de visibilidades, silenciamentos e formas de hierarquização no âmbito da memória coletiva.

De diferentes formas, os cemitérios passam a refletir valores, sensibilidades e concepções de mundo dos vivos. Embora destinados aos mortos, configuram-se como espaços organizados, narrados e regulados pelos vivos. Entre os aspectos mais evidentes dessas expressões destacam-se as hierarquias sociais, os valores coletivos e as disputas simbólicas por reconhecimento post mortem, que transformam o cemitério em um lugar onde a memória também se inscreve sob relações de poder.

Como discute Paul Ricoeur (2007), a memória coletiva é atravessada por tensões entre o lembrar e o esquecer, sendo permeada por filtros seletivos e disputas simbólicas. Os cemitérios, nesse contexto, funcionam como espaços ambíguos: preservam determinadas lembranças que são socialmente legitimadas e visibilizadas, ao mesmo tempo em que mantêm outras à margem seja pela omissão, pela deterioração ou pelo esquecimento. Assim, guardam não apenas os vestígios mais evidentes do passado, mas também experiências que foram esquecidas, negligenciadas ou pouco narradas nas versões oficiais da história.

Conforme argumenta Almeida (2004, p. 108), a memória “pode ser entendida como elemento de identidade e continuidade para o homem, ser social que constrói e reconstrói a história de seu grupo, compartilhando lembranças, criando vínculos e

estabelecendo uma comunidade de interesses”. O esquecimento, nesse contexto, não é resultado de um simples acaso, mas um processo que pode estar associado a interesses políticos, sociais, culturais e religiosos. A autora observa ainda que: há verdades ocultas no ato de esquecer. Esquecer pode significar não querer lembrar, mas podem ser lembranças que, em uma dada realidade, possuam uma carga simbólica e força tão contundente na memória, que certamente, ao serem esquecidas, o que se busca é a marca como lembranças. (2004, p. 109)

Entretanto, é importante reconhecer que o controle sobre esses processos nunca se efetiva de forma absoluta. No caso do cemitério, diversas memórias persistem como formas de resistência, sendo mantidas e atualizadas por meio de práticas coletivas, rituais e transmissões orais que tensionam as tentativas de apagamento e a crescente padronização do espaço. Essas práticas demonstram que, mesmo diante de dispositivos de regulação e homogeneização, a memória continua sendo um campo de disputa, no qual diferentes narrativas buscam se afirmar e permanecer.

A devoção a figuras santificadas no imaginário popular, a persistência na manutenção de túmulos e a continuidade de tradições culturais específicas podem ser compreendidas, como formas concretas de resistências. Essas práticas manifestam-se, por exemplo, no cuidado cotidiano com sepulturas que não pertencem a figuras públicas, no depósito de ex-votos, cartas, flores e objetos pessoais, bem como na realização de orações e promessas fora das estruturas institucionais religiosas formais. Ao insistirem em inscrições manuais nas lápides, na preservação de símbolos religiosos não oficiais ou na reprodução de rituais herdados de contextos culturais distintos, os sujeitos não apenas mantêm viva a memória de seus mortos, mas produzem formas alternativas de narrar o passado, tensionando os processos administrativos e urbanos que buscam uniformizar e racionalizar o espaço cemiterial. Desse modo, a memória deixa de ser apenas um registro do que foi e passa a operar como prática ativa, negociada e situada, capaz de afirmar pertencimentos, reconstruir vínculos e disputar lugares no espaço e no tempo.

Nesse sentido, Jacques Le Goff argumenta que o documento/monumento “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (1990, p. 288). Essa perspectiva permite compreender que as memórias materializadas no interior do cemitério não são neutras, mas resultam de escolhas históricas, políticas e simbólicas. No caso do Cemitério Municipal de Maringá, fundado na primeira metade do século XX, essa perspectiva se expressa nos próprios processos de organização, reestruturação e expansão do cemitério

ao longo do tempo. Seja por meio de políticas públicas que privilegiam determinados grupos sociais em detrimento de outros, o cemitério revela-se como um espaço de produção de uma memória profundamente seletiva. Nesse sentido, o cemitério é continuamente reorganizado para responder às demandas do presente, seja através da valorização de figuras públicas e de famílias socialmente reconhecidas, ou por meio do silenciamento e do apagamento de memórias consideradas marginais, incômodas ou socialmente descartáveis.

Conforme aponta Huyssen (2000), a memória constitui um campo de disputas no qual diferentes grupos procuram inscrever suas narrativas e visões de mundo. No espaço cemiterial, essa dinâmica manifesta-se na própria mutabilidade dos sentidos atribuídos aos túmulos, aos rituais e às práticas de visitação, que se transformam ao longo do tempo à medida que se modificam as sensibilidades coletivas em relação à morte, ao luto e ao passado. Nessa perspectiva, o cemitério pode ser compreendido não apenas como um lugar de permanência, mas como um espaço onde as formas de lembrar estão em constante reelaboração, acompanhando as mudanças na maneira como a sociedade se relaciona com sua própria história.

Pierre Nora (1993)³⁹, autor amplamente citado nos estudos de memória introduziu o conceito de “lugares de memória” para descrever lugares onde a memória coletiva de uma comunidade ou nação é cristalizada e preservada. Segundo Nora, “há locais de memória porque não há mais meios de memória”. referindo-se ao fato de que, em tempos anteriores, a memória coletiva era sustentada por práticas vivas e contínuas, como os rituais e as transmissões orais, que integravam o passado ao presente das comunidades. Com fatores como a modernização³², embora o conceito de “lugares de memória”, formulado por Pierre Nora (1993), seja relevante para compreender como determinados espaços operam na preservação e na construção de memórias coletivas, sua aplicação ao caso dos cemitérios demanda algumas problematizações. A ideia de que esses lugares seriam restos de uma memória outrora orgânica tende a produzir uma leitura que romantiza o passado e obscurece o caráter dinâmico que ainda marca muitos desses

39 Nora, Pierre. *Lugares de memória*. Translated by Yara Khoury. 2nd ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993. ³² As transformações observadas nos rituais funerários, que se manifestam nos processos de racionalização e mercantilização dos serviços de velório e sepultamento, bem como na readequação dos próprios cemitérios e túmulos à lógica da funcionalidade e padronização, reconfiguram a experiência da morte na contemporaneidade. A busca por eficiência e conveniência no cenário urbano tem contribuído para a intensificação da vivência individualizada e a diminuição do caráter comunitário do luto, o que culmina na privatização da memória e no esvaziamento simbólico dos espaços coletivos de lembrança.

espaços. No caso dos cemitérios, como se observa ao longo desta pesquisa, não se trata de instâncias de memória fossilizadas, mas de territórios em permanente ressignificação, atravessados por práticas culturais, religiosas e sociais que renovam continuamente seus sentidos. Nesse sentido, concorda-se com Almeida (2004, p.121) “a memória é construção as lembranças sempre que acessadas a partir do presente nunca voltam intactas, é sempre um processo de reconstrução, de recuperação das recordações, lembranças e experiências vividas individual ou coletivamente”

Além disso, o conceito de Nora parte de um contexto europeu específico e tende a pressupor uma relativa homogeneidade cultural que não se sustenta em realidades como a brasileira. Nos cemitérios brasileiros, a memória não se limita à cristalização de um passado nacional, mas se configura como um campo de disputas, no qual diferentes grupos sociais, religiosos e culturais negociam visibilidades, silenciamentos e formas de pertencimento. Essas dinâmicas evidenciam que a memória nesses espaços não opera como registro estático, mas como processo em constante reconstrução.

Complementarmente, Meneses (2007) destaca que a memória também envolve mecanismos de seleção e esquecimento, sendo atravessada por processos de exclusão e hierarquização. Assim, ao invés de simples “lugares de memória”, os cemitérios podem ser compreendidos como territórios vivos de produção, disputa e ressignificação da memória, onde o passado é continuamente reorganizado conforme as tensões do presente.

Ainda conforme destaca Meneses (2007), a “memória não se limita a registrar o passado, mas o recria constantemente, inserindo-se em um campo imaginário no qual a experiência humana se amplia para além da vivência individual, configurando-se como cultura em ação” (p. 17-18).

A relevância cultural dos espaços funerários manifesta-se na capacidade que possuem de reativar lembranças e produzir conexões entre diferentes temporalidades. Como observa Martins (2019, p. 14), esses espaços evocam um passado que, embora distante, “é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali ocorridos”. No entanto, essa ativação da memória não se dá de forma neutra ou integral, mas por meio de processos seletivos. Conforme argumenta Meneses (2007, p. 23), a memória envolve também mecanismos de exclusão e esquecimento, sendo atravessada por escolhas, apagamentos e hierarquizações: “a memória é, também, um mecanismo de seleção, de descarte, de eliminação”. Dessa forma, o cemitério não apenas guarda vestígios do passado, mas participa ativamente da sua reorganização

simbólica, tornando-se um espaço onde a memória se constrói de maneira dinâmica, marcada por disputas, silenciamentos e ressignificações contínuas.

Dessa forma, compreender a memória como um campo de disputas e seleções, no qual o esquecimento também opera como um mecanismo ativo, fundamenta a análise do Cemitério Municipal de Maringá a partir da perspectiva da História Pública. Entendida como um campo interdisciplinar, que articula história, memória, patrimônio, cultura e usos sociais do passado, a História Pública possibilita ultrapassar os limites dos registros oficiais e das narrativas históricas homogeneizadoras, permitindo voltar o olhar para as materialidades e imaterialidades do cemitério enquanto portadoras de múltiplas vozes, experiências e sentidos. Ao incorporar essas dimensões, a investigação não se restringe à reconstituição factual do passado, mas se abre para compreender como diferentes sujeitos produzem, disputam e atribuem significados à história no espaço público, evidenciando o cemitério como um lugar de circulação de memórias, práticas e narrativas que permanecem em constante negociação.

Ao percorrer o Cemitério Municipal de Maringá, torna-se evidente a presença de sepulturas que carregam marcas de temporalidades distintas, nas quais a inscrição do passado se faz visível por meio de materiais, formas e linguagens que já não se integram plenamente ao presente. Muitas dessas estruturas encontram-se em distintos níveis de deterioração, seja em decorrência da ação do tempo, do abandono, da negligência institucional ou mesmo de intervenções deliberadas. Esse processo gradual de desgaste e desaparecimento não implica apenas a perda material dessas sepulturas, mas também o apagamento de histórias singulares e memórias familiares do espaço público.

Esses processos de apagamento resultam de uma combinação de fatores sociais, demográficos, econômicos e institucionais. A ruptura de vínculos familiares ao longo das gerações, o deslocamento de populações, a perda de referências comunitárias e as próprias políticas administrativas, que tendem a privilegiar a reutilização do espaço em detrimento da preservação de sepulturas antigas, contribuem para a fragilização dessas memórias. A esse conjunto somam-se práticas como o furto sistemático de placas sobretudo de bronze, de imagens sacras e de ornamentos funerários, fenômeno associado tanto a redes informais de comércio quanto à gradual desvalorização simbólica desses objetos no cotidiano urbano. Tais dinâmicas não apenas aceleram a deterioração física das sepulturas, mas também intensificam o processo de invisibilização de histórias individuais e coletivas, ampliando os silêncios e lacunas no campo da memória pública.

Diversas sepulturas presentes no Cemitério Municipal de Maringá, em sua maioria datadas até a década de 1980, encontram-se em avançado estado de deterioração, apresentando sinais de abandono, perda de elementos simbólicos e ausência de identificação.(figura) Esses processos, portanto, devem ser compreendidos como parte de um processo mais amplo de esmaecimento da memória no espaço cemiterial, no qual a deterioração material compromete a legibilidade histórica e limita as possibilidades de reconhecimento, transmissão e mediação dessas referências no âmbito da memória pública.

Nesse contexto, pensar o cemitério como espaço de memória implica reconhecer, com Françoise Choay (2011), que os monumentos entre eles as sepulturas não são neutras, pois estão profundamente enraizados em uma dimensão afetiva e simbólica. Ao atuar sobre o tempo, o monumento invoca um passado selecionado a partir de valores religiosos, familiares, comunitários ou culturais, contribuindo para a estabilização de identidades e para a produção de sentidos frente às incertezas do presente. Quando as sepulturas se encontram marcadas pela ruína ou pelo anonimato, evidencia-se o esvaziamento dessa função mediadora, uma vez que deixam de conjurar o passado e, conseqüentemente, de produzir pertencimento, continuidade e reconhecimento simbólico no espaço coletivo.

Diante do que foi exposto, a História Pública apresenta-se como um campo capaz de intervir de forma sensível e situada, propondo estratégias que favoreçam a reaproximação entre passado e presente. Práticas como visitas guiadas, ações educativas e mediações culturais no espaço cemiterial possibilitam a construção de leituras críticas sobre o patrimônio local, especialmente em relação às memórias silenciadas ou esquecidas. Ainda que tais iniciativas não eliminem as assimetrias históricas, elas contribuem para a reativação de narrativas marginalizadas, permitindo que os vestígios materiais do cemitério sejam ressignificados como suportes de reflexão histórica, de pertencimento local e de partilha de experiências coletivas.

Embora Michael Frisch (1990) não trate diretamente dos cemitérios como espaços de memória, suas reflexões sobre o papel ativo da memória na História Pública oferecem um suporte teórico relevante para pensar os usos do cemitério. Em sua obra *A Shared Authority*, o autor propõe o conceito de “autoridade compartilhada”, defendendo que a produção do conhecimento histórico não deve ser monopolizada pelo historiador, mas construída de forma colaborativa com os sujeitos envolvidos nos processos de memória.

Ao aplicarmos essa perspectiva ao contexto dos cemitérios, torna-se possível compreendê-los como espaços nos quais múltiplas vozes (familiares, visitantes, trabalhadores, comunidades religiosas, agentes culturais e pesquisadores) participam ativamente da construção de sentidos sobre o passado. Como discutido ao longo desta seção, as memórias que se constroem no espaço cemiterial não se limitam aos registros inscritos nas lápides, mas são também produzidas por práticas, narrativas orais, rituais, gestos e afetos que se atualizam constantemente nas visitas, nas devoções e nas apropriações cotidianas do lugar. Essa perspectiva pode ser relacionada às reflexões de Michael Frisch sobre a memória no âmbito da História Pública, sobretudo quando ele afirma que:

A memória é a história viva, o passado lembrado que existe no presente. Em certo sentido, é uma força que pode ser acionada, desencadeada e mobilizada por meio da história oral e pública, como alternativa à ortodoxia imposta e às versões oficialmente sancionadas da realidade histórica; é uma via para uma autoridade amplamente distribuída, capaz de criar novos significados para o passado no presente. Porém, de outro modo, a memória é um artefato profundamente cultural, manipulado de várias formas diretas e indiretas, sobretudo em uma era de mediação em massa, para reproduzir atitudes e comportamentos culturalmente adequados. Ela pode, assim, funcionar como um suporte de poder e autoridade cultural, a menos que seja questionada de diversas maneiras, entre as quais a investigação histórica rigorosa e a apresentação pública certamente se destacam. Desse ponto de vista, é a história, e não a memória, que pode oferecer a base para uma reimaginação coletiva de como o passado se conecta ao presente, bem como as possibilidades que esse ponto de vista sugere para o futuro. (Frisch, 1990, p. 25).

Na mesma direção, Hilda Kean (1990; 2013) chama atenção para o fato de que os espaços históricos e de memória, mesmo aqueles que não são oficialmente reconhecidos como patrimônio, funcionam como lugares nos quais o passado é continuamente mobilizado, disputado e reinterpretado. Essa abordagem permite compreender os cemitérios não como repositórios estáticos de lembranças, mas como territórios vivos de memória, atravessados por práticas, afetos e conflitos, nos quais diferentes sujeitos atualizam sentidos sobre o passado.

Se, por um lado, Pierre Nora (1990), enfatizou os “lugares de memória” enquanto formas de cristalização do passado em suportes materiais e simbólicos, por outro, a História Pública no contexto deste trabalho desloca o foco do lugar em si para as práticas, disputas e mediações que o atravessam. Mais do que discutir sobre memórias já fixas, interessa-lhe compreender como elas são continuamente produzidas, negociadas e reapropriadas por diferentes sujeitos no espaço público.

Dessa forma, ao longo desta seção, buscou-se demonstrar que o Cemitério Municipal de Maringá não pode ser compreendido apenas como um equipamento municipal destinado à gestão dos mortos, mas como um espaço dotado de densidade histórica, simbólica e política. Sua ocupação, as distinções entre sepulturas, as práticas rituais e as memórias que nele se inscrevem revelam dinâmicas sociais que atravessam o tempo e projetam, no território da morte, hierarquias, disputas, silenciamentos e formas de pertencimento próprias da cidade dos vivos. Ao mesmo tempo, as práticas cotidianas, as devoções populares, as marcas deixadas por grupos específicos e os processos de resistência frente à padronização evidenciam que esse espaço não permanece estático, mas se encontra em permanente processo de mudanças.

Nesse sentido, o cemitério pode ser compreendido como um lugar de história e memória no qual narrativas antes marginalizadas ou silenciadas encontram a possibilidade de emergir no debate público, ao mesmo tempo em que a própria construção do passado é tensionada, negociada e ressignificada em um processo contínuo.

Como argumentam Almeida e Rovai (2011), a História Pública não se restringe a um campo acadêmico fechado, mas se vincula ao compromisso com a democratização do conhecimento histórico e à ampliação dos sujeitos envolvidos em sua produção. Nessa perspectiva, como será desenvolvido nas próximas seções, as visitas guiadas realizadas no Cemitério Municipal de Maringá podem ser compreendidas como estratégias de mediação capazes de reativar memórias locais frequentemente silenciadas, como as de mulheres, crianças, trabalhadores e imigrantes. Ao evidenciar essas trajetórias, o roteiro histórico cria condições para que os diferentes públicos se reconheçam nas narrativas mobilizadas, favorecendo uma leitura mais plural, dialógica e sensível da história urbana.

Assim, compreender o cemitério a partir dessa abordagem implica reconhecê-lo não apenas como um marco de preservação da memória, mas como um espaço dinâmico de disputas narrativas, no qual versões oficiais e vozes historicamente marginalizadas se entrecruzam, são tensionadas e, por vezes, reinscritas no espaço público.

2.4 Dark Turismo e Turismo funerário: usos contemporâneos dos cemitérios.

Nos últimos anos, os cemitérios vêm sendo progressivamente ressignificados como espaços de interesse histórico, cultural e turístico. Inseridos em um fenômeno mais amplo identificado na literatura como Dark Tourism, esses lugares passam a compor

roteiros que envolvem espaços associados à morte, ao sofrimento e à tragédia, mobilizando tanto o interesse pelo passado quanto experiências afetivas e sensoriais específicas. O chamado turismo funerário ou cemiterial, nesse contexto, constitui uma vertente particular desse fenômeno, na qual os cemitérios são reconhecidos como patrimônios culturais e espaços de memória, capazes de oferecer aos visitantes não apenas experiências de caráter contemplativo ou religioso, mas também percursos educativos, históricos e interpretativos.

O interesse por locais associados à morte, ao sofrimento e à tragédia não é um fenômeno recente. Desde a Antiguidade, peregrinações a campos de batalha, locais de martírio religioso ou túmulos de figuras importantes já despertavam a curiosidade e a devoção de diferentes públicos. No entanto, foi apenas no final do século XX que esse tipo de prática passou a ser chamada de Dark Tourism, termo cunhado por John Lennon e Malcolm Foley (2000), que o definem como o “interesse turístico por locais associados à morte, desastre e atrocidade recente” (Lennon; Foley, 2000, p. 3).

Nesse sentido, Brambilla, Vanzella e Nascimento (2021, p. 207) contribuem ao afirmar que “o conceito de Dark Tourism remete à visita a lugares reais ou recriados (ressignificados) que são reinterpretados como espaços para experimentar sensações, inclusive mórbidas”. Essa dimensão experiencial, no entanto, não se dá de forma isolada, mas está diretamente vinculada às transformações culturais contemporâneas, como apontam Lennon e Foley (2000, p. 11), ao definirem a prática como “simultaneamente uma insinuação da pós-modernidade e uma construção das práticas de consumo pós-modernas”, fortemente influenciada pelas mídias e pela espetacularização de eventos trágicos. Dessa forma, o Dark Tourism pode ser compreendido dentro de um campo mais amplo, como um fenômeno que revela não apenas o interesse pelo macabro ou pela curiosidade, mas também os modos pelos quais a sociedade contemporânea reconfigura a memória da morte em mercados de experiência, de circulação simbólica e de prática cultural.

Nesse sentido, a visita a cemitérios, inserida nessas programações, proporciona experiências de imersão. Isso porque, no contexto da memória e do patrimônio, os cemitérios deixam de ser vistos apenas como espaços de morte e passam a ser compreendidos como territórios de produção simbólica, nos quais se articulam história, identidade e formas contemporâneas de experiência cultural, podendo ainda assumir uma

dupla função: “de memorial ou de local de peregrinação com a finalidade de rememoração coletiva e de reconhecimento de direitos e de reparação⁴⁰”.

Conforme o conceito apresentado por Souza e Dockhorn (2021, p. 207), o turismo cemiterial constitui uma subcategoria desse fenômeno. Essa modalidade, diferentemente do Dark Tourism em sua vertente mais associada ao mórbido e ao impacto emocional da tragédia, tende a assumir um caráter mais pedagógico, estimulando reflexões sobre patrimônio, cultura, memória e identidade. Assim, os visitantes passam a buscar não apenas uma experiência vinculada à morte em si, mas também formas de acesso ao conhecimento histórico e aos significados culturais inscritos no cemitério.

conforme apontam Dancausa Millán et al. (2019, p. 5), ao observarem que “os turistas percorrem terrenos de sepultamento com o objetivo de descobrir o patrimônio artístico, arquitetônico, histórico e paisagístico que muitas vezes abunda nos cemitérios, além de conhecer as lendas macabras de mortes violentas.”

Nesse contexto, a visita a cemitérios, inserida no âmbito do Dark Tourism e do turismo cemiterial, apresentam especificidades que a diferenciam de outras modalidades do turismo cultural. Como destacam Brambilla, Vanzella e Nascimento (2021, p. 207), essa prática lida diretamente com temas sensíveis, como a ausência, a perda, a tragédia, a melancolia e a morte, o que exige propostas de intervenção diferenciadas nos espaços cemiteriais e memoriais. Assim, ao invés de uma abordagem puramente convencional ou comercial, propõe-se uma iniciativa voltada à valorização do caráter patrimonial desses lugares, contemplando tanto seus aspectos materiais quanto imateriais, e contribuindo para a recuperação de espaços historicamente negligenciados. Nesse sentido, amplia-se também o entendimento sobre o próprio ato de visitar um cemitério:

Independente das denominações, o turismo em cemitério não necessariamente diz respeito à morte, pois quando se visita uma necrópole, as finalidades podem ser culturais ou educativas. Há interesses que estão estritamente relacionados à fé, à arte tumular, à iconografia e às personalidades ali sepultadas. (Puerto; Batista, 2015, p.50)

Neste sentido, o costume de visitar cemitérios pode ser entendido não como uma novidade trazida exclusivamente pelo fenômeno contemporâneo do Dark Tourism, mas sim como uma prática que acompanha a própria existência desses espaços. Tal

40 Carvalho, Aline, e Cristina Meneguello, eds. Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. Editora da Unicamp, 2020.p-245.

continuidade se justifica porque, como afirma Francisco Queiroz (2023), “o turismo cemiterial é algo que nasce a partir do momento em que os cemitérios existem, porque os cemitérios⁴¹ são feitos para serem visitados”.

Nessa perspectiva, o autor reforça a compreensão do cemitério como um espaço que, desde sua origem, assume também uma função de exposição e comunicação. Tal reconhecimento do valor patrimonial e cultural dos cemitérios é evidenciado pelo próprio circuito global do turismo cemiterial, que demonstra o interesse histórico, artístico e simbólico por esses lugares. Entre os exemplos mais conhecidos dessa prática estão o Cemitério Père-Lachaise, em Paris, a Recoleta, em Buenos Aires, o Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, e o Cemitério de Arlington, nos Estados Unidos. No contexto brasileiro, destacam-se o Cemitério da Consolação, em São Paulo reconhecido por seu acervo escultórico e por seus túmulos de personalidades históricas, e o Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, frequentemente incluído em roteiros de visitação cultural e patrimonial. Para além da visitação em si, esses espaços vêm sendo progressivamente incorporados a políticas de valorização do patrimônio e a roteiros estruturados, inserindo-se gradualmente em circuitos mais amplos de circulação cultural e patrimonial nas cidades.

consequentemente, o turismo cultural também defende a proteção dos itinerários culturais, ou seja, a conservação e a valorização tanto das infraestruturas quanto das paisagens a elas associadas. Os itinerários culturais realçam os atributos monumentais e artístico-históricos dos cemitérios, definindo-os como ‘museus abertos’, ‘museus ao ar livre’, ‘microcosmos’ e ‘sítios de patrimônio local’, sendo apresentados como uma forma alternativa de visitar e descobrir a história e a tradição das cidades. (Dancausa Millán et al., 2019, p.6)

Diante das ações de turismo cemiterial em diversas partes do mundo, observa-se que essa prática também começa a ganhar força no Brasil⁴² ultrapassando o eixo das grandes necrópoles. Ainda que de forma mais recente, localizada e em menor escala, nota-se um movimento gradual de ressignificação desses lugares em cidades de médio e

41 QUEIROZ, Francisco. O turismo cemiterial nasce a partir do momento em que os cemitérios existem. 2023. Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/01/21/fugas/noticia/francisco-queiroz-turismo-cemiterial-nasce-a-partir-domomento-em-que-os-cemiterios-existem-1067876>. Acesso em: 1 mar. 2025.

42 Uma das principais iniciativas para a valorização desses espaços e o incentivo à pesquisa foi a criação da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). Fundada em 2004, a ABEC tem desempenhado um papel essencial na promoção e preservação dos cemitérios como patrimônio cultural e artístico no Brasil. Seu trabalho se destaca pela interseção entre história, arte e memória, contribuindo para a compreensão dos cemitérios como espaços que transcendem a função funerária e se consolidam como importantes registros da sociedade e de sua relação com a morte. Mais informações: <https://www.estudoscemiteriais.com.br/>.

pequeno porte. Embora os cemitérios brasileiros sejam, em geral, percebidos predominantemente como espaços religiosos, funcionais ou associados a imaginários estereotipados vinculados ao horror e à morte, verifica-se um esforço crescente no sentido de compreendê-los e valorizá-los como patrimônios históricos, artísticos e culturais, capazes de revelar dimensões importantes da formação social, da memória e das sensibilidades locais. Ou seja, por meio da visitação desses espaços, a população é sensibilizada sobre a importância de preservação dos dispositivos funerários, a correlação com a história da cidade, suas personalidades, assim como o potencial enquanto patrimônio histórico, artístico e cultural.⁴³

Essas iniciativas compreendem, por exemplo, a realização de visitas guiadas, exposições, caminhadas históricas, mapeamentos de arte tumular e projetos de memória que resgatam narrativas locais a partir das sepulturas. Em diferentes regiões do Brasil há registros de experiências organizadas nesse sentido: por exemplo, iniciativas de tombamento, roteiros culturais e inventários de arte funerária foram realizadas em cidades como Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Campinas e Sorocaba. Mesmo em municípios de menor porte, nos últimos anos já começaram a surgir iniciativas ligadas ao turismo cemiterial, muitas vezes articuladas por instituições culturais municipais, secretarias de patrimônio ou coletivos de pesquisadores locais.

Em Maringá-PR, por exemplo, o cemitério municipal já oferece visitas guiadas por meio do projeto Volta Histórica, desenvolvido desde o ano de 2018. Iniciativa, que será analisada no próximo capítulo, tem como objetivo promover o contato do público com a história local por meio das narrativas inscritas no espaço cemiterial e nas trajetórias dos sujeitos ali sepultados. Sua importância reside no fato de aproximar a comunidade de seu patrimônio funerário, contribuindo para a valorização da memória coletiva e para a formação de uma consciência histórica sensível às dinâmicas culturais e históricas da cidade.

Neste sentido, como aponta Menezes (2018, p. 30), “todo patrimônio é uma forma de História Pública. É história porque quer registrar o tempo da construção memorialística geradora do sentido patrimonial, e é público porque assume os discursos da coisa que é de todos, para a fruição de todos e para o bem de todos”. A partir dessa perspectiva,

⁴³ GRASSI, Clarissa. Estudos cemiteriais. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Ana lucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4

compreende-se que o papel do cemitério nunca se restringiu apenas ao sepultamento dos mortos, mas também à produção, mediação e atualização de sentidos sobre o passado no espaço público. Podendo desempenhar uma função pedagógica, simbólica e cultural, constituindo-se como um lugar onde a sociedade negocia suas histórias e memórias, No Brasil, a valorização dos cemitérios tem se ampliado de forma gradual, manifestando-se não apenas em visitas guiadas, mas também em iniciativas que buscam registrar, preservar e divulgar aspectos do patrimônio funerário. Ainda que dispersas, essas ações expressam um constante interesse em se compreender os cemitérios para além dos estigmas.

Nesse cenário de iniciativas voltadas à preservação do patrimônio funerário, destaca-se o Museu Funerário Mathias Haas (Figura 22), considerado o primeiro museu brasileiro dedicado à história funerária e aos cemitérios. Localizado em Blumenau (SC), o museu reúne e expõe artefatos relacionados às práticas mortuárias. Seu acervo inclui carros fúnebres antigos, vestimentas de luto, urnas, ornamentos e objetos pessoais que refletem costumes, sensibilidades e tradições funerárias em diferentes contextos históricos, oferecendo ao público a possibilidade de compreender como os rituais fúnebres e as formas de lidar com a morte se transformaram ao longo do tempo.

A cidade de Campinas tem se destacado nacionalmente por iniciativas pioneiras de reconhecimento e preservação do patrimônio funerário. Um marco importante desse movimento foi a sanção da Lei nº 16.616/2024, que instituiu oficialmente o Dia Municipal do Patrimônio Cultural Funerário, celebrado anualmente em 7 de fevereiro. Essa legislação, a primeira de seu tipo no Brasil, representa um avanço significativo ao reconhecer que os espaços cemiteriais da cidade especialmente o Cemitério da Saudade possuem relevância histórica, artística e memorial.

Figura 24- Primeiro Museu funerário do Brasil.



Fonte: <https://haas.museum/>.

Entre essas iniciativas, destaca-se a instalação de sinalização turística⁴⁴ no Cemitério da Saudade, com placas que identificam túmulos de personalidades e marcos relevantes, aproximando o público da história local. Tais medidas demonstram um esforço integrado de preservação, educação patrimonial e promoção cultural, que ultrapassa a simples manutenção do espaço funerário e o insere em redes mais amplas de circulação cultural.

A ampliação das ações voltadas ao patrimônio funerário no Brasil também tem sido impulsionada por pesquisadores, educadores e interessados que, com diferentes trajetórias e motivações, vêm se dedicando a compreender, documentar e preservar esses espaços. Logo reconhecer a importância dessas iniciativas é fundamental, pois elas contribuem para a valorização dos cemitérios. Entre essas iniciativas, destaca-se o trabalho de Marcelina Almeida (2016), que desenvolveu o projeto “Cemitério do Bonfim: arte, história e educação patrimonial”, em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), a Fundação Municipal de Parques (FMP) e o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA). Desde 2012, o projeto promove visitas guiadas no primeiro cemitério público de Belo Horizonte, articulando educação patrimonial, pesquisa acadêmica e sensibilização social, e transformando o Cemitério do Bonfim em um espaço de aprendizagem, memória e pertencimento. Nesse sentido, é

⁴⁴Prefeitura de Campinas. Cemitério da Saudade ganha placas de sinalização de túmulos de personalidades históricas da cidade. Campinas, 31 out. 2024. Disponível em: <https://campinas.sp.gov.br/noticias/cemiterio-da-saudade-ganha-placas-de-sinalizacao-de-tumulos-de-personalidades-historicas-da-cidade-113625>. Acesso em: 2 ago. 2025.

importante destacar que a uma mudança na percepção em relação aos cemitérios. Como observa Borges (2016, p. 2),

Na atualidade, os cemitérios são considerados como um novo lugar simbólico que busca preservar identidades próprias, favorecer a convivência entre classes sociais distintas e preservar o espaço que agrupa obras funerárias que retratam a sua memória, itens favoráveis para transformá-los em museu.

Tomando essa perspectiva, é possível reconhecer que em alguns lugares os cemitérios passaram a ocupar um lugar estratégico na produção de sentidos sobre o passado, sendo utilizado como referência para compreensão das questões ligadas a memória, sociabilidade, patrimônio e práticas culturais. Pois eles estão presentes em praticamente todas as cidades, em sua maioria localizados em lugares públicos e acessíveis, sendo infelizmente em alguns casos negligenciados, mas dotados de forte potencial para a promoção da história local. Neles, há diferentes expressões, como por exemplo práticas funerárias, símbolos culturais, narrativas familiares e trajetórias coletivas, permanecem inscritas na materialidade do espaço e na memória pública que o atravessa, como discutido ao longo desta pesquisa.

Apesar do crescimento de iniciativas voltadas ao patrimônio funerário no Brasil, a valorização dos cemitérios ainda encontra importantes limitações, sobretudo devido ao estigma cultural historicamente associado a esses espaços. Para grande parte da população, o cemitério permanece envolto em representações de medo, silêncio e afastamento, o que dificulta sua compreensão como um território de memória, história e cultura. Esse imaginário, fortemente marcado por tradições religiosas e por uma visão sacralizada da morte, é um dos fatores que contribui para a resistência à sua apropriação pública. Como observa Nogueira (2013, p. 103), “esse imaginário é em grande parte responsável pela insipiência de um povo que tem arraigado em sua existência uma considerável carga religiosa e entende culturalmente o cemitério como local sagrado devido a sua estruturação e função”. Neste sentido a persistência desses estigmas atua como um obstáculo à ampliação de práticas educativas, culturais e patrimoniais, mantendo os cemitérios restritos a usos mais convencionais e limitando sua inserção em políticas de memória mais amplas.

Ainda segundo (Oliveira, 2020, p.192) “há pessoas e grupos completamente avessos a possibilidade de visitar um cemitério[..], possuindo um limite muito claro do

que pode ou não acontecer em seus espaços internos, em que a atividade de roteiros monitorados surge quase como uma subversão da ordem vigente.”

Ainda que a visão de Oliveira (2020) ressalte a resistência de certos grupos que encaram a visita guiada aos cemitérios como algo “subversivo”, esses não são os únicos obstáculos a serem enfrentados. Há também outros desafios estruturais, especialmente nos cemitérios públicos sob administração privada, que muitas vezes priorizam o viés comercial em detrimento de aspectos de preservação e valorização cultural. Somam-se a esses desafios a ausência de políticas públicas consistentes voltadas à conservação dos cemitérios e o aumento dos casos de furtos e vandalismo, fatores que comprometem ainda mais a preservação e valorização desses espaços. Portanto, a consolidação do turismo cemiterial como uma prática cultural legítima e sustentável depende de uma abordagem integrada, que envolva políticas públicas, ações educativas e sensibilização da sociedade.

O reconhecimento dos cemitérios como patrimônio histórico e cultural, aliado a iniciativas que promovam sua conservação e valorização, é fundamental para garantir que esses espaços sejam preservados para as futuras gerações. Dessa maneira, o turismo cemiterial pode cumprir um papel essencial na construção da memória coletiva e no fortalecimento da identidade cultural das cidades.

Por fim, é importante que o turismo cemiterial esteja próximo das práticas da chamada História Pública. Ao envolver diretamente a comunidade e promover leituras plurais sobre a história desses locais, tais ações não apenas tornam o conhecimento mais acessível, mas também criam espaços de negociação de sentidos, escuta pública e participação ativa na construção das narrativas históricas. Nesse contexto, a História Pública vai além da simples difusão: ela propõe um processo dialógico, no qual as memórias muitas vezes silenciadas ganham visibilidade e são recontextualizadas em diálogo com o presente. Assim, visitar e valorizar cemitérios deixa de ser apenas um ato de interesse pessoal ou turístico, tornando-se uma prática de apropriação simbólica, de reconhecimento de trajetórias marginalizadas e de fortalecimento da identidade cultural e da história local.

A crescente revalorização dos cemitérios como territórios de memória, cultura e experiência inscreve-se em transformações mais amplas no campo das humanidades, especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando se intensifica o interesse por memórias subalternizadas, patrimônios não oficiais e usos públicos do passado. Esse deslocamento acompanha a ampliação do conceito de patrimônio, que, como observa

Choay (2011), deixa de se restringir à preservação monumental e passa a incorporar dimensões simbólicas, afetivas e comunitárias da memória social.

No Brasil, esse movimento se articula com debates sobre identidade urbana, democratização do acesso à história e valorização de lugares marcados por práticas cotidianas e experiências populares. O Cemitério Municipal de Maringá, nesse contexto, emerge como um território atravessado por camadas materiais e simbólicas da história local: suas sepulturas, símbolos, ruínas e ausências revelam não apenas práticas funerárias, mas também disputas por reconhecimento, permanência e pertencimento. Ao mobilizar essas camadas, a História Pública se coloca como campo de atuação que ultrapassa a mera conservação da memória, propondo formas de escuta, mediação e reconstrução de vínculos entre o passado e os sujeitos vivos. A próxima seção se volta à análise de uma dessas práticas: as visitas guiadas promovidas pelo projeto “Volta Histórica” no Cemitério Municipal de Maringá.

CAPÍTULO 3

QUANDO OS VIVOS VISITAM OS MORTOS: A VOLTA HISTÓRICA E A VISITA GUIADA.

Este capítulo apresenta a análise das atividades realizadas durante a imersão no projeto “Volta Histórica”, adotando a etnografia como ferramenta metodológica voltada à observação e interpretação das dinâmicas que se constituem no Cemitério Municipal de Maringá. O objetivo não é investigar trajetórias individuais, mas compreender como, ao longo das visitas guiadas, determinados significados, percepções e memórias são acionados e compartilhados no espaço cemiterial. Busca-se identificar de que modo o percurso, a narrativa histórica proposta e a própria materialidade do cemitério contribuem para produzir experiências de leitura do passado, revelando sentidos atribuídos ao lugar e às histórias nele inscritas. Ao longo da pesquisa, além da participação nas atividades do projeto “Volta Histórica” cemitérios, foram desenvolvidas ações voltadas à reflexão sobre memórias locais e à visibilidade de grupos historicamente marginalizados, como no roteiro dedicado às histórias de mulheres sepultadas no Cemitério Municipal de Maringá. Como desdobramento desse processo, foi também realizada uma visita guiada proposta

no âmbito da investigação, voltada à temática dos túmulos infantis, buscando problematizar as representações da infância, do luto e das formas de inscrição da perda no espaço cemiterial. Essas iniciativas, embora situadas, contribuíram para ampliar os modos de leitura do cemitério como lugar de memória, evidenciando seu potencial pedagógico e sua capacidade de mobilizar debates sobre história, sensibilidade e pertencimento.

3.1: O Cemitério Municipal como Espaço de Memória: do City Tour à Volta Histórica.

Como mencionado no capítulo anterior, a disponibilidade limitada de registros históricos sobre o Cemitério Jardim Municipal de Maringá pode representar um desafio à reconstituição de sua trajetória. Ao longo de décadas, sua história parece ter permanecido em segundo plano nas políticas públicas de memória, sendo suas transformações documentadas, em grande medida, por meio de decretos e leis. Partimos do entendimento de que a escassez de registros e a dificuldade de acesso da população às memórias e narrativas que compõem a história do Cemitério Jardim Municipal de Maringá tornam ainda mais evidente a necessidade de sua valorização e preservação enquanto lugar de história e memória.

Nos últimos anos, observa-se, contudo, um movimento mais amplo de reconstrução da memória urbana em Maringá, impulsionado pela ampliação das políticas patrimoniais e pela crescente preocupação com a salvaguarda de bens culturais. Segundo a historiadora Veroni Friedrich (2012), a institucionalização das políticas de conservação do patrimônio cultural na cidade ganhou força, sobretudo, a partir da década de 1980. O surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico de Maringá (SPHAM) e outras iniciativas de preservação contribuíram para a organização de arquivos e registros, possibilitando que aspectos antes pouco explorados da história local passassem a ser documentados de forma mais sistemática.

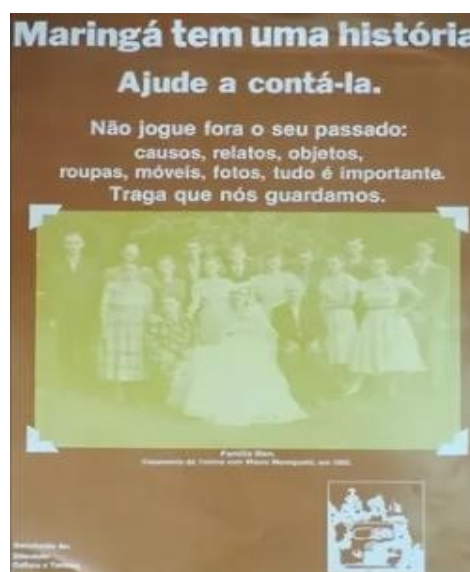
Percebe-se nitidamente que o ano de 1984 marca uma virada no serviço de recuperação, preservação, produção e difusão de informações históricas sobre Maringá. A contratação de profissionais especialistas nesse trabalho aponta para uma atenção por parte do poder público, ampliando o conceito de documentação, anteriormente restrita ao pioneiro. (LEAL, 2001, p. 433)

Neste contexto, o projeto Memória marca o início de uma nova abordagem na gestão da memória urbana, assim como uma mudança no olhar sobre o patrimônio histórico da cidade. Até então, a preservação documental se concentrava em exaltar a figura do “pioneiro” e os feitos ligados ao desenvolvimento econômico e urbano da cidade de Maringá, excluindo outros aspectos da história local. Como observa Friedrich (2012, p. 31):

a instituição do Projeto Memória em nossa cidade inovou ao romper com a ênfase dada nas leis anteriores, voltadas a valorizar prioritariamente a “biografia dos filhos ilustres”, “os destacados homens públicos do Município”, ou ainda, “biografia dos pioneiros e desbravadores”. O intuito do referido projeto foi o de salvaguardar aspectos históricos da gente comum, até então pouco evidenciada, porém, importantes para a compreensão da história de Maringá.

A ampliação das políticas de memória e a instituição do Projeto Memória contribuíram para a percepção da importância de resgatar narrativas que permaneciam à margem do discurso oficial, incluindo as histórias de diferentes grupos sociais e a valorização de lugares antes esquecidos. Nesse contexto, o Cemitério Municipal de Maringá também se inseriu como um desses lugares de memória pouco explorados. Esse compromisso com a preservação histórica manifesta-se, inclusive, no folder do Projeto Memória de 1984 (figura 23), que convocava a população a colaborar com o resgate da história local, reforçando a importância da participação coletiva nesse processo.

Figura 25- Folder do projeto Memoria ano de 1984.



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura – Gerencia do Patrimônio Histórico de Maringá.

A campanha divulgada no folder refletia esse esforço ao incentivar a população a colaborar com a preservação do passado por meio da doação de objetos, relatos e documentos históricos. Nesse sentido, a criação do Projeto Memória não apenas institucionalizou iniciativas voltadas à valorização do passado local, como também contribuiu para ampliar a consciência pública sobre a importância das memórias individuais e coletivas. Ao mobilizar os moradores e reconhecer seu papel ativo nesse processo, o projeto ajudou a consolidar uma nova percepção sobre o patrimônio cultural, compreendido como elemento fundamental na construção da identidade e na formação do pertencimento comunitário.

Nesse contexto, “essa iniciativa foi fruto de uma preocupação do poder público em resgatar a história de uma cidade que, apesar de recente, já demonstrava sinais de falência em sua memória” (DPAHM, 1994, apud LEAL, 2001, p. 430). Dessa forma, o projeto buscava mitigar as perdas causadas pelo avanço urbano e pela consequente descaracterização dos espaços e narrativas que compõem a história da cidade. Entre esses espaços, o Cemitério Municipal de Maringá se destaca como um dos lugares cuja memória material e simbólica permaneceu, por muito tempo, à margem desse processo de valorização, revelando os desafios de incorporar tais sítios ao campo do patrimônio e da memória coletiva.

O fortalecimento das ações voltadas à preservação da memória urbana em Maringá não se restringiu ao Projeto Memória. Nos anos seguintes, essa iniciativa evoluiu para um modelo institucionalizado de proteção do patrimônio histórico. Conforme observa Friedrich (2012, p. 361), “o ano de 1987 conheceu um avanço importante no trato do patrimônio cultural na cidade de Maringá. A Lei 2.297/87 aprova a criação do Serviço do Patrimônio Histórico de Maringá – SPHAM”. Atualmente, esse órgão é denominado Gerência de Patrimônio Histórico (GPH).

Com essa mudança, a preservação da história local passou a contar com uma estrutura dedicada à organização, catalogação e difusão de registros históricos. A partir desse novo aparato institucional, ampliaram-se os esforços para consolidar uma política de memória mais abrangente, incluindo a documentação de espaços e práticas antes negligenciadas.

Atualmente, a Gerência de Patrimônio Histórico (GPH) continua desempenhando um papel fundamental na preservação da identidade cultural maringaense. Como destaca o site oficial da Prefeitura de Maringá, “O Patrimônio Histórico de Maringá é uma das nuances mais importantes de nossa cultura. Devemos preservar todos os elementos

culturais possíveis, que sejam marcantes para nossa História (a História de nossa Cidade)” (MARINGÁ, 2024). Nesse cenário de fortalecimento das políticas de memória, foi criado, em 2018, o projeto City Tour, posteriormente renomeado como Volta Histórica. Desde então, a iniciativa tem ampliado o reconhecimento dos espaços e narrativas que compõem a memória urbana maringaense. Segundo informações da Prefeitura Municipal de Maringá (2019):

A primeira edição, em julho de 2018, visitou a capela São Bonifácio e, desde então, já foram promovidas 24 edições do projeto. [...] Cemitério Municipal, Maringá Velho, Floriano, Vila Operária e capelas São Bonifácio, Santa Cruz e Nossa Senhora Aparecida, foram destinos das edições anteriores. Os passeios são conduzidos por historiadores do Patrimônio Histórico-cultural, da Prefeitura de Maringá. “A iniciativa incentiva o maringaense a conhecer e reconhecer a história de sua cidade”, afirma o historiador, João Laércio. ((Prefeitura Municipal de Maringá, 2019)

O City Tour⁴⁵ destacou-se ao longo dos anos por promover visitas guiadas a diversos locais e monumentos que fazem parte da história local. A edição dedicada ao “Cemitério” representou uma iniciativa diferenciada, pois, embora esse tipo de atividade já fosse comum em grandes centros urbanos, ainda era pouco usual em municípios de pequeno porte no Brasil. O evento foi agendado para o dia 1º de novembro, às 20h, conforme apresentado no folder (Figura 24). A proposta de uma visita noturna, associada à proximidade com o Halloween e o Dia de Finados, acrescentou um atrativo adicional para o público interessado. No entanto, devido a condições climáticas adversas, o tour foi remarcado para o dia 8 de novembro.

45 O City Tour de Maringá, atualmente denominado Volta Histórica, é promovido pela Prefeitura de Maringá, por meio da Secretaria de Cultura, em parceria com a Gerência do Patrimônio Histórico (GPH). Suas edições são organizadas periodicamente, variando conforme a programação da Secretaria e da GPH. Geralmente, os passeios são gratuitos e ocorrem em datas específicas, de acordo com a disponibilidade e o interesse da comunidade.

Figura 26- Folder Primeiro City Tour Histórico Cemitério Municipal de Maringá, 2018.



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura – Gerencia do Patrimônio Histórico de Maringá.

Diferente das visitas aos outros pontos da cidade, a edição do City Tour do Cemitério buscou de certa maneira sensibilizar a população sobre a história local por meio da valorização das narrativas e personagens que ali estão sepultados. O sucesso da primeira edição revelou um grande interesse por parte do público. Assim, a edição especial no Cemitério Municipal de Maringá pode ser compreendida como um marco no processo de valorização da memória e da história local. Após essa primeira experiência, o projeto passou a integrar de forma mais constante as ações de educação patrimonial promovidas pela Prefeitura de Maringá. Segundo Edson Luiz Pereira (2019), então gerente de Patrimônio Histórico:

A Secretaria Municipal de Cultura de Maringá, por meio da Gerência de Patrimônio Histórico realiza, sem uma frequência ou datas definidas um passeio que chamamos de City tour do Cemitério, que tem por objetivo a Educação Patrimonial. O roteiro é definido a cada novo momento que realizamos a visita ao cemitério. Numa primeira visita, tivemos 200 inscritos para uma visita noturna e depois seguiram-se novas visitas que ocorreram durante o dia em final de semana.⁴⁶

Ao realizar uma visita guiada a um espaço historicamente associado ao luto e a certos estigmas sociais, a iniciativa marcou um primeiro esforço de integrar o Cemitério Municipal às ações de educação patrimonial do município. Essa inclusão permitiu

46 PEREIRA, Edson Luiz. **Cemitério Municipal de Maringá**. Secretaria Municipal de Cultura de Maringá. Disponível em: <https://www.estudoscemiteriais.com.br/cemiterio-maringa>. Acesso em: 1 mar. 2025.

reconhecer o cemitério como um potencial espaço de leitura histórica e cultural, deslocando-o, ainda que de modo inicial, do âmbito exclusivo das práticas funerárias para o de um lugar capaz de revelar aspectos da formação, das transformações e das dinâmicas que envolvem a cidade.

Figura 27- Registro Primeiro City Tour Histórico Cemitério Municipal de Maringá- PR.



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura – Gerencia do Patrimônio Histórico de Maringá.

Segundo Funari e Pinsky (2010), a memória social torna-se mais significativa quando mobiliza o mundo afetivo dos indivíduos. A partir dessa perspectiva, a ligação com o lugar contribui para compreender como certos lugares, como o Cemitério Municipal, podem despertar memórias pessoais e coletivas, permitindo que o passado seja reinterpretado à luz das experiências vividas no presente. Em diálogo com a compreensão da memória como experiência afetiva e social, Michael Pollak (1992, p. 206) ressalta que:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

A trajetória do projeto em Maringá também demonstra como as práticas de valorização da memória e da história vêm se transformando ao longo do tempo. Inicialmente realizado sob o nome City Tour, o programa foi conduzido até 2019 nesse formato e, após reformulações, passou a ser denominado Volta Histórica. Com a chegada

da pandemia de Covid-19,⁴⁷ suas atividades culturais foram temporariamente suspensas em 2020, sendo retomadas apenas em 2022, agora em outro cemitério como demonstrado na (figura 26). No contexto do pós-pandemia, o projeto foi reformulado desde então a “Volta Histórica” deixou de ser apenas um passeio guiado por pontos turísticos tradicionais e passou a integrar roteiros com temáticas, como religiosidades, histórias de vida, monumentos e outros cemitérios históricos, ampliando as possibilidades de vivência e conexão do público com a história e a memória da cidade. Entre os roteiros recentes, destacam-se: “Bike Patrimônio”, “Volta Histórica – Corredor Cultural Ubuntu”, “Volta Histórica – Parque do Ingá”, “Volta Histórica de Bens Tombados” e “Volta Histórica aos Terreiros de Umbanda”, entre outros.

A busca pela diversidade nas edições demonstra uma ampliação do olhar do projeto, que passou a valorizar não apenas o patrimônio material visível tradicionalmente associado à figura do pioneiro, mas também o patrimônio imaterial e simbólico, reconhecendo a importância das memórias locais, dos afetos e das experiências cotidianas na construção da identidade local. Essas mudanças acompanham um movimento mais amplo das políticas culturais e patrimoniais, que buscam incluir vozes antes silenciadas e experiências não institucionalizadas no discurso histórico. Nesse contexto, o projeto Volta Histórica atua como uma iniciativa de mediação e reconstrução simbólica, voltada ao resgate e à valorização de narrativas diversas sobre a cidade, segundo a Prefeitura de Maringá (2025), “a Volta Histórica foi um projeto criado como uma forma de ensinar ações de educação patrimonial e resgate histórico para a comunidade.”⁴⁸

47 A pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, foi declarada oficialmente pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Com rápida disseminação global, resultou em milhões de mortes e levou à adoção de medidas de isolamento social, fechamento de fronteiras e suspensão de atividades presenciais em diversos países.

48 PREFEITURA DE MARINGÁ. *Volta Histórica resgata memória do município*. Disponível em: <https://www.maringa.pr.gov.br/noticia/33653>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Figura 28- Folder Volta Histórica realizada em 08 de outubro de 2022.



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura – Gerencia do Patrimônio Histórico de Maringá.

Desse modo, torna-se evidente que a participação do Cemitério Municipal de Maringá nas atividades da Volta Histórica integra um esforço mais amplo de atribuir novos sentidos aos espaços urbanos, reconhecendo-os como portadores de memória e história. O próximo seção aprofunda essa discussão ao examinar como o projeto operacionaliza essa inserção e quais efeitos ela gera para a educação patrimonial e para o campo da História Pública.

3.2 História Pública: memórias, experiências e narrativas no Cemitério Municipal de Maringá.

A partir da retomada do projeto “Volta Histórica”, no ano de 2022, pude acompanhar mais de perto as edições realizadas nos anos seguintes, 2023 e 2024, concentrando minha pesquisa especialmente nas atividades voltadas ao eixo temático dos cemitérios. compreender o processo de concepção e realização das edições da “Volta Histórica – Cemitérios”, buscando observar de que modo esse projeto atuava no compartilhamento das memórias e histórias locais. Para isso, adotei a etnografia como

método, embora seja tradicionalmente vinculada à antropologia e outras áreas, nesta pesquisa, desenvolvida sobre a perspectiva da História Pública, aproxima-se do que Vi Grunvald e Filipe Reis (2021) definem como a antropologia pública uma prática que ultrapassa os limites da academia ao se comprometer com questões sociais relevantes, dialogando com diferentes públicos e promovendo formas plurais de conhecimento. Nessa perspectiva, a etnografia aplicada ao Cemitério Municipal de Maringá possibilitou compreender não apenas as dimensões simbólicas e afetivas presentes no espaço, mas também as disputas de memória, pertencimento e reconhecimento que atravessam o cotidiano dos sujeitos que interagem com esse território. Esse processo se materializou por meio da observação participante, que me permitiu acompanhar e participar das ações desenvolvidas pela Gerência de Patrimônio Histórico (GPH) da Secretaria Municipal de Cultura de Maringá (SEMUC).

A adoção da observação participante atenta às perspectivas dos agentes responsáveis pela organização e dos participantes das atividades possibilitou acompanhar o desenvolvimento da “Volta Histórica” entre os anos de 2022 e 2024 com atenção às dinâmicas de organização, às escolhas curatoriais e às práticas mobilizadas nas edições dedicadas aos cemitérios. Minha inserção no campo ocorreu progressivamente, a partir do estreitamento de vínculos com a equipe da Gerência de Patrimônio Histórico (GPH), setor responsável pela coordenação do projeto. No decorrer desse período, participei de reuniões de planejamento, visitas técnicas e edições voltadas ao tema dos cemitérios, o que permitiu observar como o projeto estrutura suas escolhas narrativas, organiza seus percursos e mobiliza determinados conteúdos históricos (ver Apêndices 1 e 3).

Acompanhar as etapas internas de preparação, permitiu compreender os critérios que orientam a construção das histórias apresentadas ao público e a forma como o projeto organiza a relação entre passado, espaço e mediação. Essa inserção no processo evidenciou, sobretudo, como a memória local é selecionada, articulada e transformada em conteúdo acessível durante as atividades da Volta Histórica. A experiência de estar no campo de atuação do projeto o cemitério exigiu mais do que observar: implicou considerar as diferentes narrativas e memórias que o lugar despertava. Neste sentido a minha observação não se limitou a o exercício de registro descritivo; envolveu presença e escuta, aspectos que transformaram a observação em vivência. Nesse sentido, Hirai (2012 apud Ariza; Velasco, 2015, p. 84) observa que a etnografia é “um método no qual o pesquisador utiliza não apenas os cinco sentidos para registrar os eventos, mas também seu corpo como instrumento de investigação”, já Magnani (2002, p. 18-19) defini a

etnografia como um “olhar de perto e de dentro”, sendo capaz de apreender dimensões que escapam aos métodos tradicionais baseados em documentos ou dados quantitativos. Guber (2001), por sua vez, lembrou que a etnografia constituía um processo relacional, no qual o pesquisador se tornava parte do próprio campo que estudava, utilizando a convivência, a escuta e a reflexão como ferramentas de construção do conhecimento. Nesse contexto, estar no espaço e acompanhar de perto as práticas que nele acontecem revelou nuances que só se percebem no contato direto. Foi através dessas experiências no campo que se tornou possível reconhecer aspectos da memória relacionada ao cemitério que não emergem com a mesma força nos registros formais.

Compreendemos, a partir do exposto, que a possibilidade de “desenterrar” um passado implica reconhecer, como observa Pollak (1992), que toda memória é também um campo de disputa, no qual lembrar e esquecer se entrelaçam na construção das identidades coletivas. Na perspectiva dos objetivos desta pesquisa, as incursões ao cemitério não se limitaram à descrição de fatos ou à identificação de personagens, mas envolveram em um processo mais amplo compreender como sentidos naquele lugar são produzidos, disputados e negociados, permitindo observar de que modo determinadas narrativas são destacadas e preservadas, enquanto outras permanecem silenciadas ou marginalizadas, no sentido de construção da memória pública. Essa dimensão mais analítica ganhou contornos mais nítidos durante as edições acompanhadas, destacamos que a interação do público com as histórias ali evocadas demonstrou, na prática, como os sentidos atribuídos ao cemitério são constantemente recriados.

Durante as edições da Volta Histórica – Cemitérios, foi comum observar expressões de surpresa entre os visitantes ao descobrirem que algumas das pessoas sepultadas haviam desempenhado papéis significativos na história de Maringá personagens esquecidos pela historiografia local, especialmente as mulheres. Essas reações evidenciam que o contato direto com a história, mediado pelo lugar onde ela se materializa, podem favorecer a construção de uma relação mais ativa entre o público, o espaço e o historiador, entendido aqui como mediador.

A presença da historiadora, nesse contexto, não se limitou à função de narrar ou transmitir informações; envolveu a tentativa de estabelecer um diálogo com os diferentes sentidos que a história e a memória assumiam no interior do cemitério. Para o público participante, a experiência proporcionada pela visita guiada parecia mobilizar formas de atenção e reflexão que dificilmente emergiriam fora daquele espaço. Estar no cemitério,

ter sido explorados com maior ênfase, sobretudo aqueles menos visíveis na narrativa histórica oficial.

Embora o roteiro já estivesse previamente definido, havia abertura para novas inserções e ajustes. No mês de outubro de 2023, acompanhei uma visita de campo realizada em conjunto com a Gerência de Patrimônio Histórico, cuja equipe se mostrou colaborativa durante todo o processo. Essa etapa se justificava pelo fato de o cemitério ser um ambiente dinâmico, constantemente modificado tanto pela ação humana quanto pelos efeitos do tempo. Durante o reconhecimento, observou-se o estado de conservação das sepulturas e se elas ainda mantinham suas características originais. Ao longo da visita in loco, por meio da identificação das sepulturas e em um processo de compartilhamento de saberes com a equipe da Gerência de Patrimônio Histórico, foi possível desenvolver um novo roteiro acrescentando novos personagens.

Durante a visita técnica, chamou a atenção uma sepultura de dimensões reduzidas possivelmente infantil, localizada em frente ao cruzeiro. Sem revestimento ou qualquer identificação, ela se destacava pela presença de elementos statuários de caráter religioso (ver Apêndice 1). Diante dessa observação, decidiu-se incluí-la no roteiro, considerando sua dimensão simbólica e o potencial de reflexão sobre as representações da religiosidade e da morte no espaço cemiterial. Sendo assim o roteiro daquela edição do Volta Histórica ficou dividido em dois eixos sendo primeiro, denominado “Artistas”, que contemplava personagens já reconhecidos pela historiografia local, tais como Kenji Ueta ⁴⁹ , Calil Haddad ⁵⁰ , Aniceto Matti ⁵¹ e Elfrida Wunderlich Biscaia ⁵¹.

49 Kenji Ueta foi um dos primeiros fotógrafos atuantes em Maringá, sendo reconhecido por registrar, momentos importantes da formação e transformação da cidade. Seu trabalho contribui não apenas para a preservação visual da memória local, mas também para a valorização do olhar artístico no contexto histórico regional. Faleceu em 12 de setembro de 2020 e está sepultado no Cemitério Municipal de Maringá, Quadra 6, Linha 8, Lote 9, Unidade 1, Gaveta 1.

50 Calil Haddad foi um dos pioneiros do teatro em Maringá, tendo sua contribuição reconhecida na nomeação do principal espaço cultural da cidade, o Teatro Calil Haddad. Faleceu em 25 de abril de 1981 e está sepultado no Cemitério Municipal de Maringá, Quadra 27, Linha 4, Lote 1, Unidade 1.

51 Aniceto Matti, maestro de origem italiana, chegou a Maringá na década de 1950. Atuou como regente e educador, deixando uma marca importante na formação musical e cultural da cidade. Faleceu em 14 de dezembro de 2000 e está sepultado no Cemitério Municipal de Maringá, Quadra 28, Linha 3, Lote 13, Unidade 1.

⁵¹ Elfrida Wunderlich Biscaia foi uma artista plástica e educadora nascida em Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul, filha de imigrantes alemães e holandeses. Escolheu Maringá como sua cidade e contribuiu significativamente para a cultura local. faleceu em 23 de junho de 1988 e está sepultada no Cemitério Municipal de Maringá. Seu túmulo está localizado na quadra 28, linha 12, lote 2, unidade 1.

E o segundo eixo, chamado “Diversidade Cultural e Religiosa”, incluía figuras como Monsenhor Bernardo Cnudde⁵², Clodimar Pedrosa Lô⁵³, Hilda Martins⁵⁴, Maria Conceição⁵⁵, além da sepultura de dimensões menores sem identificação. Após as visitas in loco, nas quais foram reconhecidos os espaços e selecionados os pontos de parada, definiu-se a data e o horário das edições, que, em geral, acontecem aos sábados. Com a conclusão do roteiro, iniciou-se a divulgação do evento nas redes oficiais. Nessa etapa, foi disponibilizado um formulário de inscrição on-line, no qual os interessados preenchiam informações básicas, como nome, endereço, cidade e faixa etária. Além desses dados, o formulário inclui um breve questionário destinado a identificar o perfil dos participantes e suas motivações para participar da atividade, permitindo à equipe organizadora compreender melhor o público e avaliar o alcance das ações promovidas.

Ainda que o foco deste trabalho não esteja voltado especificamente às práticas de história pública em ambientes digitais, é importante reconhecer que as redes sociais exercem um papel complementar na mediação entre o público e a história. Nesse contexto, a recepção da Volta Histórica no ambiente digital observada por meio da análise dos comentários nas postagens oficiais revelou-se significativa: em sua maioria, tratava-se de dúvidas sobre o roteiro, horários manifestações de curiosidade e elogios à iniciativa. Compreendemos que, nesse contexto, as redes sociais desempenham um papel relevante, funcionando também como espaço de expressão da opinião pública sobre as ações culturais promovidas na cidade. As interações virtuais revelam não apenas o interesse dos participantes, mas também os modos contemporâneos de engajamento com a história, que se expandem para além do espaço físico das atividades e encontram continuidade no

⁵² Monsenhor Bernardo Cnudde foi um padre francês que se dedicou por mais de 30 anos à comunidade de Maringá como pároco da Paróquia Divino Espírito Santo. Faleceu em 2000 e, por escolha própria, foi sepultado no Cemitério Municipal junto do povo, em vez do Cemitério Rainha da Paz, onde normalmente são enterrados padres da cidade. Seu túmulo está localizado na quadra 007, linha 023, lote 006, sequência 001.

⁵³ Clodimar Pedrosa Lô tinha apenas 15 anos quando teve sua vida interrompida de forma trágica em 1967, após ser preso e submetido a tortura por agentes da polícia em Maringá (PR), sob a acusação de furto. Sua morte gerou grande comoção e permanece viva na memória da cidade. seu túmulo no Cemitério Municipal passou a ser visitado por inúmeras pessoas que o consideram uma figura de devoção popular, (santo de cemitério). Seu túmulo está localizado no Cemitério Municipal de Maringá – Quadra 33, Linha 2, Lote 23, Unidade 1. Data de falecimento: 24/11/1967. Data de sepultamento: 24/11/1967.

⁵⁴ Mulher de origem judaica, teve seu túmulo selecionado por conter elementos religiosos que seriam abordados sob a perspectiva de como identidades culturais e religiosas permanecem e se expressam no pós-morte.

ambiente digital. Apesar do interesse registrado nas redes sociais e da expectativa criada em torno da atividade, imprevistos impediram sua realização. Em razão das fortes chuvas e das condições climáticas desfavoráveis, a edição programada da Volta Histórica precisou ser cancelada. Com o cancelamento desta edição e a proximidade do final do ano, as atividades da Volta Histórica foram oficialmente encerradas em 2023, com previsão de retomada apenas em 2024.

A retomada do projeto em 2024 levou à suspensão do roteiro utilizado nas edições anteriores. Diante dos comentários do público nas redes sociais muitos deles questionando se o percurso seria novamente repetido a equipe responsável pela Volta Histórica passou a reavaliar a proposta do projeto, buscando novas abordagens e possibilidades para as edições seguintes. O processo de revisão das edições anteriores culminou na elaboração de uma nova proposta para março de 2024, estruturada a partir de temáticas específicas, com o intuito de renovar o olhar sobre o cemitério e evidenciar narrativas até então pouco exploradas nas ações de mediação. Nesse movimento, construímos um roteiro centrado nas trajetórias femininas, buscando conferir visibilidade a personagens que, até então, permaneciam à margem do discurso oficial da historiografia local. A proposta teve como objetivo ampliar a narrativa histórica e destacar a presença, as experiências e as contribuições das mulheres na constituição da memória da cidade.

A partir da definição da temática, iniciou-se o levantamento de possíveis personagens femininas para compor o roteiro, com base na consulta a documentos, obras de história local e registros disponíveis no acervo municipal. O objetivo era identificar trajetórias significativas que, apesar de sua relevância para a história da cidade, permaneciam ausentes ou pouco representadas nas narrativas oficiais. No decorrer desse processo, tornou-se evidente que essas narrativas femininas eram marcadas por uma forte centralidade masculina: sendo os protagonistas da história local, frequentemente celebrados como “pioneiros” tal como aparece em livros, memoriais, documentos públicos e registros. Quando as mulheres aparecem, geralmente o fazem de forma periférica mencionadas como esposas, mães ou viúvas, quase sempre em função de suas relações com as figuras masculinas. Essa presença secundária não decorre apenas de uma omissão pontual, mas revela uma lógica mais ampla de silenciamento e apagamento das contribuições femininas à vida social, política e cultural da cidade.

Diante dessa constatação, optou-se por direcionar a pesquisa para uma perspectiva que privilegiaria as experiências e memórias cotidianas, na tentativa de dar visibilidade a narrativas marginalizadas pelas versões oficiais da história. Com o auxílio da historiadora

Veroni Friedrich⁵⁶ buscamos histórias de mulheres que, embora tivessem desempenhado papéis significativos na trajetória local, foram “esquecidas” ou negligenciadas pelo discurso historiográfico dominante. Ao longo desse processo, foi possível perceber que, mesmo quando recebiam alguma forma de homenagem no espaço público, isso geralmente ocorria de maneira póstuma e, em muitos casos, vinculada à condição de vítimas de crimes violentos especialmente nos casos de feminicídio.⁵⁷

Como observa Perrot (1998, p. 7), no espaço público, homens e mulheres ocupam lugares opostos em uma escala de valores: “o homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. [...] A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna”. A autora ressalta ainda que, enquanto o homem é lembrado por seus feitos e potencialmente homenageado em monumentos com honras nacionais, a mulher pública frequentemente representada de maneira depreciativa é marcada pela marginalização. Nessa mesma linha, Tozatti e Friedrich (2024, p. 6) afirmam que “enquanto homens públicos são considerados eminências e potenciais homenageados em monumentos, as mulheres na esfera pública são frequentemente estigmatizadas e marginalizadas, rotuladas de maneira depreciativa”.

Com base nestas reflexões, o roteiro da Volta Histórica buscou valorizar as trajetórias femininas invisibilizadas, reconhecendo que o cemitério é um campo simbólico no que concerne à morte, mas também um lugar de disputas por memórias e reconhecimentos. Como destaca Tavares (2019, p. 37), “os cemitérios são compreendidos pacificamente, nos dias presentes, como lugares de significados e testemunhos dos mais emblemáticos à compreensão das sociedades onde estão localizados”. A partir do exposto, a proposta da visita ao cemitério passou a representar também uma forma de resgatar histórias e memórias públicas, ao integrar essas trajetórias ao roteiro, a proposta se

56 Veroni Friedrich é historiadora, integrante da Gerência de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de Maringá e uma das responsáveis pelo projeto *Volta Histórica*. Atua nas políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio cultural da cidade, com ênfase em ações educativas e de mediação em espaços de memória, como o Cemitério Municipal.

57 Caso de grande repercussão nacional, o feminicídio da bailarina Maria Glória Poltronieri, conhecida como Magó, ocorrido em 25 de janeiro de 2020. Em sua homenagem, foram instalados dois monumentos na praça onde se localiza o teatro que ela frequentava os únicos da cidade dedicados a uma mulher. A iniciativa partiu da família, com apoio de professores da Universidade Estadual de Maringá, e foi viabilizada por meio de um edital da Secretaria de Cultura. O Teatro Reviver, espaço de relevância na trajetória cultural de Magó, também foi renomeado no final de 2020, passando a se chamar Teatro Reviver Magó. Fonte: Prefeitura de Maringá. *Teatro Reviver ganha nome de Maria Glória Poltronieri*, 2020. Disponível em :<http://www3.maringa.pr.gov.br/site/impressao/impressao.php?id=37444>. Acesso em: 10 de fevereiro, 2025.

afastou da noção de uma memória espontânea, evidenciando que toda construção do passado tende a envolver disputas, silenciamentos e escolhas sejam elas conscientes ou não, muitas vezes ancoradas em relações sociais desiguais, especialmente no que se diz respeito as questões de gênero, classe e pertencimento.

Com a intensão de dar voz a história destas mulheres iniciamos o processo de escolha do roteiro temático com a seleção inicial de quinze mulheres, cujas histórias, em sua maioria, como dito anteriormente não figuravam quase nenhum destaque ou reconhecimento nas narrativas oficiais sobre a cidade.

Figura 30- Folder de divulgação Volta Histórica março de 2024.



Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura – Gerencia do Patrimônio Histórico de Maringá.

No entanto, considerando a extensão do cemitério e o tempo estimado da visita de aproximadamente duas horas, optou-se por reduzir o número de homenageadas para sete.

As mulheres escolhidas para compor essa edição da Volta Histórica foram: Maria Angélica Leal⁵⁸, Geny Correia de Mello⁵⁹, Leila Nasser Assaf⁶⁰, Maria Aparecida Pacífico⁶¹, Elfrida Wunderlich Biscaia⁵⁵, Noemia Villanova Menon⁶² e Vitória Horvath Paes⁵⁷.

Após a divulgação do evento, cerca de 40 pessoas se inscreveram para participar da visita, sendo a maioria composta por mulheres. No entanto, no dia da atividade, apenas 15 compareceram um número abaixo do esperado, mas recorrente em eventos desse tipo, sobretudo quando realizados em espaços abertos, sujeitos a imprevistos climáticos ou compromissos pessoais de última hora.

No contexto do trabalho etnográfico, a Volta Histórica — Mulheres, Histórias e Memórias (Figura 28) ofereceu a oportunidade de observar não apenas o percurso, mas também a dinâmica de mediação que antecede o início da atividade. Logo no início da edição, acompanhei a distribuição do material informativo preparado especialmente para o roteiro, o que permitiu perceber como a equipe organizava a apresentação das personagens e dos temas escolhidos, bem como os modos pelos quais buscava estabelecer, desde o primeiro momento, uma aproximação entre o público e as narrativas femininas destacadas.

O conteúdo do folder distribuído aos participantes apresentava uma breve contextualização sobre a história do Cemitério Municipal de Maringá, acompanhada de um mapa indicando a localização dos túmulos selecionados para o roteiro. Ao observar a

58 Maria Angélica de Jesus Leal está sepultada no Cemitério Municipal de Maringá (Quadra 30, Linha 6, Lote 21, Unidade 1) mulher negra uma das primeiras parteiras da cidade. Sua atuação foi essencial em um contexto de ausência de infraestrutura médica. O resgate de sua trajetória contribui para o reconhecimento dos saberes populares e da importância histórica de mulheres que atuaram nos bastidores da vida comunitária.

59 Geny Correia de Mello está sepultada no Cemitério Municipal de Maringá (Quadra 7, Linha 11, Lote 16, Unidade 1) e é reconhecida como a primeira juíza de paz da cidade. Sua presença na história local marca a ocupação de espaços públicos e institucionais por mulheres em um período em que esses cargos eram majoritariamente ocupados por homens.

60 Leila Nasser Assaf está sepultada no Cemitério Municipal de Maringá (Quadra 1, Linha 1, Lote 17, Unidade 1) e destacou-se como atriz no teatro maringense. Ao recuperar sua memória, reconhece-se o papel das mulheres na construção da vida artística local.

61 Maria Aparecida Carnelossi Pacífico, conhecida como professora Kaka, está sepultada no Cemitério Municipal de Maringá (Quadra 27, Linha 10, Lote 11, Unidade 1) sua trajetória na educação local foi, por muito tempo, ofuscada pela trágica circunstância de sua morte, ao ser vítima de um assassinato. Ao resgatar sua memória, busca-se reconhecer não apenas o episódio de violência, mas, sobretudo, valorizar sua contribuição como educadora e sua importância na formação de gerações, dando visibilidade a um legado que foi silenciado pelas narrativas centradas no crime. ⁵⁵ Como referenciado anteriormente.

62 Noemia Villanova Menon está sepultada no Cemitério Municipal de Maringá (Quadra 27, Linha 9) e foi uma das primeiras-damas da cidade. Destacou-se por sua atuação própria e independente nas áreas da saúde e da

forma como o público manuseava e comentava esse material, tornou-se possível perceber que o folder operava não apenas como um recurso prático de orientação espacial, mas também como um dispositivo de mediação, capaz de antecipar sentidos, direcionar olhares e favorecer um envolvimento mais ativo com o percurso. Nesse sentido, o material impresso contribuiu para reforçar o caráter educativo da visita e ampliou as possibilidades de interação dos participantes com o espaço cemiterial.

Durante o percurso, tornou-se evidente que muitos participantes desconheciam as histórias das mulheres destacadas no roteiro. Esse estranhamento inicial perceptível nos comentários, nas expressões de surpresa e até nos silêncios que surgiam diante de determinados túmulos revelou como a memória coletiva da cidade ainda tende a privilegiar trajetórias masculinas. A observação dessas reações, possibilitada pelo acompanhamento direto da visita, suscitou reflexões sobre os mecanismos sociais e simbólicos que orientam a seleção das narrativas lembradas e celebradas, e aquelas que permanecem à margem. Mesmo em um espaço como o cemitério, onde a morte pareceria produzir uma igualdade simbólica, o modo como certos indivíduos são recordados evidencia que a visibilidade memorial não é distribuída de forma homogênea.

Algumas das mulheres selecionadas para o roteiro (ver mais informações no Apêndice 2) não possuíam uma biografia registrada em documentos oficiais ou fontes publicadas. Suas trajetórias foram, em grande parte, preservadas na oralidade e na memória afetiva de familiares, amigos e membros da comunidade, permitindo que as histórias destas mulheres emergissem também a partir de fragmentos, lembranças e experiências evocadas em alguns momentos da Volta Histórica. Tomamos como exemplo o caso da mãe de santo Vitória Horvath Paes uma figura historicamente estigmatizada, vinculada a tradição religiosa de matriz africana que, enfrentou (e ainda enfrenta) processos de marginalização, preconceito e apagamento.

Durante a visita, tanto filhos biológicos quanto filhos de santo relataram que, embora desejem expressar suas homenagens com elementos simbólicos de sua fé com objetos ou oferendas, são frequentemente impedidos de fazê-lo. Isso porque os itens deixados sobre a sepultura costumam ser vandalizados ou furtados, o que os levou a optar por manter o túmulo com uma aparência mais neutra, semelhante às demais sepulturas. Esse relato expressa como, mesmo na morte, o preconceito e a intolerância religiosa continuam a restringir a liberdade de expressão e o direito à memória, afetando diretamente o modo como determinadas histórias podem (ou não) ser publicamente lembradas e celebradas. Diante desse contexto, seu filho de santo, Pai Nathan Ferraz, foi

convidado a compartilhar suas memórias diante da sepultura da ialorixá, cujo depoimento ampliou a compreensão coletiva sobre as dinâmicas de fé e pertencimento que ela havia vivenciado em vida e que continuavam a se manifestar após a morte.

Enquanto acompanhava a fala, observei a atenção dos participantes voltada à narrativa apresentada, marcada por olhares curiosos e expressões de interesse. A exposição da trajetória por alguém que conviveu diretamente com ela contribuiu para ampliar a compreensão sobre a personagem ali sepultada, conectando sua história a um contexto mais amplo de práticas culturais e religiosas presentes na cidade.

O significado daquele momento não residia apenas nas informações transmitidas, mas, sobretudo, na forma como o relato ampliou a experiência do público em relação àquela sepultura. Um fragmento de memória, até então percebido como um ponto isolado de lembrança individual, transformou-se, diante dos presentes, o túmulo em um lugar de história e memória.

O ato de compartilhar a história daquela mulher, nesse contexto, constituiu-se como um gesto de restituição simbólica: não apenas trouxe à tona a trajetória da homenageada, mas também instaurou um espaço-tempo de reconhecimento. Essa abertura à memória individual possibilitou que o grupo presente conectasse suas próprias vivências a uma história social mais ampla, reconhecendo no cemitério não apenas um lugar de fim, mas um território de significados, disputas e diferentes modos de olhar para o passado.

O contato direto com as equipes envolvidas no projeto, em especial com a Gerência de Patrimônio Histórico e com a historiadora Veroni Friedrich, possibilitou não apenas um aprofundamento metodológico, mas também uma aproximação afetiva com o espaço e com aqueles que atuam em sua preservação. Acompanhar o trabalho cotidiano desses agentes evidenciou o empenho em tornar o cemitério um lugar de reflexão e aprendizagem, apesar das limitações institucionais. A decisão de incluir trajetórias femininas nas visitas guiadas histórias frequentemente ausentes ou secundarizadas na historiografia oficial revelou, ainda, que há interesse público em conhecer essas narrativas; o que falta, porém, são ações que reconheçam e valorizem essa dimensão da memória coletiva.

Ao final da experiência vivenciada no projeto Volta Histórica, tornou-se evidente que o Cemitério Municipal de Maringá se expressa como um espaço no qual se articulam disputas em torno da memória e do reconhecimento público. As trajetórias destacadas durante as edições do Volta Histórica que acompanhei, assim como as ausências

percebidas, revelam que o cemitério reflete a forma como a cidade constrói suas narrativas sobre quem deve ser lembrado, como e por quais motivos. Sendo que já a percepção visual como a disposição dos túmulos, a presença ou ausência de símbolos e as condições materiais das sepulturas expressam hierarquias sociais e culturais que atravessam o campo da memória local. Reconhecer essas camadas implica observar como determinadas histórias são visibilizadas e valorizadas, enquanto outras permanecem restritas ao apagamento ou à invisibilidade.

Nesse sentido, as atividades propostas pela Volta Histórica e City Tour (Cemitério) vem desempenhando um papel importante ao visibilizar narrativas frequentemente ignoradas pela historiografia⁶³ oficial. No entanto, especialmente nos roteiros iniciais, ficou perceptível que a relativa inexperiência com ações desse tipo influenciou algumas escolhas metodológicas, levando a abordagens mais tradicionais ou cronológicas, que por vezes limitaram o potencial de conexão e identificação por parte dos participantes. Ainda assim, é importante destacar que o projeto amadureceu progressivamente, incorporando novas perspectivas.

Por fim, compreendemos que iniciativas como essa evidenciam o potencial dos cemitérios enquanto espaços de reflexão histórica, ao aproximarem o público de narrativas locais que, muitas vezes, permanecem pouco visíveis. Ao promover o encontro entre visitantes, histórias e materialidades, ações como a Volta Histórica — Mulheres, Histórias e Memórias incentivam uma leitura mais crítica sobre os mecanismos que orientam a preservação, o esquecimento e a visibilidade de determinadas trajetórias no espaço público. Nessa perspectiva, a História Pública mostra-se uma abordagem capaz de atuar no interior do cemitério, favorecendo a escuta de diferentes vozes e contribuindo para ampliar o reconhecimento de sujeitos e experiências historicamente marginalizados, colaborando para uma compreensão mais plural da memória local.

63 A experiência desenvolvida no âmbito da Volta Histórica resultou na publicação do artigo “Resgatando memórias e trajetórias femininas: um estudo de educação patrimonial no Cemitério Municipal de Maringá-PR”, de autoria desta pesquisadora e da historiadora Veroni Friedrich. O trabalho buscou resgatar e evidenciar trajetórias femininas até então minimizadas pela historiografia tradicional da região. Por meio de visitas guiadas como metodologia de educação patrimonial, o projeto não apenas recupera a memória dessas mulheres, mas também valoriza suas contribuições à formação histórica e cultural de Maringá, reconhecendo-as como parte integrante do patrimônio cultural local. Os resultados apontam para uma leitura mais inclusiva do passado, que desafia as narrativas históricas hegemônicas e amplia o entendimento sobre a história social e cultural da cidade.

3.3 Visita Guiada: túmulos infantis entre a memória o luto e a história da infância, no Cemitério Municipal de Maringá.

Após o acompanhamento e a participação nas edições da *Volta Histórica – Cemitério*, e a edição *Mulheres Histórias e Memórias* promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura de Maringá (SEMUC) em parceria com a Gerência de Patrimônio Histórico (GPH), este trabalho avançou para uma etapa prática, compreendida como um desdobramento metodológico da pesquisa. A proposta de realização de uma visita temática surgiu da necessidade de não apenas observar ações já consolidadas, mas de experimentar, na prática, os limites e as potencialidades da mediação histórica no cemitério. Essa fase da pesquisa teve como objetivo aprofundar a reflexão sobre o papel da História Pública na construção de roteiros, capazes de ampliar os sentidos atribuídos à memória coletiva e história no contexto do cemitério.

Neste sentido a proposta teve como objetivo aprofundar a investigação sobre os usos públicos do cemitério, experimentando, de forma situada, a construção de uma narrativa guiada a partir de um recorte específico. Optei por denominá-la como “Visita Guiada” em vez de “Volta Histórica”, buscando individualizar essa ação, já que a denominação “Volta Histórica” remetia a experiências anteriores realizadas em diferentes locais de memória da cidade e carregava uma bagagem institucional e conceitual já consolidada. A opção adotada buscou evidenciar o caráter exploratório e investigativo da ação realizada no âmbito da pesquisa, evitando que fosse interpretada como parte das práticas rotineiras desenvolvidas pelo município. Além disso, a definição adotada funcionou como um recurso de comunicação direcionado ao público, especialmente porque, em Maringá-PR, a expressão “visita guiada” ainda não integra o vocabulário utilizado para esse tipo de ação.

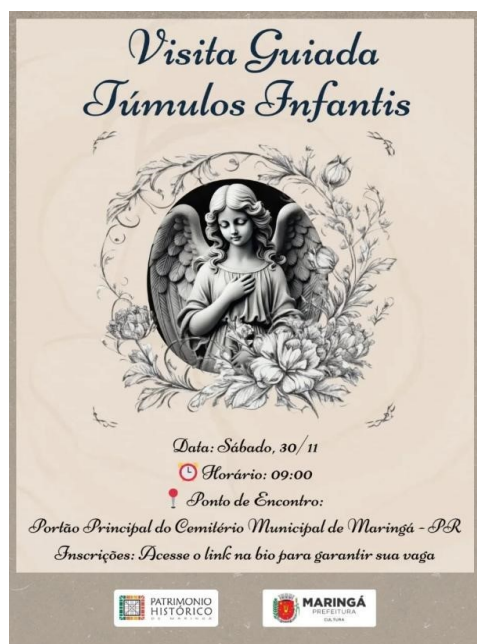
Práticas desenvolvidas em cemitérios de outras cidades costumam receber denominações como “visitas guiadas”, “visitas orientadas” ou “visitas mediadas”, termos geralmente associados a ações voltadas à fruição e interpretação de espaços históricos. Nesse contexto, buscou-se despertar o interesse da comunidade local ao recorrer a uma expressão já presente em outros ambientes culturais. Ao mesmo tempo, procurou-se reforçar a proposta da atividade como uma experiência temática voltada à educação patrimonial e à construção coletiva da memória, aproximando o público do cemitério por meio de uma linguagem acessível e convidativa.

Ainda visando ampliar o alcance da ação e reforçar sua legitimidade, optou-se por manter a parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e com a Gerência de Patrimônio Histórico. Essa colaboração assegurou não apenas o suporte técnico necessário, mas também a continuidade das práticas de mediação e educação patrimonial já consolidadas na cidade, permitindo que a proposta dialogasse com iniciativas já reconhecidas pelo público. A escolha do tema da visita guiada “Túmulos Infantis” foi diretamente influenciada pela formação complementar que realizei ao longo do mestrado, cursando um programa de pós-graduação em *Estudios sobre la Muerte y los Cementerios* (UNPSJP), no qual produzi um trabalho dedicado à análise simbólica e material dos túmulos infantis⁶⁴ no Cemitério Municipal de Maringá. Essa experiência foi fundamental para ampliar meu entendimento sobre o tema, possibilitando a articulação de perspectivas interdisciplinares oriundas da antropologia, da história cultural e dos estudos da morte ao campo da História Pública. A partir dessa formação, tornou-se possível aprofundar a reflexão sobre os significados sociais e simbólicos atribuídos à morte infantil e suas manifestações no cemitério.

A partir da experiência acumulada nas edições anteriores e com o roteiro já definido, o passo seguinte consistiu na elaboração do material gráfico de divulgação, especialmente o folder da visita (Figura 30). O objetivo era transmitir ao público uma imagem que remetesse à morte na infância, sem, contudo, soar invasiva ou desrespeitosa aos familiares das crianças ali sepultadas. Por essa razão, decidiu-se não utilizar fotografias de túmulos reais do cemitério, preservando a sensibilidade que o tema exige. Como alternativa, optou-se pela representação de um anjo, figura simbolicamente associada às crianças falecidas (anjinhos).

64 Trabalho desenvolvido no âmbito da disciplina *Antropología de la Muerte*, cursada na Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco (UNPSJB), no qual desenvolvi uma pesquisa voltada às representações simbólicas e práticas culturais relacionadas à morte infantil.

Figura 31- Folder de divulgação para redes sociais da Secretaria de Cultura de Maringá-PR.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Após a elaboração do folder e sua divulgação nos canais oficiais da Secretaria de Cultura⁶⁵, realizada com cerca de uma semana de antecedência em relação à data da visita, iniciei o acompanhamento das reações do público nas redes sociais. O objetivo dessa observação foi compreender como a proposta temática centrada nos túmulos infantis seria recebida pela comunidade local e se despertaria interesse, apoio ou resistência.

Ao todo, foram registrados 59 comentários na publicação oficial no Instagram, sendo a maioria proveniente de mulheres. A análise desse material revelou percepções diversas por parte do público. Algumas pessoas elogiaram a iniciativa, destacando sua contribuição para a valorização da memória local; outras, porém, demonstraram surpresa, desconforto ou mesmo estranhamento diante do tema proposto. Importa ressaltar que grande parte das críticas não se referia à realização da visita guiada em si, mas à escolha dos túmulos infantis como eixo central da atividade.

Comentários como “Nossa, que mórbido” ou “Que absurdo, me fala que é fake!” evidenciam esse estranhamento inicial. Outros posicionamentos foram mais reflexivos, como o seguinte:

⁶⁵As ações da Gerência de Patrimônio Histórico são divulgadas pelos canais da Secretaria de Cultura, pois a gerência não dispõe de perfil próprio no Instagram.

“É história, ok, mas de crianças? Não sei... como mãe de uma criança falecida, seria algo que eu iria gostar? Meu filho ser atração turística?!”

Houve ainda comentários que estabeleceram comparações entre cemitérios, ampliando a discussão sobre práticas de visitação em diferentes contextos:

Mas não dá para comparar o cemitério da Recoleta com cemitério municipal de Maringá! Concordo que a história deve ser contada, mas na Argentina por exemplo, tem personalidades de destaque como a Evita Peron. Como a história de uma criança falecida pode ser interessante? Pra quem não perdeu um filho e vive o luto, fácil dizer, querer conhecer, saber os motivos pela qual faleceu, mas a família, vai se sentir confortável com isso? Ok é só respeitar e ter empatia..., mas é uma questão a se pensar. É de bom tom? Às vezes é mexer numa ferida. A gente não sabe⁶⁶.

Ainda que escritos de forma espontânea, tais comentários revelaram percepções sensíveis e dilemas éticos envolvendo o uso público da memória de crianças falecidas. Durante esse monitoramento, optei por não intervir nas discussões, a fim de não influenciar os posicionamentos expressos pelos usuários. A análise desses comentários constituiu uma etapa metodológica relevante, pois ampliou a compreensão das reações do público para além do espaço físico da visita guiada. Considerando o caráter dialógico da História Pública, os comentários no Instagram foram tratados como expressões espontâneas de percepção, interesse, incômodo ou resistência, permitindo observar como diferentes públicos negociam sentidos sobre a morte, a memória infantil e o próprio papel do historiador na mediação desses temas. Essa etapa não se limitou a captar opiniões: buscou identificar padrões discursivos, sensibilidades mobilizadas e tensionamentos éticos que atravessam iniciativas de divulgação histórica em contextos marcados pela dor e pela comoção.

Metodologicamente, a opção por incluir essa análise exigiu atenção aos cuidados éticos que orientam pesquisas em ambientes digitais, especialmente quando envolvem temáticas sensíveis. Importante destacar que, em nenhum momento, a publicação de divulgação da visita guiada mencionava nomes de crianças falecidas nem a localização exata de suas sepulturas, evitando a exposição indevida de indivíduos e familiares e preservando o caráter educativo e memorial da ação. A mensagem compartilhada nas

66 Comentário extraído da publicação oficial da Secretaria Municipal de Cultura de Maringá, referente à visita guiada “Túmulos Infantis” (2024). A identidade do autor(a) foi preservada conforme princípios éticos da pesquisa com mídias digitais.

redes sociais foi redigida em tom informativo e respeitoso, evitando qualquer forma de exposição indevida dos mortos ou de seus familiares. Os comentários aqui apresentados não passaram por uma análise sistemática ancorada em técnicas formais das ciências sociais; em vez disso, foram compreendidos como parte de uma leitura etnográfica orientada pelos pressupostos da História Pública e pela atenção às dinâmicas próprias do ambiente digital. Nesse sentido, esses registros foram observados como manifestações situadas, produzidas no fluxo de interação entre instituição, pesquisadora e público, revelando percepções, expectativas e sensibilidades que emergem diante da temática dos sepultamentos infantis.

A incorporação dessas interações dialoga com o que Serge Noiret (2015) identifica como História Pública digital um campo que entende as mídias digitais não apenas como meios de circulação de conteúdo histórico, mas como arenas de participação, contestação e construção compartilhada de sentidos. Assim, os comentários analisados constituem indícios importantes para compreender como diferentes públicos reagem, negociam significados e tensionam narrativas históricas em tempo real, ampliando a dimensão metodológica da pesquisa e reforçando a relevância do ambiente digital como espaço de mediação pública do passado.

Nesse sentido, em vez de reduzir os comentários a dados brutos ou depoimentos isolados, sua inclusão nesta pesquisa busca evidenciar sensibilidades sociais, dilemas éticos e reações espontâneas diante de uma proposta de mediação histórica que aborda um tema delicado: os túmulos infantis. Conforme destaca Noiret (2015), as plataformas digitais configuram-se como novos territórios de escuta e engajamento, nos quais o historiador público precisa atuar com atenção às formas de recepção, apropriação e, muitas vezes, resistência às suas práticas. Assim, mesmo que não tenham sido submetidas a um tratamento metodológico formal, tais interações digitais são mobilizadas aqui como dispositivos significativos de análise, na medida em que oferecem pistas importantes sobre as tensões suscitadas pela temática.

Em uma autoavaliação crítica, reconheço que a publicação poderia ter apresentado com maior clareza o caráter da visita como parte de uma pesquisa de mestrado, o que talvez contribuisse para atenuar interpretações equivocadas a respeito de seus objetivos. Essa contextualização, vale destacar, foi devidamente realizada junto aos participantes no momento da atividade presencial. No entanto, no que se refere à recepção pública nas redes sociais, compreendo que o desconforto manifestado por alguns usuários esteve mais vinculado à sensibilidade do tema a morte infantil do que propriamente ao formato da

visita guiada. Essa reação expressa o quanto determinadas temáticas exigem estratégias de comunicação ainda mais cuidadosas, sobretudo quando mobilizam afetos profundos e se inscrevem em espaços de memória coletiva.

Nesse contexto, torna-se evidente que a atuação do historiador público demanda não apenas rigor metodológico, mas também a capacidade de compreender como diferentes públicos elaboram, negociam e tensionam narrativas históricas em esferas diversas. As reações suscitadas pela divulgação da visita guiada aos túmulos infantis nas redes sociais não indicam necessariamente rejeição à iniciativa, mas evidenciam os limites da comunicação quando a temática é apresentada de forma breve e dissociada do processo de mediação presencial. Essa distinção é central: durante a atividade no cemitério, o público demonstrou envolvimento, respeito e acolhimento diante da proposta, aspectos favorecidos pelo ambiente de mediação, pela contextualização histórica e pela construção coletiva de sentidos.

No ambiente digital, porém, a ausência desses elementos mediadores amplia a possibilidade de leituras fragmentadas, emocionalmente atravessadas e, por vezes, equivocadas. Esse contraste revela que temas sensíveis como a morte infantil exigem estratégias comunicacionais mais cuidadosas, capazes de considerar não apenas a informação transmitida, mas também o enquadramento emocional e social em que ela circula. Fazer História Pública, portanto, implica reconhecer esses limites da recepção, compreender a dinâmica própria das plataformas digitais e aprimorar continuamente as práticas de mediação, escuta ativa e diálogo com múltiplos públicos.

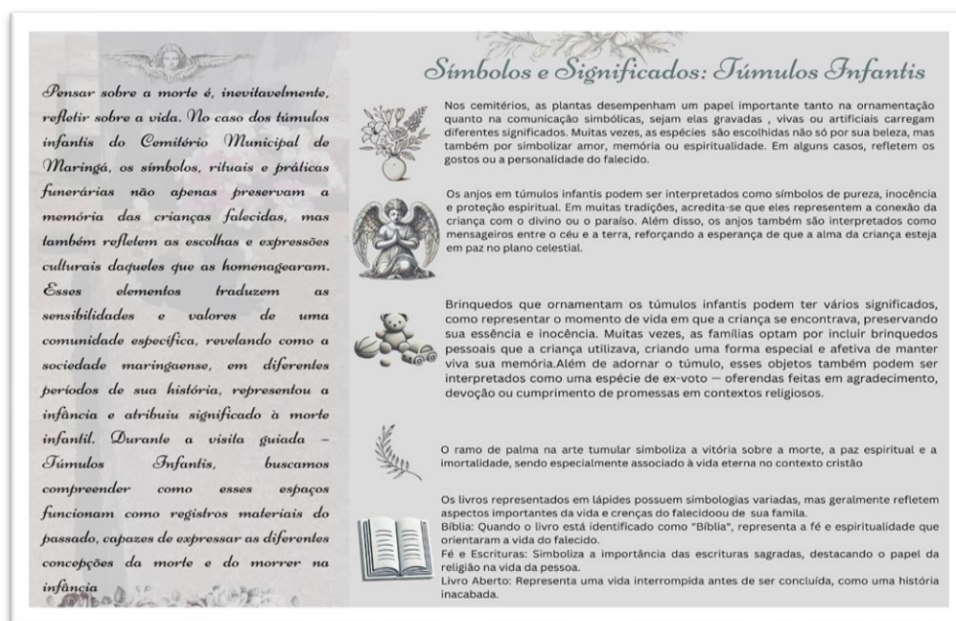
As considerações sobre a recepção pública da proposta demonstraram a necessidade de estratégias de mediação capazes de lidar com temas sensíveis de forma cuidadosa e contextualizada. Foi a partir dessa compreensão que se estruturaram as escolhas referentes ao roteiro da visita. Antecipando possíveis reações de repulsa ao tema e reconhecendo a delicadeza que envolve a morte infantil, optei por construir um percurso que evitasse abordar biografias específicas das crianças sepultadas. A proposta foi direcionada a uma leitura mais simbólica e interpretativa das sepulturas, com foco nas particularidades visíveis desses túmulos e nas representações culturais e sociais associadas à infância e à morte. Assim, a visita guiada buscou discutir a mortalidade infantil a partir de uma perspectiva histórica e patrimonial, abrangendo o período que vai desde a fundação do Cemitério Municipal de Maringá, na década de 1940, até os dias atuais.

O roteiro buscava refletir sobre como as transformações sociais como o avanço da saúde pública, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e as mudanças nas concepções de infância impactaram as formas de sepultamento e os modos de representação da morte infantil no cemitério de Maringá-PR.

Foram considerados elementos como a presença de símbolos estatuários, a organização espacial dos túmulos, as mensagens gravadas nas lápides e as distinções visíveis entre as áreas destinadas às crianças e aquelas reservadas aos adultos.

A elaboração do roteiro também orientou a produção do material informativo (Figura 31) destinado aos participantes da visita guiada, mantendo a mesma perspectiva ética e interpretativa adotada no percurso. Considerando as implicações éticas envolvidas, optei por não utilizar nomes de crianças falecidas nem imagens reais de suas sepulturas. Em lugar disso, foi elaborado um folheto que apresentava conteúdos voltados aos aspectos simbólicos ligados à morte infantil, enfatizando elementos iconográficos recorrentes nesse tipo de sepultamento. O material buscava oferecer subsídios para uma leitura crítica do espaço funerário, trazendo breves explicações sobre significados associados a anjos, flores, brinquedos esculpidos, cores e outros símbolos que costumam representar a infância e o luto precoce. A intenção foi proporcionar aos participantes uma experiência ao mesmo tempo sensível e informada, sem expor diretamente a memória dos indivíduos sepultados, respeitando assim a dor das famílias e a complexidade do tema abordado.

Figura 32- Material informativo distribuído durante a visita guiada “Túmulos Infantis.”



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Ao todo, a atividade contou com 108 inscritos, um número bastante expressivo e majoritariamente composto por moradores de Maringá. Esse dado sinaliza não apenas o interesse do público pelas ações culturais e educativas realizadas no espaço cemiterial, mas também a disposição da comunidade em participar de iniciativas que promovem novas formas de relação com o patrimônio local. Tal engajamento reforça o potencial do cemitério enquanto ambiente significativo para práticas de História Pública, entendido aqui como um campo que promove o encontro entre diferentes públicos, saberes e sensibilidades na construção compartilhada do conhecimento histórico.

No dia da visita, estiveram presentes aproximadamente 30 participantes um número que pode ser considerado bom quando se leva em conta tanto a temática sensível quanto as características estruturais e simbólicas do espaço, que demandam grupos menores para garantir a circulação adequada e favorecer uma escuta mais atenta durante o percurso. A participação efetiva e o envolvimento dos presentes confirmam a pertinência da proposta e apontam para a capacidade do espaço funerário de estimular debates qualificados sobre memória, morte e patrimônio cultural.

Figura 33-Visita Guiada Túmulos Infantis Cemitério Municipal de Maringá-PR.



Fonte: Acervo autora 2024.

No início da atividade, com o apoio da historiadora Veroni Friedrich, que há vários anos atua na condução das visitas guiadas do projeto Volta Histórica, realizamos uma breve apresentação do roteiro e dos objetivos da proposta temática. Nessa introdução, esclarecemos ao público que a visita não abordaria biografias individuais das crianças sepultadas, mas se concentraria em aspectos simbólicos e culturais relacionados às representações da morte infantil no espaço cemiterial, conforme já contextualizado anteriormente. A intenção era situar os participantes quanto aos princípios éticos e interpretativos que orientavam a experiência, reforçando a natureza sensível do tema.

Nesse momento inicial, também foram repassadas orientações importantes quanto à conduta esperada durante o percurso. Entre elas, destacou-se a recomendação para que os participantes evitassem tirar ou compartilhar fotografias que expusessem diretamente as sepulturas das crianças, como forma de preservar a privacidade e a memória das famílias envolvidas. Além disso, reforçou-se que, embora o cemitério seja um espaço público de livre circulação, ele é também um local de luto e contemplação, no qual o cuidado com o outro se manifesta por meio de atitudes de respeito e de uma escuta sensível.

A partir deste ponto, optei por adotar uma abordagem narrativa que se aproxima da condução real da visita, com o intuito de oferecer ao leitor uma descrição mais clara, situada e coerente com a experiência observada em campo. Essa escolha dialoga diretamente com o método utilizado na pesquisa, o qual valoriza a descrição, atenta ao contexto e às práticas sociais que surgem durante a atividade. Ao recorrer a essa estratégia de simulação narrativa, busco não apenas reconstruir o percurso, mas evidenciar os elementos que permitem compreender como a mediação histórica se concretiza nesse tipo de ação. Assim, pretendo tornar mais acessível ao leitor a forma como a História Pública se manifesta na prática, por meio das interações, do uso do espaço e dos temas trabalhados ao longo da visita (Apêndice 4)

Iniciamos nossa visita pela Quadra 26, situada logo após o portão principal do cemitério, em frente ao prédio da administração. Um aspecto relevante observado nesse espaço é o fato de o Cemitério Municipal de Maringá possuir três quadras inteiras originalmente destinadas aos sepultamentos infantis. Embora não existam registros oficiais ou documentação específica sobre a decisão que motivou a criação dessas áreas exclusivas, entendemos que sua existência esteja diretamente relacionada ao contexto histórico marcado pelas altas taxas de mortalidade infantil no Paraná⁶⁷, o que tornava necessária a destinação de espaços próprios para essas sepulturas. Compreende-se que essa separação entre as sepulturas de crianças e adultos nos cemitérios não se limita a uma regra de organização funcional, mas revela uma distinção simbólica nas representações culturais da morte.

A morte infantil, ao contrário da adulta, é compreendida como uma ruptura na ordem natural da vida, pois representa uma existência interrompida precocemente. Por essa razão, ela convoca ritos específicos e formas particulares de elaboração do luto, que refletem tanto a dor singular dessa perda quanto os significados sociais e afetivos atribuídos à infância. Nesse contexto, a experiência social com a morte infantil distingue-se da vivência do luto por adultos, sendo muitas vezes menos documentada, mais

67 Estudos indicam que, historicamente, o Brasil apresentou taxas elevadas de mortalidade infantil acima de 200 óbitos por mil nascidos vivos no início do século XX, reduzindo-se gradualmente nas décadas seguintes. No Paraná, entre 1997 e 2001, a taxa ainda girava em torno de 19,3 por mil, conforme apontam dados da Fundação Oswaldo Cruz. Tais índices ajudam a compreender a existência de setores específicos destinados ao sepultamento de crianças em muitos cemitérios brasileiros.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/KqY8pwRqv8fDNDFdM56FvCF>. Acesso em: 5 jul. 2025.
Andrade SM de, Soares DA Matsuo T, Souza RKT de, Mathias TA de F, Iwakura MLH, et al. Condições de vida e mortalidade infantil no Estado do Paraná, Brasil, 1997/2001. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2006Jan;22(1):181–9.

silenciosa e marcada por códigos simbólicos próprios, que variam conforme o tempo, a cultura e os valores familiares. A morte infantil, tal como se expressa nos cemitérios, apresenta uma expressão material e simbólica dotada de uma estética própria. Essa distinção não se limita à sua localidade como as quadras reservadas exclusivamente para sepultamentos infantis, mas se manifestam de formas presentes nos elementos simbólicos que compõem esses túmulos (Figura 33). São comuns as sepulturas de dimensões reduzidas, pintadas com cores suaves e adornadas com objetos que remetem ao universo da infância, como brinquedos, estátuas de anjos, ursinhos, bonecas, carrinhos e flores coloridas. Como aponta Vailati (2010, p. 41), “a divisão entre adultos e crianças está presente em todos os níveis em que se esquadrinhou o fenômeno mortuário, isto é, nos rituais engendrados pela ocorrência do fenômeno e nos discursos produzidos em torno dele.”

Figura 34- Tumulo infantil com desenho de anjo- Cemitério Municipal de Maringá-Pr



Fonte: A autora 2024.

Ao longo da visita, essa distinção tornou-se perceptível pela presença de cores suaves, símbolos religiosos e objetos ligados ao universo infantil, que evidenciam como a experiência da infância se materializa nas práticas funerárias e nas formas de elaboração do luto. Durante a visita de campo anterior à atividade, havíamos constatado que esses espaços vêm sendo gradualmente alterados pela inserção de sepulturas de tamanho padrão

destinadas a adultos, consequência direta da crescente escassez de vagas no cemitério municipal. Ao compartilhar essa informação com o grupo, observei reações imediatas de surpresa e desconforto, revelando como a possível descaracterização dessas áreas mobiliza afetivamente os participantes.

O estranhamento manifestado pelos participantes diante da possibilidade de que essas áreas, marcadas por símbolos e significados próprios, possam desaparecer revelou uma preocupação coletiva com a perda de referenciais simbólicos associados à infância e ao luto. A partir da observação das reações do grupo durante a atividade, tornou-se evidente que a discussão dessas questões provocou reflexões mais amplas sobre as formas pelas quais, enquanto sociedade, lidamos com a memória da infância interrompida e com o apagamento gradual e muitas vezes silencioso de determinadas maneiras de lembrar e homenagear os mortos.

Prosseguindo a visita, caminhamos em direção ao conjunto de sepulturas infantis, onde a observação direta dos túmulos permitiu ao grupo perceber elementos já característicos desse espaço: as cores, os adornos delicados e os objetos que remetem ao universo da infância. À medida que nos aproximávamos, também se tornavam visíveis particularidades marcantes na forma de identificação desses túmulos. Em alguns casos, o nome próprio da criança não estava presente; em seu lugar, apareciam inscrições como “infante”, “natimorto” ou “anjo” por vezes grafado na forma diminutiva, “anjinho”. Como ressalta Vailati (2010, p. 49), “o morto criança é o único a possuir um nome só para ele”, nesse sentido, há uma distinção entre as práticas e representações associadas à morte infantil e aquelas relacionadas aos adultos.

Compreende-se que a morte prematura é frequentemente concebida como um domínio simbólico específico, regido por convenções que mantêm a criança associada à condição de infância mesmo após a morte, reafirmando seu estatuto no universo funerário. A atribuição de nomes característicos, portanto, não apenas individualiza esses casos na categoria de “morte infantil”, como também explicita que o falecimento de crianças é compreendido e ritualizado segundo lógicas rituais e discursivas distintas daquelas que estruturam o universo funerário adulto. Nesse contexto durante a visita guiada, procuramos discutir as práticas históricas associadas aos sepultamentos infantis, com destaque para os rituais entre eles o *velório do anjinho*.

No passado, especialmente entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, desenvolveu-se em diversas regiões do Brasil a concepção de que crianças falecidas antes de atingir a “idade da razão” geralmente associada aos sete anos eram anjos que

retornavam diretamente ao céu. Essa crença, enraizada em tradições católicas e em interpretações populares da doutrina cristã, oferecia conforto simbólico às famílias enlutadas, que viam nesses “anjinhos” intercessores junto a Deus.

Após a contextualização sobre as concepções históricas da morte infantil e dos rituais conhecidos como “velório do anjinho”, após a contextualização sobre as concepções históricas da morte infantil e dos rituais conhecidos como “velório do anjinho”, tornou-se evidente a comoção que atravessava algumas pessoas do grupo de visitantes. Ela se manifestava nas expressões faciais dos visitantes, nos olhares desviados e no silêncio. Em um desses momentos, percebo um casal que, visivelmente afetado pela temática, opta por se afastar discretamente e deixar a atividade antes de seu término. Esse episódio expressa como abordagens envolvendo temas sensíveis, como a morte infantil, podem mobilizar emoções intensas, revelando camadas de desconforto, empatia e vulnerabilidade.

Ainda que tratadas como práticas históricas, essas narrativas permanecem entrelaçadas às experiências pessoais e afetivas dos participantes, acionando memórias individuais e coletivas e demonstrando, na prática, as potencialidades e os desafios da observação participante em contextos marcados pela dor e pela sensibilidade.

Prosseguindo com a mediação do tema, direcionamos o olhar aos aspectos simbólicos e materiais presentes no espaço dedicado às sepulturas infantis. Ao observar com maior atenção as características visuais desses túmulos, foi possível notar algumas distinções bastante evidentes: as cores empregadas frequentemente que remetem ao gênero da criança sepultada, sendo o rosa predominante em sepulturas femininas, enquanto o azul é mais recorrente nas masculinas. Há também o uso do amarelo, uma cor aparentemente neutra, destinada a crianças de ambos os sexos.

Além dessa marcação cromática, chama-se a atenção do público para o emprego de elementos decorativos característicos dos períodos em que ocorreram os sepultamentos. Alguns túmulos preservam revestimentos de azulejos típicos de determinadas décadas, materiais amplamente utilizados em obras e acabamentos daquele momento histórico, o que permite relacionar visualmente essas sepulturas aos padrões estéticos vigentes à época.

Outro aspecto relevante observado durante a visita diz respeito aos objetos pessoais das próprias crianças (brinquedos, pequenos carrinhos, bonecas, partes de enxoval) deixados sobre os túmulos como símbolos de afeto e de ligação emocional. Esses elementos reafirmam, ainda que de maneira simbólica, a continuidade da presença

infantil na memória familiar e coletiva, revelando formas particulares de elaborar o luto e manter viva a lembrança destas crianças.

Seguindo o percurso da visita, voltamos nossa atenção ao uso das fotografias nas sepulturas infantis, compreendendo-as para além de simples elementos de lembrança. Nessas imagens, o gesto de registrar e expor o rosto da criança opera como uma forma de elaboração do luto e, simultaneamente, como um dispositivo de preservação dos vínculos afetivos. Neste sentido as fotografias não apenas rememoram quem partiu precocemente, mas também produzem uma presença simbólica que resiste à ausência física, estabilizando a memória no espaço material do cemitério. Como observa Gawryszewski (2012, p. 291), “o familiar da criança morta deseja prestar uma homenagem e, ao mesmo tempo, tecer uma memória dos laços construídos. Essa memória é um fato social, temporal e espacial”. Ainda segundo o autor, “as imagens fotográficas não são consideradas verdades, elas devem ser analisadas em seu contexto histórico, pois são visões de um mundo passado, construções de uma memória, carregada de valores” (p. 291).

De maneira semelhante, Susan Sontag (2007, p. 19) reforça que “as fotos dão às pessoas a posse imaginária de um passado irreal”, ressaltando como o ato fotográfico também está associado à consciência da finitude. Nesse sentido, a autora complementa afirmando que “todas as fotos são *memento mori*. Tirar uma foto é participar da mortalidade, da vulnerabilidade e da mutabilidade de outra pessoa (ou coisa). Justamente por cortar uma fatia desse momento e congelá-la, toda foto testemunha a dissolução implacável do tempo” (2007, p. 26). À luz dessas reflexões, as fotografias presentes nas sepulturas infantis observadas durante a visita assumem um papel singular: elas operam como mediadoras entre presença e ausência, articulando memória afetiva e consciência da passagem do tempo. Assim, mais do que registros datados, tornam-se dispositivos simbólicos que sustentam a lembrança e tensionam, simultaneamente, a ausência definitiva marcada pela morte.

Sendo um vestígio material que desafia o esquecimento. Em sua maioria, as fotografias, quando presentes, exibem as crianças em poses que remetem à vitalidade e à pureza: sorrindo, trajadas com roupas especiais ou registradas em momentos de alegria, compondo uma imagem idealizada da infância. Observa-se, contudo, que nas sepulturas de natimortos ou crianças muito pequenas, a fotografia geralmente é substituída por figuras simbólicas, como querubins, anjos ou outras representações da inocência.

Entretanto, também foram identificadas sepulturas que exibem fotografias *post mortem*. Embora hoje essas imagens possam provocar estranhamento ou desconforto, é fundamental compreendê-las à luz dos contextos históricos e culturais em que foram produzidas. A fotografia da criança já falecida muitas vezes retratada de forma serena, no interior do caixão e cercada por flores ou outros ornamentos constituía uma prática relativamente comum entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Nesses contextos, a imagem post-mortem tinha uma função social específica: materializar a memória daquele que partira precocemente. Para muitas famílias, sobretudo em períodos de alta mortalidade infantil, essa fotografia era o único registro visual da criança, já que retratos em vida nem sempre eram acessíveis ou habituais. Assim, mais do que um gesto de despedida, tratava-se de um esforço de fixar uma presença, garantir um lugar para a criança na história familiar e preservar sua memória de forma visível e permanente.

Encerradas essas reflexões ao longo do percurso, encaminhamo-nos para o fechamento da visita guiada, momento em que agradecemos a presença de todos os participantes. Embora a maioria tenha permanecido até o final, é compreensível que a intensidade do tema possa, em certos casos, gerar um cansaço emocional. Durante essa conclusão, alguns participantes expressaram agradecimentos, elogiaram a pertinência do tema abordado e sugeriram novas temáticas para futuras ações. Também surgiram questionamentos despertados ao longo da mediação, evidenciando o interesse e o envolvimento do público com a proposta.

A observação das reações do público, aliada aos comentários registrados nas redes sociais, ampliou a compreensão sobre os modos como a visita guiada reverberou para além do percurso presencial. Esses registros, expressos tanto nas falas espontâneas quanto nas interações digitais, indicam como diferentes públicos se relacionam com a temática dos sepultamentos infantis, mobilizando memórias, sensibilidades e percepções históricas que emergem no encontro entre experiência vivida e narrativa mediada.

A concepção do roteiro buscou equilibrar contextualização histórica, leitura simbólica do espaço e respeito à dor que, ainda hoje, atravessa aquele território. Nesse sentido, a visita guiada não se limitou à apresentação de informações, mas se apresentou como uma forma de aproximação sensível ao lugar e às histórias ali inscritas, permitindo reconhecer camadas de significado que nem sempre são imediatamente visíveis. Essa

prática de escuta e atenção ampliou o papel da historiadora, incorporando dimensões afetivas e cuidadosas próprias de trabalhos que envolvem temas delicados.

A experiência desenvolvida ao longo da pesquisa evidenciou que lidar com espaços de memória relacionados à morte de crianças demanda sensibilidade, cautela e um olhar atento para as múltiplas formas pelas quais o passado é percebido, interpretado e atualizado pelos visitantes. As interações observadas no cemitério, as narrativas compartilhadas e os gestos cotidianos apontam para modos de relação com a morte que escapam a explicações simplificadoras, exigindo do pesquisador abertura e disposição para acolher diferentes sentidos.

Assim, mais do que buscar respostas conclusivas, esta prática indica a importância de construir dispositivos interpretativos flexíveis visitas guiadas, roteiros, ações educativas capazes de dialogar com as diversas vozes que se aproximam desse tema. Finalizo esta seção destacando que tratar da morte requer cuidado ético e sensibilidade metodológica, pois se trata de um campo marcado por profundas experiências afetivas. Reconhecer essa complexidade permite compreender que a prática aqui situada no âmbito da História Pública opera como um espaço de mediação, no qual memória, identidade e emoções são articuladas por meio de processos interpretativos que demandam responsabilidade ética e sensibilidade diante dos sujeitos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte-se do reconhecimento de que os cemitérios despertam, para grande parte da sociedade, não apenas interesse e curiosidade, mas também questionamentos que atravessam as dimensões visíveis das sepulturas e alcançam sentidos mais amplos sobre a morte e o morrer. Ao longo deste trabalho, buscou-se dialogar com algumas dessas questões. Espero que, para quem o lê, certos pontos tenham se tornado mais claros, ao mesmo tempo em que reconheço que outras perguntas possivelmente permanecem abertas como é próprio dos estudos que envolvem memória, morte e patrimônio. Que estas dúvidas não representem um limite, mas um convite: seguir pensando sobre os cemitérios.

Ao longo desta dissertação, buscou-se compreender como o Cemitério Municipal de Maringá, para além de sua função funerária, se constitui como um espaço ativo de memória, diálogo e produção histórica. Partindo dos debates historiográficos sobre os lugares da morte no Brasil e da consolidação da História Pública como campo de mediação, procurou-se demonstrar que os cemitérios, longe de serem territórios marginais, abrigam narrativas que revelam disputas, sensibilidades e formas plurais de pertencimento. Nesse sentido, o objeto de estudo não se restringiu à análise do espaço físico, mas incorporou práticas contemporâneas de uso e significação, especialmente aquelas desenvolvidas no âmbito do projeto Volta Histórica, coordenado pela Secretaria Municipal de Cultura e pela Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

A pesquisa demonstrou que o cemitério público de Maringá- PR, enquanto lugar histórico, mobiliza dimensões simbólicas e afetivas que desafiam abordagens estritamente documentais. Ao acompanhar visitas guiadas, observar interações do público e analisar as narrativas produzidas nesse contexto, foi possível compreender que a experiência histórica nesses espaços se dá de modo compartilhado e relacional, articulando elementos materiais como túmulos, fotografias, epitáfios e objetos votivos a experiências imateriais, como sensibilidades, memórias familiares e percepções coletivas sobre a morte. Esse conjunto de camadas reforça a ideia de que os cemitérios funcionam como “reservatórios de temporalidades”, onde passado e presente se cruzam continuamente, abrindo possibilidades interpretativas para a História Pública.

O recorte temático dedicado aos sepultamentos infantis, revelou-se particularmente significativo para compreender a potencialidade e os limites da mediação histórica em espaços marcados por forte carga emocional. Ao mesmo tempo, demonstraram a pertinência social de abordagens que problematizem silenciamentos e que tragam visibilidade a experiências historicamente marginalizadas.

A pesquisa também permitiu problematizar a posição do historiador em práticas públicas. Ao intervir em um espaço de memória sensível, a mediação não pode operar apenas com base na lógica da transmissão de conteúdos, mas requer abertura ao diálogo, acolhimento das experiências do público e atenção às complexas relações entre afetos, identidade e patrimônio. Nesse sentido, a prática desenvolvida ao longo da pesquisa reafirma que a História Pública não se limita a difundir narrativas: ela constitui um campo de negociação simbólica, no qual diferentes sujeitos especialistas, instituições, visitantes, comunidades constroem sentidos sobre o passado de forma compartilhada.

Reconhece-se, no entanto, que esta pesquisa possui limites. O recorte temporal e espacial adotado, bem como a ênfase em determinadas práticas (como as visitas guiadas e a Volta Histórica), não abrangem todas as possibilidades investigativas oferecidas pelo cemitério. Da mesma forma, fenômenos como a patrimonialização funerária, a atuação de comunidades religiosas e a transformação do espaço urbano poderiam ser aprofundados em estudos futuros. Ainda assim, tais limites apontam para a fertilidade do tema e para a necessidade de novas investigações que articulem abordagens interdisciplinares e fortaleçam a relação entre universidade, instituições culturais e comunidade.

Assim, mais do que oferecer conclusões definitivas, este trabalho aponta para caminhos interpretativos e para a importância de se fortalecer iniciativas que aproximem a história do público de forma crítica e acessível.

Por fim, reafirma-se que tratar da morte no âmbito da História Pública implica reconhecer que práticas como visitas guiadas, roteiros interpretativos e ações educativas não são apenas dispositivos de transmissão histórica, mas meios de construir espaços de diálogo, respeito e reflexão crítica. Assim, o cemitério, como território de memória, permanece um lugar onde se elaboram narrativas sobre a cidade, sobre o tempo e sobre as próprias formas de vida e finitude. Espera-se que esta dissertação contribua para ampliar a compreensão sobre esses espaços e para fortalecer iniciativas que reconheçam a morte como dimensão constitutiva da experiência humana e, portanto, como parte indispensável da história das comunidades.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jean Luiz Neves. Secularização. In: NASCIMENTO, Mara Regina do; Tavares, Mauro Dillmann (orgs.). **Guia didático e histórico de verbetes sobre a morte e o morrer**. 1. ed. [S.l.]: [s.n.], 2022. p. 377.
- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **A cidade e o cemitério: uma experiência em educação patrimonial**. Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer, v. 1, n. 1, p. 213–230, 2019. Disponível em: <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/8118>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. "MORTE, CULTURA, MEMÓRIA-MÚLTIPLAS INTERSEÇÕES: Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte." Doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (2007).
- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Memórias, lembranças, imagens: o cemitério*. Estudos Ibero-americanos, v. 30, n. 1, p. 105-122, 2004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/23520>. Acesso em: 15 mar.2025.
- ALLOUCH, J. (1995). *Erótica del duelo en el tiempo de la muerte seca*. Buenos Aires: EDELP.
- ANDRADE, Solange Ramos de. *A religiosidade católica e a santidade do mártir*. Projeto História, São Paulo, n. 37, p. 237-260, dez. 2008.
- ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Eds.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.
- BELLOMO, Harry R. A arte funerária. In: BELLOMO, Harry R. (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. rev. ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 13-22.
- AGAWARYSZEWSKI, Eve. A representação da morte infantil nas imagens cemiteriais no Brasil: perspectivas e práticas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, 3.; SEMINÁRIO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFC, 10., 2012, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.
- BORGES, Maria Elizia. *A estatuária funerária no Brasil: representação iconográfica da morte burguesa*. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, João Pessoa, v. 3, n. 8, p. 252267, 2004.

BORGES, Maria Elizia. *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

BORGES, Maria Elizia. *Monumentos funerários no Brasil: a iconografia religiosa popularizada na arte dos azulejos*. In: XXIII ANPAP, Belo Horizonte: ANPAP, 2014.

BRAMBILLA, Adriana; VANZELLA, Elídio; NASCIMENTO, Felipe Gomes do. *Turismo & hotelaria no contexto do Dark Tourism*. 1 ed. Paraíba: Editora do CCTA, 2021. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/hotelaria/turismo-hotelaria-no-contexto-dark-tourism>. acesso em: 20 de Maio 2025.

BUTLER, Judith. *Lenguaje, poder e identidad*. Editorial Síntesis, 1997.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2011. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414806>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CAUVIN, Thomas. *Public History: A Textbook of Practice*. Nova York: Routledge, 2016. Castro, Vanessa de, *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX / Fundação de Cultura Cidade do Recife*, 2007. 314p

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva, 1999. 367 p.

CARVALHO, Aline, and Cristina Meneguello, eds. **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Editora da Unicamp, 2020.

CASTIGLIONE, María Celeste. “Cementerios y migraciones: Memorias, espacios funerarios y otras historias de la provincia de Buenos Aires.” (2023).

COLES, Tim. (2002). Dark tourism? the attraction of death and disaster, by John Lennon and Malcolm Foley. Continuum, London and New York, 2000. No. of pages: 184. Price 15.99.0-8264-5064-4. International Journal of Tourism Research - INT J TOUR RES. 4. 485-486.10.1002/jtr.371.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Lucia Mathilde Endlich Orth. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. *A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR (1947 a 1982)*. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/t_de-25042011-103049/. Acesso em: 10 fev. 2025.

CYMBALISTA, Renato. Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo. Annablume, 2002.

DAMASCENO, Tatiane Gonçalves; CARNEIRO, Maristela. Memórias do Cemitério: as reformas e a ideia de ordem e progresso na cidade de Maringá/PR na década de 1960. In: Dancausa Millán, M.^a. "Análisis del Turismo Oscuro en Córdoba (España)–Pátzcuaro (México): El Turismo de Cementerios." (2019).

De CARVALHO, Bruno Leal Pastor, and Ana Paula Tavares Teixeira. História pública e divulgação de história. Letra e Voz, 2019.

DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo, and Rogério Rosa Rodrigues, eds. História pública em movimento. Letra e Voz, 2021.

DEL PUERTO, C. B.; Baptista, M. L. C. (2015). "Espaço cemiterial e Turismo: campo de ambivalência da vida e morte." Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, vol. 5, n. 1, p. 42–53.

KOLLROSS, Nikole (Org.). Memórias do Cemitério: as reformas e a ideia de ordem e progresso na cidade de Maringá/PR na década de 1960. 1. ed. Londrina: Syntagma, 2018, v. 1, p. 286-314.

de Almeida, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução à história pública. Letra e Voz, 2011.

DELPuerto, Charlene Brum; CARDINALE Baptista, Maria Luiza. Espaço cemiterial e Turismo: campo de ambivalência da vida e morte. RITUR, v. 5, n. 1, p. 42-53, 2015.

Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/1611>. Acesso em: 14 mar.2025.

Del Priore, Mary. *Histórias da gente brasileira: Volume I-Colônia*. Vol. 1. Leya, 2016.

DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José H. R. Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

ELIAS, Norbert. A solidão dos moribundos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Figueiredo, Olga Maíra. O Cemitério da Consolação: Uma Encantadora Cidade dos Mortos. Editora Appris, 2020.

FRIEDRICH, Veroni. A política de conservação do patrimônio cultural em Maringá-PR (1987-2008). 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

FRIEDRICH, Veroni. Maringá- A história expressa em seus Patrimônios Culturais. Maringá: Print One,2024.

FRISCH, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. Albany: State University of New York Press, 1990.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GALVÃO, Altair Aparecido. Questão territorial e mobilidade social: a trajetória dos moradores do bairro Santa Felicidade na cidade de Maringá-PR. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, n. 47E, 2011.

Giacomazzi, G. dos S., & Silva, K. O. (2024). A experiência do HistoriCast: uma prática de divulgação pública da História. In M. Kobelinski & M. G. de O. Rovai (Orgs.), *História Pública: para quem, para quê, como e com quem?* (pp. <início-fim>). Guarapuava, PR:

Editora Unicentro.

GAZETA DO POVO. Cemitério Municipal de Maringá funciona sem licença ambiental. *Gazeta do Povo*, 21 jul. 2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-ecidadania/cemiterio-municipal-de-maringa-funciona-sem-licenca-ambiental3mz2kmgzluo0cxb9lh9jcbtqm/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GIAMPAOLI, Michelangelo. Cemitérios como espaços de cidadania e liberdade: reflexão teórica e ação prática na cidade de São Paulo. In: ORSI, Rafael Alves (org.). *O espaço urbano produzido: atores e desafios, planos e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 67–85.

GOURARIER, Zeev. Le musée entre le monde des morts et celui des vivants. *Ethnologie Française*, v. 14, n. 1, p. 67–76, 1984.

Guber, Rosana *La etnografía, método, campo y reflexividad*/Rosana Guber.- Bogotá: Grupo Editorial, Norma, 2001.

GRASSI, Clarissa. Estudos cemiteriais. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2016.

GRUNVALD, Vi; REIS, Filipe. Antropologia pública, engajada e/ou aplicada: dilemas de atuação social para além da universidade. *Revista IluMinuras*, Porto Alegre, v. 22, n. 57, p. 5- 18, out. 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALSTEAD, Helen. Everyday public history. *The Historical Journal*, v. 65, n. 2, p. 511-532, jun. 2022.

Hertz, Robert. *La muerte y la mano derecha*. Alianza editorial, 2024.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

Heyman, Josiah, Marina Ariza, and Laura Velasco. "Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre migración internacional." (2012): 419-454.

HERTZ, R. A contribution to the study of the collective representation of death. In: Robben, A. Death, mourning and burial: a cross-cultural reader.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. São Paulo: Editora 34, 2000.

JUNIOR, Lourival Andrade. "Dos horrores aos humores: os cemitérios no cordel brasileiro." Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer, v. 2, n. 4, 2017, p. 412-437.

KEAN, Hilda; MARTIN, Paul (Orgs.). The Public History Reader. Londres: Routledge, 2013.

KELLEY, Robert. Public History: Its Origins, Nature, and Prospects. The Public Historian, v. 1, n. 1, p. 16–28, 1978.

Kobelinski, Michel & Rovai, Marta. (2024). HISTÓRIA PÚBLICA PARA QUEM, PARA QUÊ, COMO E COM QUEM?

KOBELINSKI, Michel. Lugares de memória pública e retóricas da identidade teuto-brasileira no Estado do Paraná (séc. XX). *Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 210–234, jul./dez. 2020.

KOBELINSKI, Michel, and Karina RAMACCIOTTI. "LUTO E PATRIMÔNIO SENSÍVEL: ESTUDOS DE CASO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ARGENTINA E NO BRASIL." *ARACÊ* 7.3 (2025): 11882-11911.

LAUWERS, M. O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LEAL, João Laércio Lopes. Anotações sobre uma experiência de formação de um arquivo municipal: o caso de Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito (org.). Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999. p. 429-442.

LEAL, João Laércio Lopes. Curiosidades históricas de Maringá: sugestões e dicas para pesquisa. Maringá (PR): Prefeitura do Município de Maringá, Secretaria de Cultura, Gerência de Patrimônio Histórico, 2019. 144 p.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. MAIA, Michelle Ferreira. "Milagreiros": um estudo sobre três santos populares no Ceará (1929-1978). Fortaleza: Premius, 2019.

MARTINS, Juliana Maria. "Memória e cultura material: cemitério Campo da Saudade, município de Couto Magalhães (TO)." (2019).

MARTIM, Aline Giseli, et al. "Análise da arquitetura tumular do cemitério jardim municipal de Maringá, Estado do Paraná." *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental* 20.1 (2016): 475-486.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os paradoxos da memória. São Paulo: Edições SESC, 2007.

MAUAD, Ana Maria, Juniele RABÊLO de Almeida, and Ricardo Santhiago, eds. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Letra e Voz, 2016.

MORIN, E. O homem e a morte. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

NOGUEIRA, Renata de Souza. Quando um cemitério é patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado), UNIRIO, Rio de Janeiro, 2013.

NOIRET, Serge. *História pública digital | Digital public history. Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1–10, 2015.

Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3502>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares." *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* 10 (1993).

Oxford: Blackwell Publishing, 2004 (Texto original publicado em 1907).

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 204, 1992.

REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. (No Title), 1991.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. editora UNESP, 2010

RODRIGUES, Cláudia. Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Vol. 43. Prefeitura Da Cidade Do Rio de Janeiro Secretaria, 1997.

ROVAI, Marta. "Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético." *História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz (2018): 185-196.

SÁEZ, Oscar Calavia. Fantasma falado: mitos e mortos no campo religioso brasileiro. Campinas: Unicamp, 1996.

SANCHES, Antenor. Maringá: sua história e sua gente. Maringá: Massoni, 2002.

SOUZA, Shirley, and Gilvan Veiga DOCKHORN. "DARK TOURISM E TURISMO CEMITERIAL EM SANTA MARIA/RS: POSSIBILIDADES." *T&H* (2021).

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHIMITT, Jean-Claude. Os vivos e os mortos na sociedade medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TAVARES, R (2024). Paisagem Funerária. Dicionário de arqueologia funerária / org. de Souza, Camila Diogo, and Adriene Baron Tacla. 1 ed. Belo Horizonte; Fino Traço.

TOZATTI, Quintino Sanchez Palacio; FRIEDRICH, Veroni. Resgatando memórias e trajetórias femininas: um estudo de educação patrimonial no cemitério municipal de Maringá PR. *Mneme*, v. 25, n. 48, 2024.

THOMPSON, Paul. *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

TOMAZ, Paulo Cesar. "A Região Norte do Paraná e a formação da cidade de Maringá." *Revista Semina, Passo Fundo* 8.2 (2010): 1-19.

VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura-MEC, 1972. 2 v., 1487 p.

VERRI Junior, Aníbal. A obra de José Augusto Bellucci em Maringá. 2001. 148 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos*. São Paulo; Rio de Janeiro: Alameda Editorial, 2010. 360 p. ISBN 978-85-7939-047-0.

ZIEGLER, Jean. "Os vivos e a morte: uma sociologia da morte no Ocidente e na diáspora africana no Brasil, e seus mecanismos culturais. Tradução: Aurea Weissenberg." *Rio de Janeiro: Zahar Editores* 2 (1977): 1850-1859.

Leis e Decretos:

Municipais:

MARINGÁ. Lei nº 773, de 8 de setembro de 1970. Cria o Cemitério Municipal de Maringá.

MARINGÁ. Lei nº 1212, de 07 de junho de 1978. Disciplina venda de terrenos no Cemitério.

MARINGÁ. Lei nº 1281, de 16 de maio de 1979. Serviço Funerário de Maringá.

MARINGÁ. Lei nº 2114, de 1987. Denominação da Rua Rio Bom.

MARINGÁ. Lei nº 5389, de 25 de maio de 2001. Comissão Municipal do Serviço Funerário.

Federais:

BRASIL. Decreto nº 789, de 27 de setembro de 1890. Secularização dos cemitérios no Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-789-27setembro-1890-552270-publicacaooriginal-69398-pe.html>.

APÊNDICES

Apêndice 1: Diários de campo.

Diário 1: visita ao cemitério Municipal : 23 nov 2023

Objetivo : fazer o reconhecimento do campo e das possibilidades que poderiam, ou não, estar presentes na volta histórica.

Observações : Como se tratava da primeira visita junto aos organizadores, busquei observar como se construía o roteiro e o que era ou não considerado para **incluir os mortos** na narrativa. Percebi que já existia um roteiro pré-estabelecido, no qual constavam alguns falecidos conhecidos pela grande maioria da população. Durante a **identificação dos túmulos**, procurei observar como eram essas **sepulturas**, quais elementos apresentavam e, ao mesmo tempo, questionei o que seria explorado em cada uma delas. Notei que, nas "voltas históricas", as histórias dos falecidos eram abordadas, mas a **materialidade ou seja, o próprio lugar físico do túmulo não fazia parte efetiva do roteiro**. Em conversas informais, percebi que há uma grande demanda em relação aos lugares de memória na cidade, o que acaba reduzindo o tempo disponível para análises mais aprofundadas sobre a materialidade das sepulturas. Ainda assim, isso não invalida o trabalho de valorização do cemitério, uma vez que a própria ação, a meu ver, já promove esse espaço como um lugar de história na cidade.

Logo, minhas primeiras impressões foram positivas, pois

toda a equipe se mostrou aberta ao diálogo. Durante o trabalho de campo, algo chamou a atenção: uma sepultura localizada próxima ao Cruzeiro apresentava diversos elementos religiosos, mesmo sem qualquer identificação. Ficamos animados com a possibilidade de trabalhar a materialidade desse túmulo, pois, por ser pequeno, presumimos que pertencia a uma criança. Ele também possuía características e marcas que sugeriam ser de um período mais antigo, não recente. Decidimos incluí-lo no roteiro, o que considerei uma mudança significativa nos rumos da volta histórica, ao se considerar uma sepultura anônima como um lugar de possibilidade.



Sepultura infantil
quadra Quadra 13

Em frente à cruz do túmulo, há diversas imagens religiosas, incluindo representações da Sagrada Família, de Nossa Senhora Aparecida, de São Cosme e Damião, entre outras figuras que ainda precisam ser identificadas. Também estão presentes flores artificiais e uma planta

Espada de São Jorge, o que sugere a presença de elementos do sincretismo religioso, especialmente entre o catolicismo popular e as religiões de matriz africana.

No dia da visita, o túmulo estava limpo. Não é possível afirmar com precisão se isso se deve à manutenção realizada pela administração do cemitério ou à ação de terceiros.



A visita marcada para o dia 25 de novembro, que aconteceria em um sábado, acabou não sendo realizada devido à possibilidade de chuvas. Apesar de toda a equipe ter comparecido ao local na data prevista, parece que os participantes foram avisados previamente sobre o cancelamento, enquanto a equipe não foi informada. Essa falha de comunicação acabou comprometendo o andamento da atividade planejada.

Apêndice 2: Diários de campo (Visita: Mulheres, Histórias e Memórias).

Reconhecimento de Campo: Visita Guiada - Mulheres,
Histórias e Memórias. 11/03/2024

Objetivo: Identificar os túmulos das mulheres selecionadas por meio do levantamento realizado junto à Gerência do Patrimônio Histórico.



Mapa com a localização das sepulturas.

Após levantar 15 nomes, selecionamos 7 deles. Nossa decisão levou em conta o tempo de duração que, idealmente, não excederia duas horas. Com essa seleção em mãos, retornamos ao cemitério a fim de localizar as sepulturas. Esta etapa é crucial, pois sempre existe a possibilidade de os registros de sepultamento estarem incorretos ou de as sepulturas estarem descaracterizadas. Nossa intenção era que, além da história ser contada e exposta ao público, o túmulo tivesse uma identificação clara, permitindo a compreensão do que ali se encontrava.

Possibilidades

Atenção

→ Nomes sobrenomes (esposa) ou (filha)
Há alguma menção de título ou ocupação?
Símbolos e iconografia.



Pedras que
simbolizam a visita
ao túmulo

Este túmulo apresenta diversos elementos característicos da tradição funerária judaica. Logo acima do nome da falecida, há inscrições em hebraico. A primeira parte dessas letras, tradicionais que aparecem frequentemente em lápides judaicas: uma abreviação da expressão "Aqui jaz". Abaixo, encontra-se outra inscrição em hebraico que corresponde a uma bênção pós-morte:

"Que sua alma esteja ligada ao feixe da vida", uma citação do Livro de Samuel (25:29).

Outro símbolo importante é a Estrela de Davi, localizada no topo da lápide. Este é um dos principais símbolos do judaísmo, representando identidade religiosa e cultural.

Também chama atenção o uso do sobrenome "Israel", que pode reforçar a identidade étnico-religiosa da falecida. Além disso, há a frase "mulher de valor".

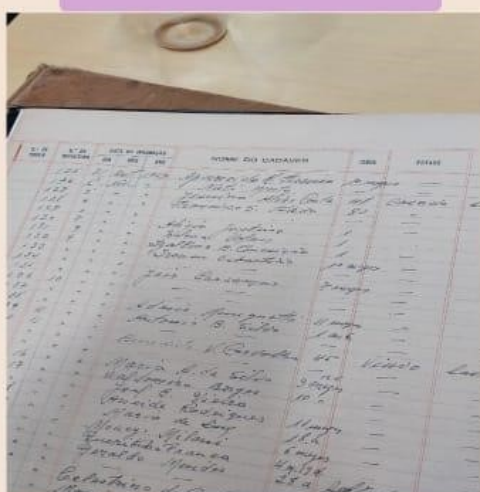
Ao final optamos por não inclui lá pois a distância de sua sepultura era enorme em relação às outras sendo assim a resguardados para uma outra visita aonde exploraríamos um recorte sobre crenças e religiões.

Apêndice 3: Diários de Campo (Pesquisa Acervo).

Visita cemitério Municipal de Maringá Nov. 2024

Objetivos: Consultar documentos, registros e informações disponíveis. Levantamento de informações.

Durante a visita, foram analisados livros de registro de óbitos, incluindo exemplares com anotações dos possíveis primeiros sepultamentos. Também foram coletadas informações por meio de conversa com o então administrador do cemitério, Carlos Parolin.



Livro de Registro de Óbitos, onde consta o possível primeiro sepultamento.

A consulta aos documentos possibilitou observar aspectos formais da gestão dos sepultamentos e permitiu identificar registros que podem indicar os primeiros enterramentos no cemitério.



Foto tirada durante a consulta aos registros históricos do cemitério. Da esquerda para a direita: pesquisadora em campo, gerente do cemitério municipal Carlos Parolin e historiadora Veroni friedrich, uma das responsáveis pelo Volta Histórica Cemitério.

As informações coletadas neste dia podem contribuir diretamente para a pesquisa em andamento e também servirão como base para futuros projetos voltados à valorização do cemitério como um espaço de memória e preservação histórica na cidade de Maringá.

Apêndice 4: Diário de campo (Túmulos infantis).

Visita guiada túmulos infantis. 26 de novembro de 2024 (visita marcada para 30 de novembro de 2024)

Objetivos: Identificar a materialidade das sepulturas e observar o que estava ou não inscrito, com base nos elementos que deveríamos trabalhar.

Observações : iniciar a visita contextualizando a motivação do projeto da dissertação e a distribuição do material.

iniciando (quadra 26) ha uma sepultura de uma criança que me chama a atenção pois na foto ha um beijo (começar por ela)



Concluimos que o beijo está sobre a foto, pois, pela ação do tempo, já teria sido apagado caso fosse mais antigo. Ao verificar o atestado de óbito da criança, constatamos que ela morava, na década de 1990, na mesma rua onde atualmente resido – praticamente como vizinha. A causa da morte foi pneumonia. No entanto, essas informações pessoais não farão parte da visita, pois não é nossa intenção expor estas questões.

Refletimos sobre o possível significado do beijo deixado sobre a fotografia da criança. Uma das interpretações consideradas foi a de que o beijo poderia simbolizar o amor ou a saudade da mãe. No entanto, trata-se apenas de uma suposição afetiva, já que não há como afirmar com certeza . Ainda assim, vamos contextualizar sua presença pois carrega uma forte carga emocional.

Ainda nesta quadra do cemitério, é possível identificar diversos elementos associados à infância, especialmente por meio do uso de cores como rosa, azul e amarelo.

Durante a observação, é importante verificar a idade das crianças sepultadas, se estão sozinhas ou acompanhadas por adultos na mesma sepultura, e quais elementos decoram esses túmulos.



Na imagem, observa-se a sepultura de uma menina, adornada com elementos decorativos infantis, como figuras de crianças brincando. Esses itens parecem ter pertencido a ela em vida e foram cuidadosamente inseridos no túmulo como símbolos de continuidade afetiva e de preservação de sua memória.

A presença desses objetos reforça a ideia de que, para quem permanece, a criança nunca envelhece: ela continua criança, independentemente do tempo que passe. Trata-se de uma forma simbólica de eternizar sua inocência e presença, reafirmando a delicadeza com que a infância é lembrada no espaço funerário.

ANEXOS

Artigo científico desenvolvido e publicado no decorrer da pesquisa, o qual complementa e amplia a discussão apresentada na dissertação.

Resgatando Memórias e Trajetórias Femininas: Um Estudo de Educação Patrimonial no Cemitério Municipal de Maringá-PR

Rescuing Memories and Female Trajectories: A Study of Heritage Education at the Municipal Cemetery of Maringá-PR

Adriana Quintino Sanchez Palacio Tozatti

Veroni Friedrich

RESUMO: Este estudo, intitulado “Volta Histórica: Mulheres, Histórias e Memórias”, foi desenvolvido no cemitério municipal de Maringá-PR, aplicando princípios de educação patrimonial para resgatar e destacar trajetórias femininas até então minimizadas pela historiografia tradicional da região. Utilizando visitas guiadas como metodologia, o projeto não só recupera a memória dessas mulheres, mas também valoriza suas contribuições à formação histórica e cultural de Maringá, reconhecendo-as como parte integral do patrimônio cultural local. Os resultados indicam uma nova interpretação do passado, enfatizando o papel das mulheres na história comunitária e desafiando os relatos históricos convencionais. Assim, a pesquisa promove uma visão mais inclusiva da historiografia e contribui para um entendimento mais amplo da evolução social e cultural de Maringá. Conclui-se que os cemitérios, além de locais de memória, são importantes ferramentas educacionais para a aprendizagem patrimonial

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial; Mulheres na História; Memória Cultural; Maringá-PR.

Mestranda em História Publica pela Unespar- CM, Pós-Graduação em Estudos sobre a Morte e os Cemitérios pela Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco (UNPSJB).

Email: adriana.sanchez.palacio@hotmail.com.

Especialista em História das Religiões e Mestre em História, concentração no tema Políticas de Preservação de Patrimônio Cultural. É docente do curso de Licenciatura em História, da **instituição Unicesumar** – Maringá e servidora/historiadora na Secretaria Municipal de Cultura de Maringá. Email: friedrich.veroni@gmail.com.

ABSTRACT: This study, titled “Historical Return: Women, Stories, and Memories”, was conducted at the municipal cemetery of Maringá-PR, applying heritage education principles to rescue and highlight female trajectories previously minimized by the traditional historiography of the region. Using guided tours as a methodology, the project not only recovers the memory of these women but also values their contributions to the historical and cultural formation of Maringá, recognizing them as an integral part of the local cultural heritage. The results indicate a new interpretation of the past, emphasizing the role of women in community history and challenging conventional historical accounts. Thus, the research promotes a more inclusive view of historiography and contributes to a broader understanding of the social and cultural evolution of Maringá. It concludes that cemeteries, beyond being memory sites, are important educational tools for heritage learning.

Keywords: Heritage Education, Women in History, Cultural Memory, Maringá-PR.

INTRODUÇÃO

Lançado em 2018, o projeto “Volta Histórica”⁶⁸ ao Cemitério Municipal de Maringá-PR, denominado também de São João Batista, tem organização da Gerência do Patrimônio Histórico, setor que integra a Secretaria Municipal de Cultura. O projeto iniciou explorando a história do cemitério e as figuras públicas e políticas locais sepultadas ali. Esta abordagem inicial serviu como uma base para uso da educação patrimonial em lugares públicos, usando o cemitério não apenas como local de sepultamento, mas como um espaço para diálogos sobre a história a memória e a cultura local. Em sua última edição⁶⁹, o projeto assumiu um novo recorte, destacando especialmente as contribuições femininas à história de Maringá. Através de visitas guiadas temáticas, esta nova abordagem buscou ampliar o reconhecimento de mulheres, revelando seus papéis muitas vezes não reconhecidos. Este recorte temático visa fortalecer os sentimentos de identificação e pertencimento entre os visitantes, incentivando uma apreciação mais profunda e equitativa da herança cultural e histórica local.

68 A visita guiada ao cemitério Municipal de Maringá está registrada na página da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). <https://www.estudoscemiteriais.com.br/cemiterio-maringa>.

69 A edição “Volta histórica: Mulheres, História e Memórias” realizada no mês de março de 2024.

Assim, o cemitério se transforma em um recurso educacional importante, que enriquece o conhecimento da comunidade sobre sua própria história, com ênfase na representação feminina na história local. Essa abordagem reflete a teoria segundo a qual, as categorias de “homem” e “mulher” são “ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas” (Scott, 1995, p. 75).

Ao explorar as histórias das mulheres de Maringá, este projeto desafia as narrativas tradicionais e promove uma compreensão mais rica e inclusiva da contribuição feminina.

Atualmente o patrimônio cultural se transformou em um conceito polissêmico. No seu sentido mais usual, designa o tangível [edificado, objeto] ou o intangível (práticas, tradições, modos de ser e fazeres) [...], a percepção de que a cultura não é um elemento apenas material – mas também imaterial – fez com que a noção de patrimônio cultural passasse a contemplar também as produções não inscritas apenas no plano material, mas simbólico e sensível (Gevehr e Duarte, 2017, p. 143).

Ao redefinir a função do Cemitério Municipal de Maringá como um espaço educativo e de reflexão, o projeto “Volta Histórica” estabelece uma nova forma de engajamento com o patrimônio cultural da cidade. Este local, tradicionalmente associado ao luto e à memória dos entes queridos, agora também se apresenta como uma possibilidade para o estudo da história e das dinâmicas sociais que formaram a comunidade local. Segundo Tavares (2019, p.37), “os cemitérios são compreendidos pacificamente, nos dias presentes, como lugares de significados e testemunhos dos mais emblemáticos à compreensão das sociedades onde estão localizados”.

A iniciativa permite que as histórias, tanto as amplamente reconhecidas quanto aquelas que foram negligenciadas ou esquecidas, sejam reavaliadas e reintroduzidas no discurso público, fornecendo uma plataforma para que todas as vozes sejam ouvidas e consideradas. Este esforço de reinterpretação e valorização do cemitério destaca não apenas as contribuições dos indivíduos sepultados, mas também recontextualiza o espaço como um arquivo vivo, repleto de lições sobre resistência, evolução e a constante transformação das normas culturais e sociais.

O processo de revitalização cultural no Cemitério de Maringá proporcionou um duplo benefício: preservando o legado daquelas que ajudaram a moldar o passado da

cidade e servindo como um ponto de reflexão sobre como as histórias são contadas e lembradas. Assim, o projeto não apenas enriqueceu a compreensão atual sobre o passado de Maringá PR, mas também sublinhou a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e representativa voltada ao patrimônio cultural. Dessa forma, o cemitério transcende sua função tradicional, assumindo um papel ativo na educação patrimonial e na formação da consciência comunitária, garantindo que as memórias de todas as pessoas, especialmente aquelas historicamente esquecidas, sejam mantidas vivas e continuem a enriquecer as gerações futuras.

Entre ausências e silêncios: a história da mulher em Maringá

Compreendendo a discrepância na valorização pública das contribuições femininas em comparação as masculinas, é fundamental iniciar uma reflexão sobre as dinâmicas de poder e estas representações de gênero na sociedade. Historicamente, as mulheres têm sido subrepresentadas e subvalorizadas em diversos aspectos da vida pública, e Maringá-PR não é exceção a essa tendência. Até recentemente, a cidade carecia de representações físicas de mulheres em monumentos públicos. Com exceção de duas obras dedicadas à bailarina Maria Glória Poltronieri⁷⁰, a presença feminina em bustos ou estátuas era quase nula. Além disso, a única homenagem a uma mulher nos leva a refletir sobre como algumas mulheres só recebem “reconhecimento” após a morte, ou por crimes que causam grande comoção social.

Dessa forma, essas mulheres são lembradas não por suas realizações, mas como vítimas de atos violentos. Essa falta de representação feminina em espaços públicos sublinha uma disparidade significativa na valorização das contribuições femininas em comparação às masculinas. Enquanto figuras masculinas são frequentemente imortalizadas em monumentos, as mulheres continuam a ser amplamente sub-representação no espaço público. Conforme observado por Le Goff (1990, p. 503), “O

70 Maria Glória Poltronieri, conhecida como Magó, foi vítima de feminicídio em 25 de janeiro de 2020. Em sua homenagem e como forma de problematizar a violência contra as mulheres, foram instalados, na praça que abriga o teatro, os monumentos “Madeixas de Magó” (imagem 1) e “Magó, o Feminino é Sagrado” (imagem 2). O primeiro é de autoria de Paulo Ridolfi, e o segundo, dos artistas Sheilla Souza e Tadeu dos Santos Kaingang. O Teatro Reviver, um espaço importante na vida cultural dela, foi renomeado no final de 2020, passando a ser chamado Teatro Reviver Magó.

Fonte: Prefeitura de Maringá. *Teatro Reviver ganha nome de Maria Glória Poltronieri*. 2020. Disponível em: <http://www3.maringa.pr.gov.br/site/imprensa/impresao.php?id=37444>. Acesso em: 28 out. 2024.

monumento é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”. Esta seletividade na memória coletiva destaca a necessidade de um esforço consciente para equilibrar a representação nos espaços públicos, promovendo uma visão mais inclusiva e equitativa da história local.

Imagem 1. Monumento “Madeixas de Magó”, de Paolo Ridolfi. Instalada na praça de todos os santos em frente ao teatro Reviver Magó.



Fonte: Acervo da autora,2024.

Imagem 2. Monumento “Magó o feminino e o sagrado”2021, instalada na praça de todos os santos.



Fonte: Acervo da autora,2024.

Essas considerações exigem uma reavaliação crítica das narrativas históricas e sugerem a implementação de iniciativas que promovam uma representação mais justa e abrangente das mulheres na história e cultura de Maringá.

No espaço público, aquele da Cidade, homens e mulheres situam-se nas extremidades de uma escala de valores. Opõem-se como o dia e a noite. Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre, participa do poder. Talvez lhe dediquem monumentos com honras nacionais. É cidadão em potencial no Panteão dos Grandes Homens que a Pátria reconhece, homenageia. Depravada, debochada, lubrica, venal, a mulher — também se diz a “rapariga” — pública é uma “criatura” mulher comum que pertence a todos. O homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria (Perrot, 1998, pág. 7).

Michelle Perrot (1998) traz a reflexão de que maneira os papéis de gênero são projetados socialmente: enquanto homens públicos são considerados eminências e potenciais homenageados em monumentos, as mulheres na esfera pública são frequentemente estigmatizadas e marginalizadas, rotuladas de maneira depreciativa. Essa dicotomia reflete as profundas estruturas de poder que moldam nossa compreensão das contribuições históricas e culturais.

Para superar essas narrativas antigas e muitas vezes sexistas, uma abordagem crítica é crucial. Devemos questionar não apenas como as histórias são contadas, mas também por quem. É imperativo incluir e valorizar as narrativas femininas de modo que reflitam suas verdadeiras contribuições e complexidades. Esta revisão crítica e inclusiva é essencial para desmontar estereótipos e construir uma representação mais equitativa na história pública. Além dos monumentos no espaço público, outras mídias como livros, crônicas, jornais, músicas e a história oral frequentemente glorificam e exaltam homens como “pioneiros”, relegando as mulheres a papéis secundários de mães, donas de casa ou figuras santificadas.

Essa tendência perpetua uma visão de mundo onde as contribuições femininas são vistas como menos significativas, refletindo e reforçando estereótipos de gênero que limitam a percepção das capacidades e realizações das mulheres em diversas esferas da sociedade. É evidente um padrão comum nos livros que narram a história de formação dos municípios. Frases como “Os Construtores de Maringá” exemplificam essa tendência.

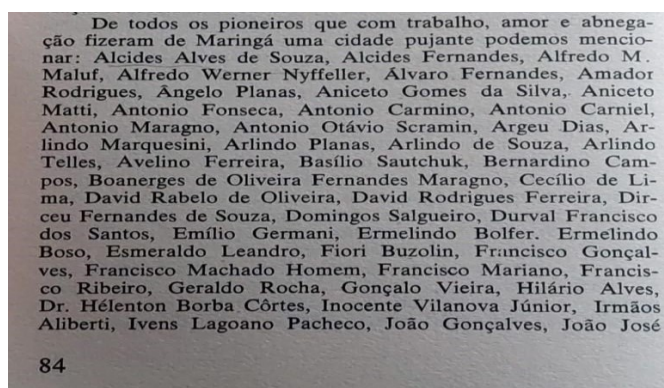
Um exemplo específico pode ser encontrado no livro “Maringá, Ontem, Hoje e Amanhã” de Artur Andrade (1979, p. 68), “com o suor do seu rosto regando o solo abençoado, o homem pôde mesclar luta e sacrifício e obter os mais compensadores resultados: colheitas abundantes e desenvolvimento da região”. Exaltando o “suor do homem” enquanto omite ou subestima as contribuições femininas em contextos similares. Tais narrativas destacam predominantemente o papel masculino, enquanto as contribuições femininas, mesmo que igualmente fundamentais para o desenvolvimento e prosperidade, permanecem invisíveis.

O que levanta questões profundas sobre como as mulheres são percebidas e representadas na história e na cultura de Maringá. Ao destacar frases que glorificam predominantemente as contribuições masculinas, percebe-se uma marginalização das mulheres, que raramente são reconhecidas como forças igualmente influentes no desenvolvimento histórico e cultural da região.

Os motivos que levaram ao processo tardio de resgatar as mulheres na história da cidade podem ter como pano de fundo a situação, embutida na sociedade e na história "oficial", de não enxergar a presença das ditas minorias, de não valorizar o trabalho dos que fazem a história no anonimato, principalmente em um mundo pioneiro e rude, onde mulher que se destacava muitas vezes, era reconhecida como “mulher macho” ou “mulher que lutava feito homem” (Tait.1999, p.356).

Esse desequilíbrio na representação não apenas reflete, mas também perpetua desigualdades de gênero na esfera pública, sublinhando a urgência de promover uma visão mais equitativa e inclusiva das mulheres na narrativa da cidade. Reconhecer e valorizar as contribuições femininas é crucial para avançar em direção a uma sociedade mais igualitária e justa para todos os gêneros.

Imagem 3. Lista de Agradecimento aos Construtores de Maringá-PR — Esta lista inclui 95 nomes, entre os quais não se encontra nenhuma mulher.



Fonte: Livro de Arthur Andrade, “Maringá Ontem, Hoje e Amanhã” publicado em 1979.

O esforço para resgatar histórias não contadas é crucial para tentar corrigir o desequilíbrio histórico e promover uma compreensão mais justa e abrangente de nossa história coletiva. “Na história das colonizações, como a corrida na região norte e noroeste do Paraná, a organização social é reproduzida da mesma forma que em outros locais. Observa-se que, apesar de as mulheres trabalharem muito, lado a lado com os homens, não há indícios de seu papel na história (Tait,1999, p.355)”. A necessidade de revisar os registros históricos e desafiar as narrativas estabelecidas, bem como os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, é uma etapa fundamental nesta busca por equidade

Recuperar la memoria de las mujeres nos permite conocer una historia de desigualdad, de imposición de cánones patriarcales y de roles de género que, perpetuados durante siglos, nos llevan a un presente en el que aún permanecen sedimentos de discriminación que en ocasiones se manifiestan en la violencia contra las mujeres. Los poderes públicos somos responsables, a través de los instrumentos de acción que poseemos, de potenciar una igualdad real y efectiva entre mujeres y hombres. Y dentro de esos instrumentos, la cultura tiene también su pequeña parcela: la de realizar actividades que fomenten la igualdad y la equidad de género al desarrollar proyectos que permitan dar visibilidad a las mujeres en la historia, las artes o la literatura (Bonanchea, 2016, p,7).

Os estudos sobre patrimônio cultural têm se concentrado, tradicionalmente, em aspectos tangíveis e intangíveis que refletem a história e a identidade coletiva de uma comunidade ou nação. Friedrich (2024, p.19) define este processo como:

a identificação, preservação e socialização dos elementos que caracterizam a historicidade das suas gentes, que expressam as culturas que lhes são inerentes, que registram as suas memórias e identidades sociais e que testemunham os avanços e até mesmo os aspectos não positivos das respectivas trajetórias históricas.

No entanto, a integração das questões de gênero e a história das mulheres no campo do patrimônio cultural é uma empreitada ainda nascente. Rubino e Fontenele (2020, p.131) destacam essa lacuna, observando que “Os estudos a respeito do patrimônio, em suas várias vertentes, ainda não se aventuraram a incluir as questões de gênero e história das mulheres em suas análises”. Este reconhecimento abre oportunidades para uma crítica significativa das práticas atuais e sugere uma expansão necessária dos paradigmas existentes. Ao observar as homenagens e representações de memórias das mulheres, notamos que frequentemente elas são superficiais, não

capturando a profundidade de suas contribuições ou a complexidade de seus papéis sociais e simbólicos.

A nomeação de ruas, avenidas ou escolas em homenagem a mulheres é, sem dúvida, um gesto simbólico, mas quantas vezes essas homenagens refletem um reconhecimento superficial, sem um engajamento substancial com as histórias reais e as lutas dessas mulheres? E ainda mais, quão representativas são essas honrarias das mulheres que efetivamente moldaram a sociedade com seu trabalho, sua criatividade e resistência?

Os desafios para superar essa marginalização são muitos. Pode-se perguntar: Por que as mulheres que constroem, trabalham e contribuem significativamente não são frequentemente incluídas na rota de celebrações e honrarias ao passado? Para enfrentar essa questão, é preciso olhar para as dimensões sociais e simbólicas que essas mulheres representam. As honrarias e celebrações do passado, que comumente perpetuam a história contada por uma perspectiva masculina, precisam ser revisadas para incluir e reconhecer a pluralidade de histórias e contribuições das mulheres. Portanto, não basta apenas adicionar mulheres às narrativas existentes; é fundamental reimaginar e reestruturar essas histórias para que elas reflitam verdadeiramente a diversidade e o impacto das mulheres na sociedade. Iniciativas como o projeto “Volta Histórica: Mulheres, Histórias e Memórias” no Cemitério Municipal de Maringá são passos importantes nessa direção.

Dar visibilidade à presença das mulheres na nossa sociedade nas últimas décadas é mais do que um desvelar de pequenas e, ao mesmo tempo, grandes personagens da história das mulheres no Brasil. Significa recuperar nas personagens selecionadas, não uma virtude e virtuosidade essencial de algumas mulheres, sem dúvida, relevantes em várias áreas de atuação, da vida coletiva, às artes, à literatura, às ciências e da militância, mas uma sinalização de um registro que não se pode mais apagar e de um espelho para as novas gerações de mulheres (Godinho, 2016, p. 37).

Esse projeto não apenas incorpora mulheres na história, mas dá destaque e voz às suas experiências, desafios e conquistas. Ao fazer isso, contribui para criar uma representação que seja mais igualitária, enfatizando a relevância de suas ações e suas existências.

Uma visita ao cemitério, “Volta histórica: Mulheres, história e memórias”.

O projeto “Volta Histórica”, idealizado pela Secretaria de Cultura e Gerência do Patrimônio Histórico, é uma das ações que buscam valorizar a história local. Segundo a Secretaria de Cultura: “São passeios que percorrem lugares de importância histórica, artística e cultural de nossa cidade, guiados por profissionais da GHP⁷¹”. Esta ação busca valorizar os locais aos quais a memória da cidade se faz presente. A prática de expor o público variado a esses locais, segundo Munõz (2017, p. 123), é assim descrita: “A memória coletiva, que é um conjunto de lembranças pertencentes a diferentes pessoas sobre o mesmo evento, implica, obviamente, a existência de inúmeras perspectivas sobre um tema comum, já que nem todos os envolvidos lembram de forma igual um evento semelhante.” O público nestes espaços acaba por enriquecer e promover a valorização destes espaços.

Os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes locais. Existe a área dos ricos, onde estão os grandes mausoléus, a área da classe média, em geral com catacumbas na parede, e a parte dos pobres e marginais. A morte igualitária só existe no discurso, pois, na realidade, a morte acentua as diferenças sociais. As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias (Bellomo, 2000. p.15).

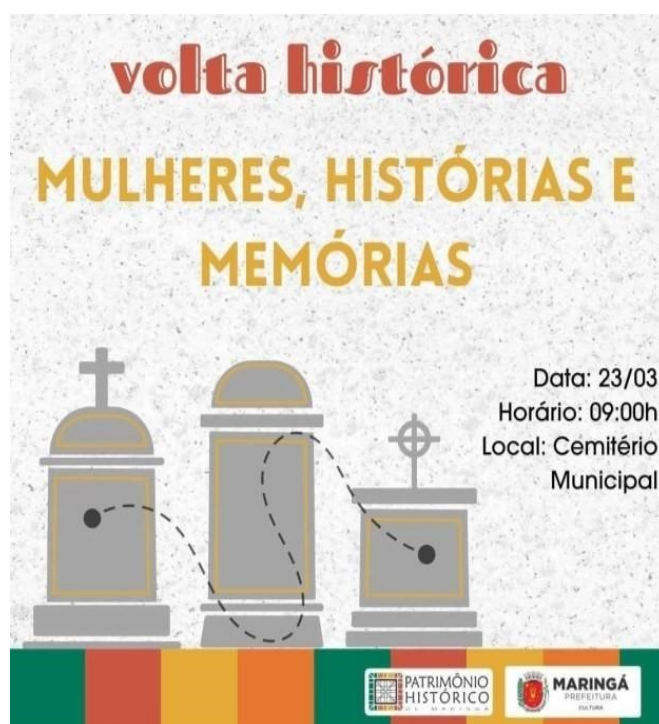
As voltas históricas ao Cemitério Municipal de Maringá são realizadas em conformidade com datas históricas importantes para a cidade. Não há limite de público e cada passeio tem duração de até 3 horas. Os roteiros são planejados para contemplar alguns dos personagens famosos que povoam o imaginário local, sob a orientação de historiadores. Ao percorrer o cemitério, os participantes têm a chance de visualizar concretamente as diferenças sociais que persistem até após a morte, enquanto também reconhecem as contribuições individuais à cultura e história de Maringá. Esta experiência não apenas educa sobre o passado, mas também provoca reflexões sobre como as estruturas de poder e classe continuam a influenciar a sociedade atual. Trata-se segundo observa Simone Scifone (2017), de uma ação de educação patrimonial que promover informações e problematizações sobre a história local, sobre presenças que explicam a

71 Maringá. Secretaria Municipal de Cultura e Gerência de Patrimônio Histórico. *Ações do Patrimônio: Volta Histórica*. Maringá: Secretaria de Cultura, 2024. Folder.

historicidade dos lugares, mas também sobre as ausências que precisam ser preenchidas pela educação patrimonial.

Ao trazer à luz essas narrativas, as visitas guiadas contribuem significativamente para a preservação da memória coletiva e para a valorização de todas as camadas da história local. [...]a educação patrimonial pode ser entendida como um processo sistemático e permanente por meio do qual os indivíduos se apropriam dos bens culturais e entendem a necessidade e a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se como agentes diretos. Desse processo também decorre o fortalecimento das identidades individuais e coletiva (OLIVEIRA, 2011, p.11).

Imagem 4. Folder para divulgação da visita guiada ao cemitério municipal de Maringá (2024).



Fonte: acervo Secretaria de Cultura e Gerência do Patrimônio Histórico de Maringá

Imagem 5. Mapa do cemitério Municipal de Maringá com a localização dos túmulos. folder distribuído durante a visita guiada ao Cemitério



Fonte: Acervo Secretaria de Cultura e Gerência do Patrimônio Histórico de Maringá-Pr

A iniciativa de se fazer a volta histórica focada exclusivamente em mulheres emergiu da necessidade de incorporá-las de forma significativa na história do município, uma resposta à ausência de representações materiais femininas na cidade. Observamos que as visitas guiadas anteriores tendiam a concentrar-se em figuras políticas predominantemente masculinas e em indivíduos cujas vidas foram marcadas por crimes violentos, elementos que naturalmente atraem o interesse pelo necroturismo.

Esta abordagem tradicional omite a diversidade das contribuições femininas, sugerindo uma revisão necessária para equilibrar e enriquecer a narrativa histórica local com as histórias de mulheres que também moldaram a comunidade de formas significativas, porém frequentemente não reconhecidas. Portanto, ao focar na história das mulheres que tiveram um impacto significativo na história e cultura local, este novo recorte buscou proporcionar um reconhecimento mais equilibrado e diversificado das contribuições à sociedade. Essa abordagem não apenas honra as contribuições muitas vezes negligenciadas das mulheres, mas também desafia a narrativa histórica predominante, promovendo uma visão mais abrangente e igualitária da herança cultural do município.

Conforme apontado por Michelle Perrot (1997, p.8),

O espaço ao mesmo tempo a regula e a exprime, a torna visível. sendo assim estes locais não apenas regulam, mas também expressam as dinâmicas sociais, tornando visíveis as diferenças na forma como homens e mulheres ocupam e são representados nesses contextos. Essa conscientização é essencial para reavaliar e destacar as contribuições muitas vezes negligenciadas das mulheres na construção da sociedade.

Seleção do Roteiro e Inclusão das Histórias Femininas.

Para a escolha do roteiro, priorizamos mulheres que não receberam destaque ou homenagens públicas e cujas histórias foram, por anos, excluídas ou minimizadas pelos memorialistas locais. Também buscamos incluir mulheres com ideias e crenças diversas, visando compor uma narrativa mais inclusiva e representativa da contribuição feminina na história do município. Esse critério de seleção tem o objetivo de enriquecer o entendimento público sobre a diversidade de vozes e perspectivas que moldaram a comunidade, além de corrigir o desequilíbrio histórico na representação das mulheres em nossa memória coletiva.

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (Scott, 1995, p. 75). Este entendimento nos guiou na seleção das mulheres cujas histórias merecem ser contadas e celebradas, refletindo não apenas suas realizações, mas também suas experiências individuais que, até agora, foram largamente ignoradas.

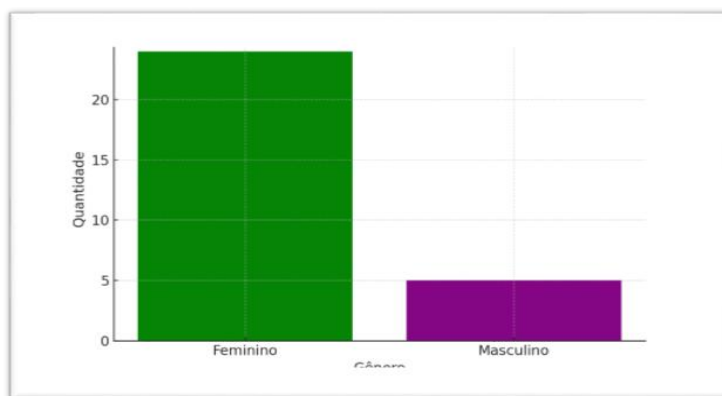
A seguir, apresentamos as histórias de algumas mulheres cuja influência foi fundamental para a cultura e o desenvolvimento de Maringá, mas que não receberam o devido reconhecimento até hoje:

- Maria Angélica Leal: Como integrante daquelas que foram as primeiras parteiras da cidade, Maria Angélica, uma mulher negra habilidosa e dedicada, desempenhou um papel crucial em um tempo em que não havia infraestrutura médica estabelecida.
- Geny Correia de Mello: Geny quebrou barreiras como a primeira mulher a ocupar o cargo de juíza de paz em Maringá, servindo de inspiração para muitas gerações.

- Leila Nasser Assaf: Leila, uma atriz reconhecida no teatro local, enriqueceu a vida cultural de Maringá com sua dedicação e talento.
- Maria Aparecida Pacífico: Conhecida por sua paixão pelo ensino e sua solidariedade, Maria Aparecida foi uma educadora que deixou uma marca indelével na educação de Maringá.
- Elfrida Wunderlich Biscaia: Elfrida teve um papel crucial na preservação e promoção das artes e da cultura local, deixando um legado duradouro.
- Noemia Villanova Menon: Como primeira-dama da cidade, Noemia foi fundamental em diversas ações sociais, trabalhando incansavelmente para melhorar a vida dos menos favorecidos. Foi também protagonista de ações em prol da educação pública
- Vitória Horvath Paes: Vitória foi uma mãe de santo que desempenhou um papel vital na manutenção das tradições religiosas e culturais afro-brasileiras e no acolhimento de pessoas carentes.
- Maria Conceição Ramos: Uma líder indígena cuja liderança ajudou a preservar e valorizar a cultura indígena local.

Essas mulheres, entre muitas outras, são as verdadeiras construtoras de Maringá. Através desta iniciativa, esperamos não apenas honrar suas memórias, mas também inspirar reconhecimento e respeito pelas muitas outras mulheres cujas histórias ainda estão por ser contadas, bem como fomentar que suas vidas integram o patrimônio cultural de Maringá.

Gráfico 1. Gráfico de participantes divididos por gênero.



Fonte. Elaborado pela autora.2024

A predominância de mulheres entre os participantes da visita guiada ao cemitério “Volta histórica: Mulheres, Histórias e Memórias”, conforme revelado pelos gráficos, destaca o forte interesse e engajamento deste grupo com a história e o patrimônio cultural local, especialmente em iniciativas que focam na valorização da história das mulheres. Este fenômeno é positivo no sentido de que reflete uma conexão e uma receptividade significativas por parte das mulheres, possivelmente devido ao recorte temático que ressoa com suas experiências ou interesses.

No entanto, a desproporção na participação também levanta questões importantes sobre a inclusão e representatividade de gênero em atividades culturais e comunitárias. A maior presença feminina sugere que talvez o tema ou a abordagem da visita tenha sido particularmente atrativo para as mulheres, enquanto os homens mostraram-se menos envolvidos. Isso pode indicar uma problemática em como as atividades são promovidas ou percebidas por diferentes gêneros.

Considerações finais

Em conclusão, a iniciativa das visitas guiadas ao cemitério municipal de Maringá-PR, incluídas no projeto “Volta Histórica”, buscou divulgar a um público que desconhece as contribuições das mulheres para o patrimônio cultural de Maringá, desafiando as narrativas tradicionais que frequentemente marginalizam suas histórias. Ao destacar figuras notáveis — mulheres que ajudaram a construir a história local —, o projeto “Volta Histórica” não apenas enriqueceu nosso entendimento da história local, mas também serviu como um catalisador para uma mudança significativa na forma como a história é contada e celebrada em nossa comunidade.

Imagem 6. Registro fotográfico da edição Volta Histórica ao Cemitério Municipal: Mulheres, Histórias e Memórias, realizada em 23 de março de 2024.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Maringá, Gerência de Patrimônio Histórico – Secretaria Municipal de Cultura.

Através deste projeto, ficou evidente que a inclusão de perspectivas femininas no patrimônio cultural é não apenas uma questão de democratização e justiça histórica, mas também uma necessidade para a construção de uma sociedade mais equitativa e representativa. As implicações deste trabalho se estendem além das fronteiras acadêmicas, influenciando políticas culturais e práticas educacionais que podem transformar a percepção pública sobre o papel das mulheres na história.

Imagem 7. Registro fotográfico da edição Volta Histórica ao Cemitério Municipal: Mulheres, Histórias e Memórias, realizada em 23 de março de 2024.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Maringá, Gerência de Patrimônio Histórico – Secretaria Municipal de Cultura.

Para futuras visitas, é essencial que continuemos a explorar e documentar as histórias de outras mulheres que moldaram nossa região, garantindo que sua herança seja preservada e apreciada pelas gerações futuras. Este estudo é apenas o começo de um diálogo mais amplo e inclusivo sobre o patrimônio cultural feminino de Maringá, um diálogo que deve continuar crescendo em profundidade e abrangência.

Que este trabalho inspire outros a reconhecer e valorizar as inúmeras mulheres cujas vidas e legados continuam a influenciar a cultura e a história.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Arthur. de O. Maringá: Ontem, Hoje e Amanhã. Maringá, 1979.

ALINE; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

BELLOMO, Harry R. (Org). Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia. Porto Alegre: EDIPUCS,2000.

BONANCHEA, M. La memoria femenina: mujeres en la historia, historia de mujeres (patrimonio en femenino). [S.l.]: Ibermuseus, 2016.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; NAPPI, Sérgio Castello Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa de educação patrimonial e de turismo. *Museologia e patrimônio*, v. 2, n. 2, p. 46-60, 2009.

TAIT, Tania Fatima Calvi. “As excluídas da história: o olhar feminino sobre a formação de Maringá”. DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: EDUEM (1999): 351-169.

FRIEDRICH, Veroni. Maringá- A história expressa em seus Patrimônios Culturais. Maringá: Print One,2024.

GEVEHR, Daniel Luciano; DUARTE, Larissa Bitar. A memória e o lugar dos mortos: turismo de necrópole no extremo sul do Brasil. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 10, n. 29, p. 139-163, 10 ago. 2017.

GODINHO, T. Mulheres brasileiras: reinventando a vida, a história, a cultura. In: ASSIS, M. E. A; SANTOS, T. V. (Org.) *Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2016

Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp,1990. p. 503.

MUÑOZ, J. G. Cementerio: lugar de memoria y museo al aire libre. Educación patrimonial en el ámbito escolar. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 10, n. 29, p. 121-138, 10 ago. 2017.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. Educação patrimonial no Iphan. [Brasília, DF] 2011. 131p., 210x297mm (CGE/DFR/ENAP, Gestão Pública, 2011) -Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública/Diretoria de Formação Profissional.

PERROT, Michelle. Mulheres públicas. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RUBINO, Silvia, FONTENELE, Sabrina. Mulheres e Patrimônios. In CARVALHO,

SCIFONI, S. Desafios para uma nova educação patrimonial. Revista Teia, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 1-15, 2017.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

TAVARES, Davi Kiermes, Diego Lemos Ribeiro, and José Paulo Siefert Brahm. Cemitério e Museu: aproximações eletivas. Editora Fi, 2019.

Submissão: 30 de abril de 2024

Avaliado: 22 de outubro de 2024

Aceito: 21 de novembro de 2024

Mneme. Revista de Humanidades. v. 25n. 48(Mar./nov. 2024)